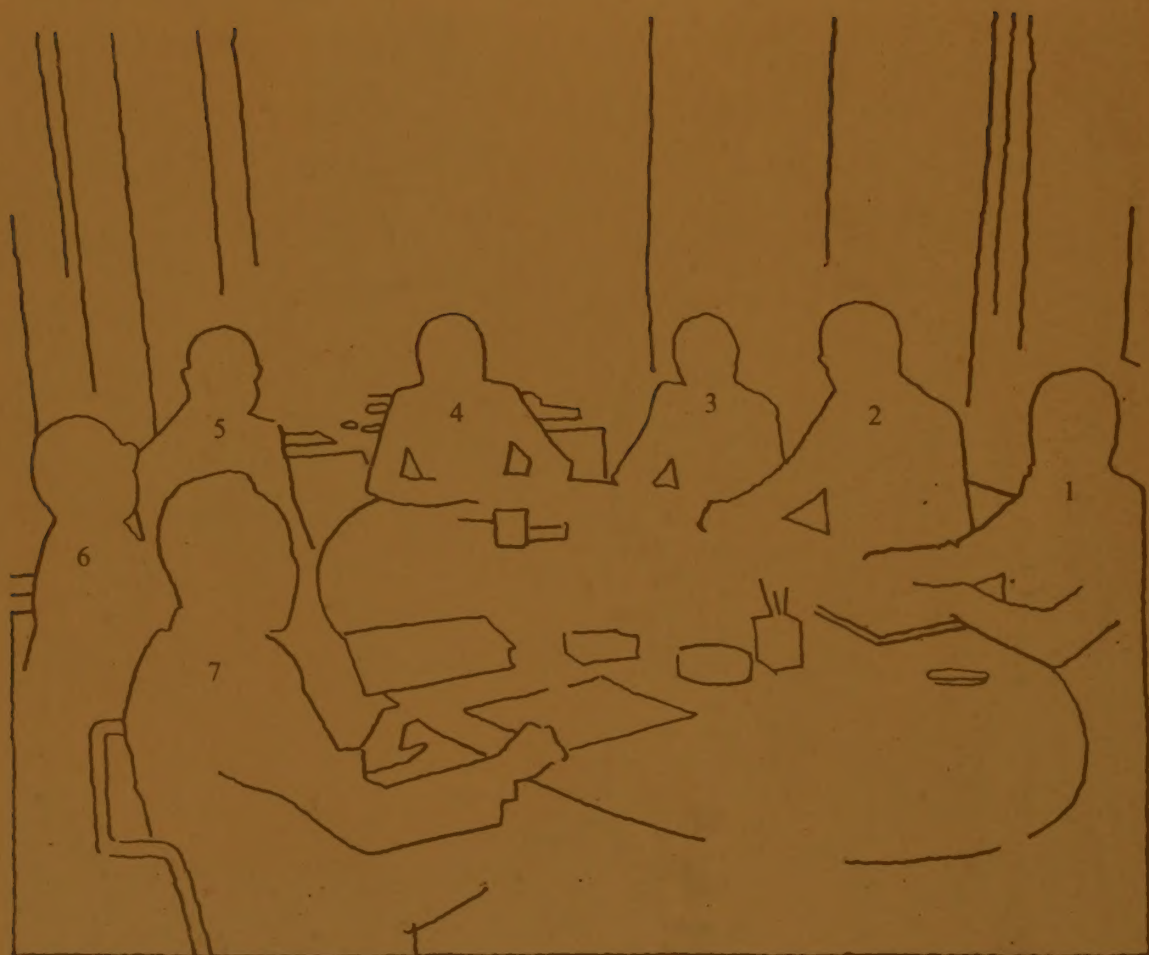
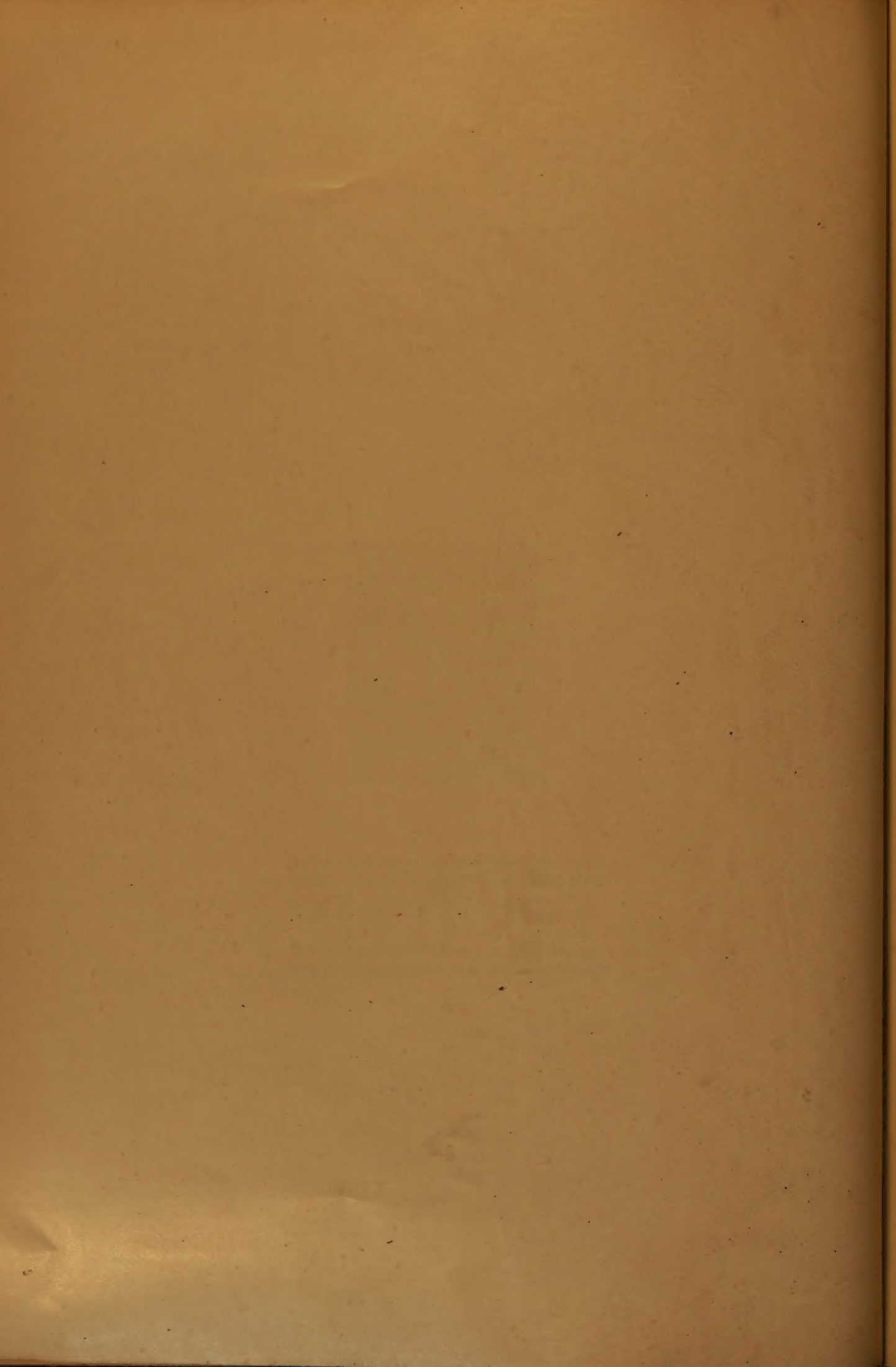
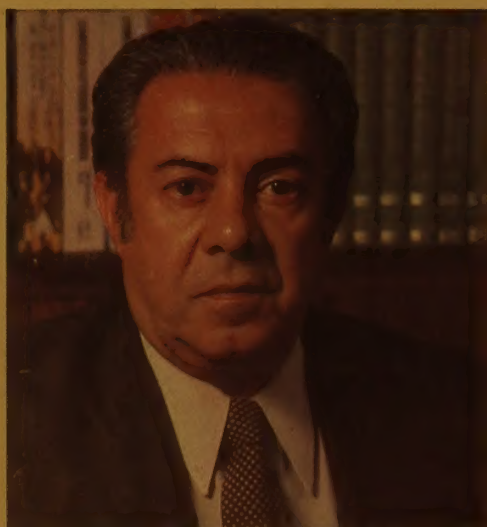
BANCO DO BRASIL

RELATÓRIO ANUAL 1978

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1 - Roberto Teixeira da Costa
2 - Ernesto Albrecht
3 - Francisco Oswaldo Neves Dornelles
4 - Karlos Rischbieter - Presidente
5 - Oswaldo Roberto Colin - Vice-Presidente
6 - Carloman da Silva Oliveira
7 - Nilson Miranda Motta - Secretário do Conselho

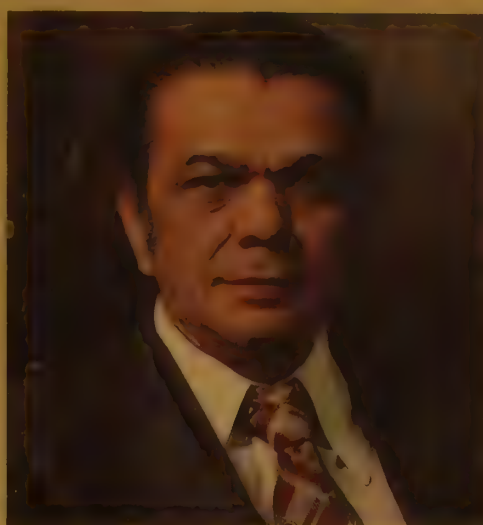
DIRETORIA

Karlos Rischbieter
Presidente

Oswaldo Roberto Colin
Diretor da Carteira de Administração

Eduardo de Castro Neiva
Diretor da Carteira de Agências e Participações Internacionais

Cesar Dantas Bacellar Sobrinho
Diretor da Carteira de Câmbio

Benedicto Fonseca Moreira
Diretor da Carteira do Comércio Exterior

Karlos Rischbieter
Presidente

Oswaldo Roberto Colin
Diretor da Carteira de Administração

Eduardo de Castro Neiva
Diretor da Carteira de Agências e Participações Internacionais

Cesar Dantas Bacellar Sobrinho
Diretor da Carteira de Câmbio

Benedicto Fonseca Moreira
Diretor da Carteira do Comércio Exterior

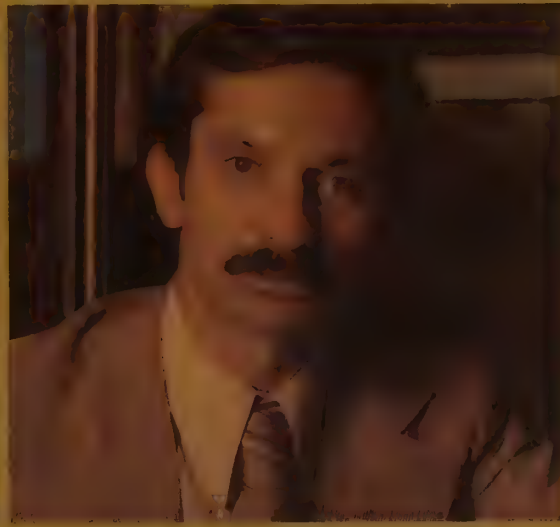
Antônio Ferreira Álvares da Silva
Diretor da Carteira de Coordenação e
Execução da Política de Crédito Rural

Carlos Brandão
Diretor da Carteira de Finanças

Olyntho Tavares de Campos
Diretor da Carteira de Recursos Humanos.

Amilcar de Souza Martins
Diretor da 1ª Região - DIRAM

José Aristophanes Pereira
Diretor da 2ª Região - DINOR

Rodrigo Horácio Garcia da Costa
Diretor da 3ª Região - DIREG

Roberto Antonio Pinto de Melo Carvalho
Diretor da 4ª Região - DIMIG

Antônio Arnaldo Gomes Taveira
Diretor da 5ª Região - DISAP

João de Mattos Leão
Diretor da 6ª Região - DICAP

Walter Peracchi Barcellos
Diretor da 7ª Região - DISUL

ÍNDICE

CARTEIRAS OPERACIONAIS

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas.

O ano de 1978, segundo de minha honrosa missão como Presidente, foi marcado por significativos fatos na administração do Banco do Brasil e em sua atuação como agente do desenvolvimento nacional.

Fortes pressões externas sobre os meios de pagamento, além das adversidades climáticas que prejudicaram o setor rural, levaram as Autoridades Monetárias à adoção de medidas especiais – rigorosamente cumpridas pelo Banco – para evitar o agravamento do processo inflacionário.

O prosseguimento da política de abertura da economia brasileira para o exterior encontrou no Banco forte e decidido aliado na conquista de novos mercados e na promoção dos produtos exportáveis, ao inaugurar mais cinco unidades e ampliar para cinqüenta sua rede de dependências externas.

A atuação do Banco do Brasil apresenta, entretanto, clara dicotomia. Ao tempo em que atua nos cinco continentes e nos sofisticados mercados financeiros internacionais, mantém-se preocupado e atento com sua mais distante e modesta agência na Amazônia, que, nesses termos, é tão importante quanto qualquer capital européia.

Empenhei-me, por isso mesmo, em engajar profundamente o Banco no encaminhamento da discussão dos grandes temas da atualidade brasileira, entre os quais se insere o da agropecuária.

O pequeno homem do campo, praticando rudimentar lavoura de subsistência, foi permanentemente lembrado pelo Banco do Brasil, pois o crédito talvez seja um dos mais importantes meios para se obter maior produção rural, pela rápida resposta que propicia e pela velocidade de sua mobilização.

Constatei que grande número de municípios brasileiros ainda permanece desprovido de assistência bancária e para corrigir essa deficiência sugeri a criação de Postos Avançados de Crédito Rural, unidades de custo administrativo reduzido, aptas a amparar o pequeno produtor e dar-lhe orientação técnica e comercial, reduzindo a distância física e as barreiras que o separam do crédito.

Há um interior imenso a ser assistido e a meta é instalar 500 postos avançados em pouco tempo. Os bancos comerciais, igualmente preocupados em participar dos novos rumos da agricultura brasileira, certamente instalarão outro tanto de unidades pioneiras.

As pequena e média empresas sempre nos interessaram profundamente pelo que representam para o equilíbrio e a estabilidade da economia nacional, por permitirem larga absorção de mão-de-obra e o exercício de legítimas vocações empresariais, além de contribuírem para a desconcentração industrial e a redução de desequilíbrios regionais.

O Banco modificou, para melhor atendê-las, alguns critérios para fixação dos limites de crédito, com o objetivo de superar os velhos conceitos de garantia real, pois entende que o importante é a idoneidade do empresário, sua capacidade gerencial e a aceitação de seu produto.

O principal obstáculo a ampliação e fortalecimento desse segmento empresarial talvez esteja na ausência de maior incentivo à formação de adequada tecnologia e de estímulos que o induzam a utilizar técnicas menos intensificadoras de capital e a gerar maior número de empregos.

O Banco continua a aperfeiçoar a funcionalidade e eficiência de seu instrumento de apoio à pesquisa tecnológica e científica, mediante convênios com universidades, instituições da área e empresas privadas.

Acredito, também, como indispensável medida complementar, na necessidade de intenso esforço de simplificação da complexa e abundante legislação fiscal que onera os custos e assoberba a administração das pequenas e médias empresas.

Preocupei-me, internamente, em desobstruir os canais administrativos pela maior delegação de autoridade e elevação das alçadas decisórias. Insisti em atribuir-se a maior número de pessoas a possibilidade de decidir e creio que, com isso, o Banco tem elevado seu nível de eficiência, principalmente se medido pela velocidade do processo de tomada de decisão.

É importante, entretanto, repensar-se continuamente sua atuação e não se esmorecer na luta contra a inércia da burocracia, que inevitavelmente tende a atingir as grandes estruturas, mas que pode ser atenuada por permanente processo de racionalização administrativa e sensibilidade no exame dos problemas.

Assim, este é o Banco do Brasil que ingressa em nova fase da vida nacional, consciente de sua tradição de 170 anos e de sua co-responsabilidade nas transformações da economia brasileira.

Creio, mesmo, que um Banco do Brasil forte e com ação abrangente em vários segmentos da vida econômica e financeira do País é fator de estabilidade do próprio sistema e instrumento eficaz para aproximar-nos mais de uma economia de mercado, pois, longe da simples competição com as instituições privadas, sua atuação facilita o desenvolvimento de toda a rede bancária.

Registro, com satisfação, o prestígio e a confiança que Suas Excelências o Senhor Presidente Ernesto Geisel e o Senhor Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen sempre dispensaram ao Banco do Brasil, a par da lúcida e firme orientação.

As demais Autoridades Monetárias, notadamente as do Banco Central, também se fizeram credoras de justo reconhecimento, pelo indispensável apoio ao Banco para a execução de seus múltiplos e complexos encargos.

O Conselho de Administração, atuante e sempre ágil em adotar a solução mais factível para os problemas do Banco, foi o responsável por importantes decisões do ano de 1978, que certamente apresentarão benéficos efeitos nos exercícios futuros.

Expresso, com satisfação, meus agradecimentos aos membros do Conselho Fiscal, sempre interessados e zelosos no cumprimento de sua relevante missão.

Aos colegas de Diretoria, igualmente empenhados na condução dos destinos do Banco, e ao corpo de funcionários — de capacidade sobejamente reconhecida — transfiro os méritos dos resultados expressos por este Relatório.

Karlos Rischbieter
Presidente

ECONOMIA INTERNACIONAL

Em 1978, as relações econômicas internacionais foram marcadas por práticas protecionistas nos países industrializados e forte instabilidade nos grandes mercados de câmbio.

A despeito desses eventos, os indicadores mostram que o nível de atividade econômica experimentou algum impulso, em parte graças à adoção de mecanismos mais objetivos implantados nos países desenvolvidos.

Na Conferência de Bonn, ficou reconhecida a necessidade premente de se adotar medidas mais concretas em benefício da economia mundial como um todo, principalmente na correção dos desequilíbrios comerciais e orçamentários.

O enorme déficit dos Estados Unidos e os superávits do Japão e da Alemanha, entretanto, têm constituído fatores de desequilíbrio na conjuntura internacional e, por isso mesmo, suscitado preocupação constante.

Para minimizar esses desajustes, o governo americano comprometeu-se a reduzir de forma progressiva o crescimento de suas importações de petróleo. O combate à inflação assumiu prioridade na condução da política econômica americana, na tentativa de sustentar o dólar que se enfraquecera significativamente.

Japão e Alemanha Ocidental propuseram-se a estimular o crescimento de suas economias, além de envidar esforços, visando a facilitar o aumento de participação das importações na demanda interna global.

O governo japonês, para viabilizar um crescimento real de 7,0% no ano fiscal de abril de 1978 a março de 1979, aprovou um programa de investimentos de 14 bilhões de dólares e outro de emergência, para aquisição de matérias-primas, de US$ 4 bilhões.

A Alemanha dispôs-se a reduzir os impostos e a aumentar os dispêndios públicos, a fim de impulsionar a taxa de expansão de sua economia. Por sua vez, a Itália prometeu diminuir gastos governamentais e encorajar investimentos. Ao Canadá e à Grã-Bretanha foi recomendado exercer maior controle sobre a inflação, enquanto à França caberia aumentar o déficit orçamentário em valor equivalente a 0,5% do PNB.

Os países membros da Comunidade Econômica Européia, reunidos em Bremen, decidiram por unanimidade criar um sistema monetário europeu, nos moldes do Fundo Monetário Internacional, voltado para a busca de maior estabilidade de suas moedas, evitando, assim, oscilações violentas nas paridades cambiais.

A instabilidade do dólar nos mercados de câmbio chegou a suscitar no seio da OPEP a possibilidade de substituí-lo, como fator de fixação do preço, por um conjunto de moedas, para compensar a desvalorização da moeda americana.

No encontro anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, ficou acertado o aumento de 50% nas cotas do FMI, passando de aproximadamente 50 para 75 bilhões de dólares. Foi aprovado também o lançamento de 12 bilhões de Direitos Especiais de Saque (DES) distribuídos em três emissões anuais de 4 bilhões.

Nessa reunião, ficou evidenciado que o fortalecimento das economias dos países em desenvolvimento é fator decisivo para aliviar os problemas que afligem a economia mundial. Condenaram-se as práticas protecionistas, pois os países industrializados também se beneficiariam da expansão do comércio com as nações em desenvolvimento.

Fato igualmente relevante foi a abertura da China ao comércio mundial, estabelecendo negociações com o Ocidente e buscando tecnologia para criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento de sua população, hoje estimada em quase um bilhão de habitantes.

INDICADORES ECONÔMICOS

Países	Δ % do PNB Real			Δ % dos Preços ao Consumidor		
	1976	1977	1978(*)	1976	1977	1978(*)
EUA	6,0	4,9	3,9	6,0	6,5	9,0
JAPÃO	5,8	5,5	5,6	9,4	6,2	3,5
ALEMANHA OCIDENTAL	5,0	2,4	2,7	4,0	3,9	2,5
FRANÇA	5,0	3,0	3,0	9,0	9,8	9,5
REINO UNIDO	2,5	0,7	1,2	15,0	15,9	8,0
ITÁLIA	4,5	1,7	2,0	19,5	17,0	12,0

(*) Estimativa.
Fonte: IFS, Euromoney.
COTEC.

Comércio Internacional

Paralelamente à reunião anual do Fundo Monetário Internacional, prosseguiram as negociações multilaterais de comércio, no âmbito do GATT. Infelizmente não trouxeram resultados positivos aos países em desenvolvimento, muito dependentes dos industrializados, em termos de relações comerciais.

As conversações do Tokyo Round, embora não tivessem trazido os efeitos desejados, revestiram-se de grande importância, devido às dificuldades que as barreiras não-tarifárias têm causado à expansão do comércio internacional.

Segundo o relatório anual do FMI, o comércio internacional cresceu, não obstante a expansão interna dos países industrializados tivesse registrado taxas inferiores às expectativas iniciais.

A lenta reativação do comércio mundial e o alto nível de desemprego parecem ter sido o fator determinante da adoção de medidas protecionistas, com risco de estagnação. Advertindo que essas condições podem gerar clima desfavorável a todos os países, o FMI recomendou a adoção de estratégia coordenada para restaurar o crescimento das relações comerciais e a estabilidade dos preços internacionais.

O déficit da balança comercial dos Estados Unidos superou US$ 28 bilhões, apesar de todos os esforços para reduzi-lo. As importações de petróleo, para compor estoque estratégico, contribuíram muito para aquele resultado.

As persistentes depreciações do dólar, contidas em parte, teoricamente aumentaram o poder competitivo dos produtos americanos, ensejando aumento das vendas externas.

Entretanto, as importações, mais caras, não declinaram imediatamente.

Por outro lado, o iene experimentou sucessivas valorizações nos mercados de câmbio, chegando a atingir uma das mais altas cotações em relação ao dólar, no período pós-guerra. Em conseqüência, as exportações japonesas foram menores do que em 1977. Para o ano fiscal de 1978, prevê-se saldo positivo na conta comercial da ordem de US$ 24 bilhões e de 18 bilhões de dólares para o balanço de transações correntes. No período janeiro-dezembro/78 o superávit comercial girou em torno de US$ 25 bilhões.

Igual tendência verificou-se na Alemanha Ocidental. A balança de comércio continuou apresentando superávit, com saldo de US$ 11,2 bilhões em junho O marco foi revalorizado em relação às outras moedas componentes do acordo de flutuação conjunta, para suavizar os problemas decorrentes das pressões que vinha sofrendo.

O superávit das transações correntes dos países membros da OPEP vem declinando, tendo caído para US$ 9 bilhões em 1978, enquanto, em 1974, o saldo fora US$ 65 bilhões. Nesse período, suas importações evoluíram de 29 para 138 bilhões de dólares.

As compras de petróleo são cotadas em dólares e vinham sendo feitas ao preço fixado pela OPEP em julho de 1977. Para compensar as perdas decorrentes das contínuas quedas da moeda americana, o cartel decidiu majorar o preço do barril em 14,5%, escalonados em quatro parcelas trimestrais, acumuladas: 5% a partir de 1.° de janeiro de 1979, 3,8% em abril, 2,3% em julho e 2,7% em outubro.

BALANÇA COMERCIAL
Principais Países Industrializados e Brasil
US$ milhões – FOB

Especificação	Austrália	Alemanha	Canadá	E.U.A.	Japão	Holanda	Reino Unido	Brasil
1976								
Exportação	12.973	99.452	39.979	114.694	66.028	36.791	46.195	10.128
Importação	– 10.948	– 82.763	– 38.318	–124.047	– 56.138	– 35.015	– 51.905	– 12.383
Superávit (+) Déficit (–)	2.025	16.689	1.661	– 9.353	9.890	1.776	– 5.710	– 2.255
1977								
Exportação	13.127	113.935	43.267	120.587	79.333	39.810	56.547	12.120
Importação	– 12.186	– 94.535	– 40.227	–151.643	– 61.981	– 40.025	– 58.944	– 12.023
Superávit (+) Déficit (–)	941	19.400	3.040	–31.056	17.352	– 215	– 2.397	97
1978 (*)								
Exportação	6.711	65.403	23.530	67.353	44.832	22.187	33.302	12.650
Importação	– 6.539	– 54.190	– 21.934	– 85.754	– 32.477	– 22.683	– 34.223	– 13.639
Superávit (+) Déficit (–)	172	11.213	1.596	– 18.401	12.355	– 496	– 921	– 989 (**)

(*) Jan./Junho.
(**) Jan./Dezembro.
Fonte: MINIFAZ, CACEX e IFS.
COTEC.

Reservas Internacionais

As reservas internacionais – ouro, moeda estrangeira e DES (Direito Especial de Saque) – dos países industrializados experimentaram acréscimo de 3.812 milhões de DES (US$ 4.688 milhões) no primeiro semestre de 1978, cabendo ao Japão, França, Itália e Suécia os maiores incrementos.

Ao final de junho de 1978, aqueles países mantinham disponibilidade de 143.231 milhões de DES, representando mais de 50% das reservas mundiais (1 DES = US$ 1,2298 em jun./78).

As reservas britânicas declinaram 18%, visto que parte foi empregada para amortizar dívidas. Alemanha Ocidental, Holanda, Austrália e Estados Unidos não apresentaram variações significativas em suas posições.

As disponibilidades cambiais brasileiras – US$ 11.740,6 milhões – evoluíram 61,8%, até dezembro, situando o Brasil no 10º lugar em reservas.

RESERVAS INTERNACIONAIS
Principais Países Industrializados e Brasil
– US$ milhões

Especificação	Dez./76	Dez./77	Out./78
Alemanha	34.801	39.737	49.543
Austrália	3.170	2.384	2.580
Canadá	5.843	4.608	5.101
Estados Unidos	18.320	19.390	20.310
França	9.728	10.194	13.394
Holanda	7.387	8.065	7.508
Reino Unido	4.230	21.057	17.461
Itália	6.654	11.629	14.118
Japão	16.605	23.261	29.630
Suécia	2.491	3.668	4.304
Brasil	6.544	7.256	11.741(*)

(*) Dezembro/78.
Fonte: IFS – BACEN.
COTEC.

1–Praia de Salvador - BA
2–Museu de Arte
de São Paulo

1-Foz do Iguaçu - PR

PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA

O ano de 1978 apresentou a continuação do esforço nacional para superar os desajustes que têm afetado o País desde a quadruplicação dos preços do petróleo. Esses esforços visam fundamentalmente a minimizar os problemas de inflação e de desequilíbrio nas contas externas, que ainda persistem, embora seus efeitos venham sendo paulatinamente assimilados.

A dificuldade principal a superar deve-se ao fato de o Brasil necessitar manter taxas adequadas de crescimento que permitam evitar eclosão de pressões sociais graves. Também a generalizada reação dos países desenvolvidos, que relutam em aumentar o intercâmbio comercial com as nações em fase de desenvolvimento, tem prejudicado nossa economia. A criação de barreiras alfandegárias ou exigência de reciprocidade entre os componentes das diversas classes de países constitui empecilho à melhoria de condições dos países economicamente mais frágeis.

Além disso, o equilíbrio da balança comercial brasileira foi sensivelmente prejudicado pela queda dos produtos primários, em virtude de fatores climáticos adversos que frustraram as safras de produtos responsáveis por 57% das exportações em 1977, participação reduzida a cerca de 40% no presente exercício.

Impulsionadas pela política de suporte do Governo Federal, as exportações de manufaturados apresentaram desempenho expressivo, superando as projeções iniciais.

As divisas geradas pelos produtos industrializados cresceram 33% em relação a 1977, ainda assim insuficientes para compensar a redução de receita dos produtos primários e eliminar o déficit comercial.

Entretanto, a credibilidade de que desfruta o País no cenário financeiro internacional ensejou a entrada maciça de recursos, que contribuíram para a elevação das reservas cambiais ao nível de US$ 11,7 bilhões ao final do exercício, 62% acima de 1977, embora provocando acentuada pressão sobre os meios de pagamento.

Em conseqüência, o combate à inflação perdeu muito de sua eficiência, devido também à escassez da oferta de produtos agropecuários, favorecendo a alta dos preços e deslocando os índices inflacionários para patamares acima dos esperados.

As medidas adotadas para diminuir as necessidades de importações não impediram que alguns segmentos do setor de transformação se expandissem favoravelmente. Os resultados se refletiram no crescimento industrial de cerca de 8%, contribuindo de forma positiva para compensar o menor desempenho da agropecuária e assegurar incremento de 6,3% para o PIB em 1978.

Realçaram-se os ramos farmacêutico, químico, de matérias plásticas e, principalmente, o de material de transporte, que superou a marca inédita de um milhão de veículos fabricados no ano.

A persistência de fortes pressões inflacionárias levou as Autoridades Monetárias a adotarem, em novembro, medidas de restrição creditícia e reescalonamento da liberação dos recursos externos retidos no Banco Central.

Procurou-se, com essas providências, resguardar o País da necessidade da adoção de medidas mais radicais e oferecer ao novo Governo melhores perspectivas na condução da política econômica.

Meios de Pagamento

Atingiu Cr$ 461,6 bilhões o saldo dos meios de pagamento no fim de 1978, com expansão de 41,9% sobre dezembro/77. Dentre seus componentes, a moeda escritural elevou-se em 41,2%, enquanto o papel-moeda em poder do público cresceu 44,8%.

O propósito das autoridades de exercer efetivo controle sobre a expansão da moeda e do crédito, mantendo o Orçamento Monetário dentro das projeções mensais estabelecidas para o exercício, foi bastante prejudicado por fatores supervenientes.

A meta inicial de 25% de acréscimo dos meios de pagamento já em abril teve de ser revista, por força da estiagem ocorrida no Centro-Sul do País. A prorrogação dos prazos de financiamento e a concessão de créditos especiais aos produtores da Região contribuíram para que a política de contenção creditícia ficasse desde logo prejudicada.

Em contrapartida, foi adiado, por prazo indeterminado, o resgate de ORTNs em poder dos bancos comerciais, adquiridas ao final de 1977 em virtude de elevação transitória do depósito compulsório de 35% para 40%.

A necessidade de novas medidas de caráter restritivo tornou-se premente em decorrência da expressiva entrada de capitais externos que, a partir de março, elevou substancialmente o nível das reservas internacionais.

Assim, o Conselho Monetário Nacional decidiu em junho congelar por 30 dias a liberação do contravalor em cruzeiros, ampliando, posteriormente, o prazo para 120 e, finalmente, em agosto para 150 dias.

No âmbito dos bancos comerciais, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu nova sistemática de recolhimento compulsório sobre depósitos à vista. Aqueles estabelecimentos ficaram autorizados a sacar até 20% de seu compulsório, desde que ajustassem a média quinzenal do recolhimento ao limite obrigatório de 35%.

O novo mecanismo visou principalmente a atenuar a demanda pelos redescontos de liquidez, permitindo ao sistema bancário maior flexibilidade quanto às necessidades imediatas de caixa.

Procurando, ainda, desestimular os empréstimos de liquidez, o Banco Central elevou suas taxas de assistência financeira, atingindo 33% na faixa intralimite e 36% na extralimite.

O elenco de medidas mostrou-se, contudo, insuficiente para conter a oferta de moeda e de crédito dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Orçamento Monetário. Ao término de 1978, a expansão dessas variáveis superou expressivamente as metas oficiais, com os meios de pagamento registrando desvio de 13,6% (Cr$ 55 bilhões) sobre o programado.

O excesso de empréstimos do sistema bancário ao setor privado alcançou 9,9% (Cr$ 92,8 bilhões), por força das aplicações dos bancos comerciais – lastreadas em grande parte pelos depósitos a prazo e empréstimos externos – enquanto as operações do Banco do Brasil se situaram praticamente dentro das projeções orçamentárias.

MEIOS DE PAGAMENTO

Meses	1977			1978		
	Saldos Cr$ milhões	Variação % No ano	Variação % Em 12 meses	Saldos Cr$ milhões	Variação % No ano	Variação % Em 12 meses
Janeiro	216.065	– 8,6	33,9	303.037	– 6,8	40,3
Fevereiro	219.697	7,1	34,0	310.488	– 4,5	41,3
Março	226.020	– 4,4	36,2	319.518	– 1,8	41,4
Abril	241.645	2,2	42,0	334.106	2,7	38,3
Maio	245.285	3,7	38,8	337.966	3,9	37,8
Junho	260.524	10,2	35,1	360.415	10,8	38,3
Julho	261.974	10,8	36,7	362.328	11,4	38,3
Agosto	266.522	12,7	39,1	374.484	15,1	40,5
Setembro	277.492	17,3	41,2	391.512	20,4	41,1
Outubro	287.344	21,5	40,0	404.884	24,5	40,9
Novembro	294.431	24,5	37,5	420.351*	29,2	42,8
Dezembro	325.243	37,5	37,5	461.593*	41,9	41,9

(*) Estimado.

Fonte: BACEN.
COTEC.

Comportamento dos Preços

A inflação, medida pelo Índice Geral de Preços no conceito de disponibilidade interna (IGP-DI), apresentou no início do ano taxas mensais mais moderadas em relação a 1977. Entretanto, a partir de maio, como reflexo principalmente da estiagem que prejudicou diversas lavouras, o processo inflacionário recrudesceu, alcançando índices mensais superiores às marcas atingidas no ano anterior.

A taxa acumulada de 40,8% superou em 2,0 pontos percentuais a verificada em 1977, em que pese ao empenho do Governo em conseguir menor expansão dos preços.

Com relação aos componentes do IGP/DI, o IPA (Índice de Preços por Atacado) registrou a maior elevação: 43,0%, devido basicamente à evolução dos preços dos produtos rurais.

De outro lado, os Índices do Custo de Vida e de Construção no Rio de Janeiro registraram variações acumuladas de 38,1% (43,1% em 1977) e 37,0% (44,7% em 1977), respectivamente. O menor crescimento do índice representativo do custo de construção evidencia o arrefecimento do setor imobiliário em 1978.

ÍNDICES DE PREÇOS
Variação Percentual Mensal

Meses	Índice Geral de Preços – DI		Índice de Preços por Atacado – DI		Custo de Vida – RJ		Custo de Construção RJ	
	1977	1978	1977	1978	1977	1978	1977	1978
Janeiro	3,7	2,7	3,1	3,0	5,1	2,2	3,7	1,9
Fevereiro	3,2	3,4	2,8	3,6	3,2	3,6	5,0	1,9
Março	4,2	3,3	4,3	3,4	4,2	2,7	3,2	4,4
Abril	4,1	3,4	4,3	3,5	3,3	2,3	5,0	5,2
Maio	3,6	3,2	3,4	3,5	3,5	3,2	5,1	2,1
Junho	2,0	3,6	1,6	3,6	2,6	4,1	2,1	2,5
Julho	2,1	2,8	1,9	2,5	2,4	3,7	2,0	2,2
Agosto	1,3	2,7	0,9	2,8	1,9	2,4	1,7	2,5
Setembro	1,8	2,6	1,5	2,7	2,2	2,0	1,8	3,2
Outubro	2,7	2,9	2,3	3,2	2,9	2,6	4,8	2,0
Novembro	2,6	2,7	2,6	3,1	2,8	2,2	2,0	2,5
Dezembro	2,1	1,5	2,1	1,4	2,3	1,8	1,4	1,7
ACUMULADO	38,8	40,8	35,5	43,0	43,1	38,1	44,7	37,0

Fonte: BACEN.
COTEC.

ÍNDICES DE PREÇOS POR ATACADO
Principais itens
Variação acumulada

Especificação		1976	1977	1978
Produtos Agrícolas	(OG)	67,0	34,2	47,6
Produtos Industriais	(OG)	40,3	35,5	39,9
Gêneros Alimentícios	(DI)	50,1	37,5	51,9
Matérias-Primas	(DI)	38,0	28,4	35,2

Fonte: BACEN.
COTEC.

Haveres Não-Monetários

Os recursos líquidos arrecadados pelos principais instrumentos não-monetários do Sistema Financeiro Nacional alcançaram Cr$ 390 bilhões em 1978, com expansão de 57,5% sobre o saldo de dezembro de 1977.

A satisfatória remuneração oferecida pelo mercado, principalmente para cadernetas de poupança e depósitos a prazo fixo, tem atraído a atenção dos investidores para esses papéis.

PRINCIPAIS HAVERES NÃO-MONETÁRIOS

Especificação	Saldos em Cr$ milhões Dezembro/78	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez./76	Dez./77	Dez./78	Dez./76 Dez./75	Dez./77 Dez./76	Dez./78 Dez./77
Depósitos de Poupança	286.863	24,7	26,1	26,8	94,7	64,9	61,8
Depósitos a Prazo Fixo	226.229	16,8	19,6	21,2	34,0	81,9	70,0
Aceites Cambiais	134.534	15,7	12,6	12,6	22,5	25,2	57,1
Letras Imobiliárias	10.668	2,2	1,6	1,0	9,4	10,5	1,3
Títulos da Dívida Pública Federal	369.275	35,3	35,5	34,6	57,8	56,3	53,5
ORTN	174.659	19,4	17,6	16,4	40,4	41,5	46,3
LTN	194.500	15,9	17,9	18,2	85,6	74,3	60,7
Outros	116	0,0	0,0	0,0	144,4	14,8	14,9
Títulos da Dívida Pública Estadual e Municipal	40.841	5,3	4,6	3,8	67,9	34,0	31,2
TOTAL	1.068.[illegible]	100,0	100,0	100,0	52,5	55,6	57,5

Fonte: BACEN.
COTEC.

Depósitos de Poupança

Os primeiros meses do ano foram críticos para os depósitos de poupança, reflexo direto da retirada parcial dos estímulos fiscais e queda de rentabilidade ocorridas ao final de 1977.

Somente a partir de abril este instrumento de captação retomou a preferência do público investidor, por força dos novos incentivos que passaram a ser oferecidos.

A criação da caderneta de poupança programada, com juros anuais de 7,2%, e do seguro de vida automático para o depositante; a ampliação do benefício fiscal, permitindo abater, no imposto de renda devido, 4% da média aritmética anual dos saldos até 1.000 UPCs e 2% sobre o que exceder esse limite; a elevação dos índices utilizados na determinação dos rendimentos e a alteração no sistema de cálculo foram as medidas adotadas para que os depósitos de poupanças retornassem à posição de destaque entre os haveres não-monetários.

Em resposta, esses depósitos cresceram 61,8%, apresentando ao final de 1978 saldo de Cr$ 287 bilhões e proporcionaram rentabilidade de 45,5% no ano.

Depósitos a Prazo Fixo

A política de contenção monetária induziu os bancos comerciais a buscarem recursos através da captação dos depósitos a prazo – não sujeitos ao recolhimento compulsório – o que possibilitou maior expansão de seus empréstimos.

Com prazo mínimo de 180 dias, esses depósitos expandiram-se 70,0% em relação a dezembro/77 – saldo de Cr$ 226,2 bilhões ao final de 1978 – detendo os bancos comerciais 55% do acréscimo.

Aceites Cambiais

As elevadas taxas das operações ativas das financeiras proporcionaram satisfatória rentabilidade às letras de câmbio, resultando em boa aceitação destes títulos pelo mercado.

A colocação líquida de letras de câmbio alcançou Cr$ 48,9 bilhões, elevando o saldo a Cr$ 134,5 bilhões ao final do período, com expansão de 57% em relação a 1977.

Títulos da Dívida Pública Federal

O crescente afluxo de recursos externos exerceu acentuada pressão sobre os meios de pagamento, obrigando o Governo a emitir títulos – sobretudo LTN – para controlar a oferta monetária.

Em conseqüência, o saldo da dívida pública expandiu-se 53,5%, participando as LTNs com 53% do total, contra 50% em 1977.

Com o propósito de melhorar o perfil da dívida pública, elastecendo o prazo médio de resgate, as autoridades elevaram, a partir de maio, a taxa de juros das ORTNs em 2 pontos – de 4% para 6% nos títulos com 2 anos de prazo e de 6% para 8% nos de 5 anos.

Títulos da Dívida Pública Estadual e Municipal

As operações de empréstimos amparadas por estes títulos foram suspensas pelo Governo Federal e o incremento de 31% verificado no saldo das obrigações refletiu apenas o serviço da dívida.

Mercado de Ações

O comportamento do mercado acionário foi caracterizado por forte expansão no primeiro trimestre, seguido de queda generalizada no segundo, estabilizando-se daí por diante, com pequenas oscilações, até o final do ano.

A valorização média dos índices IBV e BOVESPA (26,9% e 28,2% respectivamente), nos três primeiros meses do ano, chegou a delinear novo *boom*, a exemplo do ocorrido em 1971.

Passado o período de ascensão, surgiram pressões de venda sobre as *blue-chips* e sobre algumas ações de segunda linha, quando o mercado entrou em declínio até o final de abril e, a partir daí, estabilizou-se até novembro.

Alguns fatores conjunturais concorreram para desviar o investidor das bolsas de valores, tais como o recrudescimento do processo inflacionário, as elevadas taxas praticadas no *open market*, maior número de títulos de renda fixa em circulação e taxas mais atraentes nos depósitos a prazo fixo, entre outros.

Medidas institucionais foram, então, adotadas com o objetivo de assegurar condições ao desenvolvimento estável e equilibrado do mercado.

Em abril de 1978, a Comissão de Valores Mobiliários deu início a suas atribuições legais, passando a regulamentar, administrar, fiscalizar e autorizar operações no âmbito do mercado acionário, representando novo marco na história do mercado bursátil do País.

Com o intuito de eliminar os inconvenientes da sazonalidade, modificou-se o esquema de liberações do Fundo 157, que passaram a ser feitas em seis parcelas mensais, a partir de setembro.

Finalmente, determinou-se que, a partir de julho/78, os fundos fiscais movimentassem suas carteiras somente através de corretoras que não administrassem Fundos 157.

Os títulos negociados somaram 26.828 milhões no montante de Cr$ 52.697 milhões (expansão de 57,2% e de 39,8%, respectivamente, sobre o movimento global de 1977), e os índices IBV e BOVESPA, em 1978, valorizaram-se apenas 24,3% e 31,1%, contra 14,8% e 24,8% em 1977.

Mercado Cambial

As autoridades brasileiras deram continuidade à política de minidesvalorizações cambiais, modificando 16 vezes a paridade entre o cruzeiro e o dólar, em 1978.

O exercício encerrou-se com a moeda americana cotada a Cr$ 20,78 para compra e Cr$ 20,92 para venda, acumulando 30% de desvalorização em relação a dezembro de 1977.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO

MESES	1977				1978			
	Taxa (Cr$/US$)		Var. % relativa à taxa de venda		Taxa (Cr$/US$)		Var. % relativa à taxa de venda	
	Compra	Venda	No mês	No ano	Compra	Venda	No mês	No ano
Janeiro	12,520	12,590	1,98	1,98	16,150	16,250	1,25	1,25
Fevereiro	12,800	12,870	2,22	4,25	16,395	16,495	1,51	2,77
Março	12,980	13,050	1,40	5,71	16,845	16,945	2,73	5,58
Abril	13,295	13,365	2,41	8,26	17,165	17,265	1,89	7,57
Maio	13,930	14,000	4,75	13,41	17,600	17,700	2,52	10,28
Junho	14,280	14,350	2,50	16,24	17,930	18,030	1,86	12,34
Julho	14,490	14,560	1,46	17,94	18,310	18,410	2,11	14,70
Agosto	14,740	14,810	1,72	19,97	18,750	18,850	2,39	17,45
Setembro	14,920	15,020	1,42	21,67	19,150	19,250	2,12	19,94
Outubro	15,175	15,275	1,70	23,73	19,540	19,640	2,03	22,37
Novembro	15,435	15,535	1,70	25,84	19,950	20,050	2,09	24,92
Dezembro	15,950	16,050	3,32	30,01	20,780	20,920	4,34	30,34

Fonte: CAMIO.
COTEC.

Agropecuária

A política agrária tornou-se em 1978 tema prioritário das discussões nacionais, que buscam, através do redirecionamento do modelo agrícola, alternativas capazes de assegurar a continuidade do desenvolvimento brasileiro.

Tal preocupação ressalta a importância da agropecuária e seu reflexo no desempenho da economia nacional.

A agricultura não repetiu em 1978 o expressivo comportamento do ano anterior, em face das frustrações de safras e das quedas nas cotações internacionais dos principais produtos de exportação, repercutindo diretamente na elevação dos preços internos e no resultado negativo de nossa balança comercial.

Prolongada estiagem reduziu a produção de milho (−30%), soja (−24%), arroz (−19%) e algodão (−16%), provocando perdas equivalentes a 10% da renda gerada pela agricultura.

Só a produção de cereais sofreu queda de 22,1%, passando de 30,8 para 24 milhões de toneladas. Quanto às oleaginosas (algodão, amendoim, mamona e soja), a produção atingiu 11,7 milhões de toneladas, 22% inferior a 1977, respondendo a soja por 3 milhões de toneladas nessa redução.

As geadas de agosto afetaram a produção de trigo do Paraná e seus efeitos, embora atenuados pelo excelente desempenho da safra tritícola gaúcha, aumentaram nossa dependência de importação do produto. Cerca de um terço dos cafezais foi também atingido pelas geadas, prevendo-se para 1979 safra de apenas 16 milhões de sacas, insuficientes para atender os compromissos assumidos, em vez da estimativa anterior de 24 milhões de sacas.

Considerada a *performance* da agricultura em 1978, a análise do setor, tendo como parâmetro os excelentes resultados de 1977, poderá ensejar visão distorcida de seu real desempenho nos últimos anos.

Daí revelar-se mais consistente seu exame a longo prazo, quando observar-se-ão significativos avanços em termos de área e produção.

BRASIL — PRODUÇÃO E ÁREA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS
Média Trienal – 1970/72, 1973/75 e 1976/78

PRODUTOS	ÁREA – hectares (***)					PRODUÇÃO – toneladas (***)				
	1970-1972	1973-1975	1976-1978	VARIAÇÃO % 73-75 / 70-72	VARIAÇÃO % 76-78 / 73-75	1970-1972	1973-1975	1976-1978	VARIAÇÃO % 73-75 / 70-72	VARIAÇÃO % 76-78 / 73-75
ABACAXI(*)	33.495	30.540	24.681	8,8	19,2	324.192	335.404	363.170	3,5	8,3
ALGODÃO (caroço)	4.409.241	4.013.295	3.826.483	8,9	4,8	2.245.402	1.979.628	1.593.490	− 11,8	19,5
ALHO	13.777	9.093	(1) 6.204	− 34,0	− 31,8	36.452	23.823	(1) 22.793	34,6	4,3
AMENDOIM	718.248	408.272	287.004	− 43,2	− 29,7	943.016	494.865	387.664	47,5	21,7
ARROZ	4.854.824	4.921.995	6.015.366	1,4	22,2	7.323.498	7.235.234	8.582.243	1,2	18,6
AVEIA	30.829	38.923	43.900	26,3	12,8	26.910	37.753	40.496	40,3	7,3
BANANA(**)	271.450	311.234	332.300	14,7	6,8	520.149	356.675	406.997	− 31,4	14,1
BATATA-INGLESA	208.213	190.724	196.580	8,4	3,1	1.584.392	1.554.715	1.872.907	− 1,9	20,5
CACAU	440.598	460.840	428.181	4,6	7,1	212.410	214.140	236.932	0,8	10,6
CAFÉ em coco	2.353.011	2.150.560	1.636.087	− 8,6	− 23,9	2.534.618	2.507.003	1.698.139	1,1	32,3
CANA-DE-AÇÚCAR	1.751.924	1.994.898	2.275.134	13,9	14,0	81.746.519	93.047.423	117.651.522	13,8	26,4
CEBOLA	51.555	51.469	56.582	0,2	9,9	284.597	329.784	470.070	15,9	42,6
CENTEIO	22.389	21.159	10.745	− 5,5	− 49,2	18.451	18.659	10.425	1,1	44,1
CEVADA	22.855	19.306	77.057	− 15,5	299,1	20.608	16.792	90.655	18,5	439,9
COCO-DA-BAÍA(*)	118.711	146.340	161.693	23,3	10,5	657.130	509.291	473.287	22,5	7,1
FEIJÃO	3.793.364	4.083.308	3.840.001	7,5	5,6	2.525.221	2.250.837	2.125.035	10,9	5,6
FUMO	245.933	243.319	304.325	1,1	25,1	250.447	272.130	353.518	8,7	29,9
JUTA E MALVA	53.149	76.258	87.161	43,5	14,3	53.990	77.812	90.926	44,1	16,9
LARANJA(*)	217.095	400.685	435.171	84,6	8,6	16.909.052	28.604.187	37.137.100	69,2	29,8
MAMONA	372.884	511.839	281.174	37,3	45,1	365.163	458.577	244.246	25,6	46,7
MANDIOCA	2.049.497	2.050.463	2.176.071	0,0	6,1	29.840.787	25.814.085	25.783.743	13,5	0,1
MILHO	10.315.847	10.483.569	11.338.674	1,6	8,2	14.312.401	15.597.873	16.929.968	8,2	8,5
PIMENTA-DO-REINO	5.773	8.843	11.500	53,2	30,0	14.962	27.162	36.406	81,5	34,0
RAMI	21.686	18.618	7.892	− 14,1	− 57,6	52.077	34.663	13.033	33,4	62,4
SISAL ou AGAVE	285.236	279.678	293.089	2,0	4,8	279.003	288.539	204.897	3,4	29,0
SOJA	1.742.228	4.860.972	7.107.348	179,0	46,2	2.271.821	7.593.716	10.903.127	234,3	43,6
SORGO GRANÍFERO		114.852	158.195		37,7		231.476	384.451		66,1
TOMATE	46.973	47.480	50.998	1,1	7,4	828.580	1.001.101	1.292.048	21,3	29,1
TRIGO	2.161.377	2.414.016	3.234.653	11,7	34,0	1.612.833	2.226.016	2.529.994	38,0	13,7
UVA	70.914	56.534	59.457	20,6	5,5	554.837	546.493	657.676	1,5	20,3

FONTE: FIBGE/CEPAGRO e IBC para café.
(*) Mil frutos; (**) Mil cachos; (1) Média de 1977 e 1978
(***) 1978 – Dados preliminares

Entre 1970/72 e 1976/78 a área colhida expandiu-se 22%, passando de 36,7 para 44,8 milhões de hectares. Maior evolução ocorreu nas áreas de arroz, cana-de-açúcar, laranja, milho, soja, fumo e trigo. O último, com acréscimo de 50%, revela o esforço do País para se tornar auto-suficiente também nesse cereal básico.

Quanto à produção, os maiores ganhos ocorreram nos produtos exportáveis, com exceção do algodão e do café, embora culturas de menor peso e prioridade, como aveia, batata, cebola, cevada, juta, pimenta e sorgo, venham assinalando também expressivos incrementos.

As lavouras de subsistência, como feijão e mandioca, registraram queda de produção, causando problemas no abastecimento interno, uma vez que esses produtos fazem parte, ao lado do arroz, da dieta alimentar básica da maior parte da população brasileira.

Como se pode observar no quadro, as lavouras brasileiras, de modo geral, vêm elevando seus coeficientes de produtividade, embora os resultados, com raras exceções, ainda sejam insatisfatórios em relação aos parâmetros internacionais.

BRASIL – PRODUTIVIDADE DAS PRINCIPAIS LAVOURAS
Média Trienal – 61/63, 70/72, 73/75 e 76/78

PRODUTOS	PRODUTIVIDADE – kg/ha (***)							
	61-63	70-72	73-75	76-78	VARIAÇÃO %			
					70-72 / 61-63	73-75 / 70-72	76-78 / 73-75	76-78 / 61-63
ABACAXI(*)	6.809	9.679	10.982	14.715	42,2	13,5	34,0	116,1
ALGODÃO (caroço)	555	510	493	417	– 8,1	– 3,3	– 15,4	– 24,9
ALHO (1)	2.286	2.646	2.620	3.674	15,7	– 1,0	40,2	60,7
AMENDOIM	1.375	1.313	1.212	1.351	– 4,5	– 7,7	11,5	– 1,7
ARROZ	1.629	1.508	1.470	1.427	– 7,4	– 2,5	– 2,9	– 12,4
AVEIA	682	873	970	922	28,0	11,1	– 4,9	35,2
BANANA(**)	1.419	1.916	1.146	1.225	35,0	– 40,2	6,9	– 13,7
BATATA-INGLESA	5.759	7.609	8.151	9.527	32,1	7,1	16,9	65,4
CACAU	312	482	464	553	54,5	– 3,7	19,2	77,2
CAFÉ em coco	924	1.077	1.166	1.038	16,6	8,3	– 11,0	12,3
CANA-DE-AÇÚCAR	42.751	46.661	46.643	51.712	9,1	0,0	10,9	21,0
CEBOLA	4.907	5.520	6.407	8.310	12,5	16,1	29,7	69,3
CENTEIO	743	824	882	970	10,9	7,0	10,0	30,6
CEVADA	799	902	870	1.176	12,9	– 3,5	35,2	47,2
COCO-DA-BAÍA(*)	5.643	5.536	3.480	2.927	– 1,9	– 37,1	– 15,9	– 48,1
FEIJÃO	652	665	551	553	2,0	– 17,1	0,4	– 15,2
FUMO	791	1.018	1.118	1.162	28,7	9,8	3,9	46,9
JUTA E MALVA	1.244	1.016	1.020	1.043	– 18,3	0,4	2,2	– 16,2
LARANJA(*)	74.602	77.888	71.388	85.339	4,4	– 8,3	19,5	14,4
MAMONA	780	979	896	869	25,5	– 8,5	– 3,0	11,4
MANDIOCA	13.440	14.560	12.589	11.849	8,3	– 13,5	– 5,9	– 11,8
MILHO	1.311	1.397	1.488	1.493	6,6	6,5	0,3	13,9
PIMENTA-DO-REINO	1.540	2.592	3.072	3.166	68,3	18,5	3,1	105,6
RAMI	–	2.401	1.862	1.651	–	– 22,4	– 11,3	–
SISAL ou AGAVE	1.095	978	1.032	699	– 10,7	5,5	– 32,3	– 33,5
SOJA	1.051	1.304	1.562	1.534	24,1	19,8	– 1,8	46,0
SORGO GRANÍFERO	–	–	2.015	2.430	–	–	20,6	–
TOMATE	13.719	17.576	21.085	25.335	28,1	20,0	20,2	84,7
TRIGO	642	746	922	782	16,2	23,6	– 15,2	21,8
UVA	6.626	7.824	9.701	11.061	18,1	24,0	14,0	66,9

FONTE: FIBGE/CEPAGRO e IBC para café.
(*) Frutos/ha; (**) Cachos/ha; (1) Apenas o biênio 77-78.
(***) 1978 – Dados preliminares.

Se comparados aos índices do triênio 1961/63, maiores progressos foram obtidos pelos hortifrutigranjeiros (abacaxi, alho, laranja, pimenta, tomate e uva), que vêm recebendo grande estímulo nos preços em virtude do consumo crescente.

As receitas obtidas estimulam os produtores a adotarem técnicas mais modernas de cultivo, com a utilização de sementes melhoradas, adubos e defensivos adequados.

Comportamento idêntico é observado nos produtos de exportação, explorados geralmente em bases empresariais com amplo apoio da tecnificação e do crédito agrícolas.

As lavouras de subsistência, todavia, registraram decréscimo na produtividade, em virtude de métodos rudimentares de cultivo, da concorrência de culturas mais rentáveis e de sua atomização, que dificulta a assistência técnica e creditícia.

Pesquisas coordenadas pela EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a assistência técnica promovida pela EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural começam a mostrar resultados, que já se refletem na elevação da produtividade e da renda do setor.

Órgãos governamentais e iniciativa privada somam esforços para viabilizar o aumento da produção e da produtividade agrícolas, combinando técnicas modernas de cultivo com utilização intensiva da mão-de-obra abundante no campo. Almeja-se, dessa forma, obter um produto de custo social mais baixo em comparação àquele decorrente da aplicação, em larga escala, de máquinas e insumos modernos, que exigem grandes empréstimos subsidiados.

Os preços dos principais produtos agrícolas a nível de fazenda registraram crescimentos reais, à exceção do cacau, café e da laranja. A nível de atacado, os dos cereais e grãos evoluíram 52,1%, fibras vegetais 47,0%, legumes e frutas 69,7%, oleaginosas 52,0% e raízes e tubérculos 89,5%.

Foi satisfatório o desempenho da pecuária e, para a bovinocultura, responsável por cerca de 80% da renda do setor, 1978 assinalou o início de um novo ciclo produtivo. Os preços do boi gordo mais do que dobraram, atingindo, especialmente no segundo semestre, cifras superiores a Cr$ 500,00/15 kg.

A escassez do produto foi suprida por importação de 110 mil toneladas em 1978, cerca de 5% do consumo interno de carne bovina.

Reajustes satisfatórios nos preços pagos ao produtor e adoção de moderna tecnologia – eis os fatores que determinaram o revigoramento da pecuária leiteira, revertendo a tendência declinante de produção observada nos anos anteriores, que acarretava crescente importação de produtos lácteos.

Com incremento superior a 10%, a produção leiteira aumentou sensivelmente sua oferta nas principais bacias produtoras, superando, ao final do ano, a capacidade de armazenamento das cooperativas e exigindo das autoridades o encaminhamento de soluções especiais para a guarda dos excedentes.

Resolveu então o Governo antecipar o programa de formação de estoques reguladores para 1979, destinando Cr$ 1,5 bilhão à aquisição de tais excedentes.

No contexto da pecuária, destaca-se gradativamente a avicultura nacional. A evolução de seus preços em relação às demais carnes abriu novas perspectivas ao setor avícola, elevando sua produção a 860 mil toneladas, 25% superior à de 1977 e equivalente a 30% da carne bovina, que até recentemente respondia pela quase totalidade do abastecimento interno.

Essa crescente participação decorre do elevado nível tecnológico introduzido no ramo, desde a fase de produção até a comercialização de seus produtos.

A produção de ovos cresceu 10%, atingindo 570 milhões de dúzias, enquanto o rebanho avícola industrial alcançou 580 milhões de cabeças. Contribuíram para o crescimento, além da escassez de carne bovina, os problemas causados pela peste suína africana, as restrições às exportações de ovos fecundados e pintos de um dia e os incentivos concedidos à exportação de carne de frango, com as vendas externas já correspondendo a 10% da produção nacional.

A suinocultura enfrentou dificuldades em 1978, em virtude da ocorrência de focos da peste suína, que atingiu principalmente as pequenas criações e dizimou aproximadamente 5% do rebanho nacional.

Verificou-se generalizada retração na demanda, com reflexo negativo para os produtores e industriais. Procurando reativar o setor, o Governo realizou campanha de esclarecimentos e criou linhas especiais de crédito. Ao final do ano, já se verificava gradativa regularização na procura de seus produtos.

Entretanto, a recomposição do rebanho ocorre rapidamente, tendo em vista o curto período de gestação (120 dias) e a quantidade de filhotes (8 a 12) em cada parto. A taxa de desfrute de 36% é considerada de bom nível e nos Estados de maior produção chega a atingir 60%. Em Santa Catarina – grande produtor nacional – supera 80%.

As vendas externas de produtos de origem agropecuária tiveram menor participação nas exportações brasileiras, respondendo por apenas 54% das receitas cambiais, contra 66% em 1977. Tal redução deve ser atribuída em grande parte à diminuição dos preços e da quantidade de café e soja em grão exportados.

Indústria

O exercício de 1978 revelou-se favorável à atividade industrial, ao contrário do que ocorrera no ano anterior, quando medidas de desaquecimento da economia levaram o setor ao mais fraco desempenho dos últimos onze anos.

A recuperação da indústria possibilitou ao setor voltar a influir decisivamente nos números finais do PIB, compensando, de certa forma, o menor crescimento da agropecuária.

A indústria de transformação, segmento mais expressivo do setor secundário, experimentou incremento de 7,8%, traduzindo substancial recuperação em face da moderada expansão de 2,3% em 1977.

Setores de modesto desempenho em 1977, não raro com acentuado declínio no volume de produção, passaram a comportar-se com redobrado ânimo, recuperando-se da fase de desaceleração com que tiveram de conviver. Foi o caso, por exemplo, dos ramos automobilístico, farmacêutico, têxtil, papel e papelão, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, material plástico, elétrico e de comunicações.

Na área de produtos químicos, de apreciável peso no valor da transformação industrial, persistiu excelente nível de crescimento, repetindo seu comportamento desde 1976. O setor pode ser considerado como um dos que mais contribuíram para a recuperação da atividade, fruto do empenho nacional em conduzir a bom termo grandes projetos substitutivos de importação.

A indústria automobilística ultrapassou a marca de um milhão de unidades anuais, da qual tantas vezes se avizinhara nos últimos cinco anos, apresentando, ao final de 1978, expansão da ordem de 15%.

O expressivo crescimento de 37% foi observado na quantidade de veículos exportados. Foram vendidas para o exterior 95 mil unidades, demonstrando o sucesso da política de conquista e fortalecimento de mercados em que o País se vê empenhado.

Situação inversa ocorreu na área de tratores e máquinas agrícolas, pois os produtores rurais, ressentindo-se dos prejuízos resultantes das frustrações de safras, vêm relutando em assumir encargos de maior expressão. Outro fator de ponderável influência na produção do setor em 1978 se deveu à parcial contenção das operações para investimentos em máquinas e implementos agrícolas.

Entretanto, os financiamentos foram estendidos à aquisição de máquinas agrícolas usadas e, mais recentemente, a motoniveladoras e pás-carregadeiras, sendo de ressaltar as vendas externas, que atingiram seis mil unidades, com crescimento de 80% em relação ao número de tratores exportados em 1977.

O setor metalúrgico evoluiu 5,4%, em relação ao período anterior e seu menor desempenho deveu-se ao comportamento da siderurgia, com a produção de aço em lingotes expandindo-se 8,4%. O destaque permaneceu com a produção de laminados planos, incremento de 23,5%, enquanto a de não-planos evoluiu somente 5,7%.

A produção nacional de aço superou doze milhões de toneladas, 60% das quais fornecidas pelas empresas do grupo estatal controlado pela SIDERBRÁS. A maior parte dessa contribuição distribuiu-se pela Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Siderúrgica Paulista e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., todas empenhadas em sucessivos estágios de ampliação.

O descompasso da siderurgia mundial, que só em 1978 começou a apresentar indícios de recuperação, não alterou muito os planos de ampliação das usinas brasileiras. Diante da atual tendência internacional, o Brasil parte agora para a implantação da siderúrgica de Tubarão, dimensionada para produzir seis milhões de toneladas anuais.

O ramo têxtil, responsável, até fevereiro, pelos mais altos indicadores de toda a produção manufatureira, arrefeceu seu desempenho a partir de março, cessados os fatores sazonais causadores do impulso. Mesmo assim conseguiu fechar o ano com o crescimento de 6%, recuperando-se da fraca atuação em 1977.

Suas vendas, ao contrário do que se previa, voltaram a apresentar excelente ritmo de crescimento, função do prolongado inverno que ensejou considerável redução dos estoques acumulados no ano anterior. Houve, além disso, providencial antecipação nas compras de verão, que desde cedo se prenunciou favorável em termos de aceleração de consumo.

A sustação das sobretaxas que passariam a incidir, nos Estados Unidos, sobre nossas exportações de têxteis foi conseguida graças ao imposto fixado pelo Governo brasileiro sobre as vendas do produto destinadas àquele país. Essa providência contentou a classe empresarial e trouxe concreta possibilidade de solidificar nossa presença naquele mercado. Tal decisão, adotada no início de novembro, possibilitará que as exportações do setor, no ano próximo, suplantem os US$ 550 milhões alcançados em 1978.

Atingindo mais de 23 milhões de toneladas, a produção de cimento suplantou em 2 milhões a obtida em 1977. Boa parte desse crescimento estabeleceu-se a partir de agosto, com a reativação de obras públicas até então mantidas em ritmo moderado.

O desempenho da indústria extrativa mineral superou os resultados de 1977, concentrando-se principalmente na produção de minério de ferro, manganês, petróleo e carvão.

Agressiva política de comercialização e maior agilização nos processos de embarque imprimiram grande vigor às exportações de minério de ferro, que finalmente ultrapassaram a barreira de um bilhão de dólares, alcançando o segundo lugar em nossas vendas externas.

A produção de petróleo bruto manteve-se praticamente nos mesmos níveis do ano anterior, só não conseguindo ultrapassá-los por conta de atrasos verificados na operacionalização do sistema provisório de Garoupa.

Ao repetir a significativa taxa média de expansão verificada nos últimos cinco anos, o consumo de energia elétrica cresceu 12%, apesar das medidas de racionalização adotadas no Sul, em conseqüência da estiagem.

Comércio Exterior

A pauta brasileira, embora bastante diversificada, encontra-se ainda muito concentrada em produtos primários com preços externos instáveis, deixando o resultado de nossa balança comercial sujeito às injunções do mercado internacional.

O desempenho desfavorável de alguns produtos básicos (café, milho e soja em grão), causado pela queda de produção em face das adversidades climáticas na Região Centro-Sul e pela queda nas cotações internacionais, foi o principal responsável pelas perdas cambiais no exercício de 1978, em torno de US$ 990 milhões.

Evolução das Exportações

Acontecimento de alta expressão marcou o comércio externo brasileiro no exercício de 1978. Os produtos industrializados, contrariando comportamento secular, tiveram participação superior à dos básicos na pauta de exportação, contribuindo com 51% da receita total.

Essa favorável mudança no perfil do comércio já se esboçava no início da década, quando os manufaturados, primeiramente os têxteis e depois os alimentícios, passaram a pesar significativamente na balança comercial.

A inédita composição observada em 1978 se deve, em grande parte, ao incremento nas vendas de manufaturados, entre os quais se destacam: material de transporte, 71,5%; máquinas, aparelhos mecânicos e caldeiras, 34%; calçados, 63,5%; produtos siderúrgicos, 66,9% e suco de laranja, 85,9%.

O aumento nas vendas dos siderúrgicos ganha maior relevância se lembrarmos as dificuldades impostas pelos maiores mercados consumidores à entrada desses produtos. Houve participação acentuada de chapas de ferro, aço ou aço liga, ferro gusa e ferro liga.

Com relação aos produtos básicos, temos que considerar a contribuição do minério de ferro, que, com participação de 9% no total da pauta, deu mostra de recuperação depois de resultados desfavoráveis em anos anteriores. As reduzidas taxas de investimentos dos países desenvolvidos e a ocorrência de forte pressão baixista por parte dos compradores forçaram os nossos exportadores a buscarem novos mercados a fim de manter em níveis crescentes a venda do mineral.

Também o manganês teve reação favorável em suas vendas. Contribuiu para esse comportamento a realização de contratos de longo prazo com grandes consumidores estrangeiros e a vinculação dos preços desse minério às cotações de ferro-manganês.

Continua o café em grão com a maior participação percentual isolada de nossa pauta de exportação, 15,3%, mesmo levando em conta sua redução em termos absolutos, em face da queda de preços no mercado internacional.

A menor produção de soja induziu que se suspendessem as exportações do produto *in natura*, com o propósito de preservar a normalidade do abastecimento interno. Em contraposição, a forte procura mundial dos derivados da soja e a eficiente atuação de nossas indústrias conduziram a um excelente desempenho na comercialização do óleo e do farelo.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA
Valores Acumulados - Jan./Dez.
US$ milhões - FOB

Especificação	1976	1977	1978(*)	Variação % 1978/1977
PRODUTOS BÁSICOS	6.129,2	6.979,9	6.054,2	- 13,3
- Soja em grão, farelo e torta	1.583,5	1.859,8	1.199,2	- 35,5
- Café cru em grão	2.172,7	2.319,5	1.941,1	- 16,3
- Minério de ferro	994,0	907,6	1.080,4	19,0
- Cacau em amêndoa	218,8	435,5	480,0	10,2
- Fumo em folhas	161,2	186,3	258,3	38,7
- Milho em grão	164,7	135,7	2,2	- 98,4
- Açúcar demerara	152,5	276,5	206,4	- 25,4
- Minério de manganês	64,9	32,1	48,3	50,5
- Lã (exclusive fios)	44,5	53,3	56,7	6,4
- Lagosta	26,9	30,6	38,3	25,2
- Arroz	12,0	82,8	38,4	- 53,6
- Pimenta em grão	32,9	39,5	57,4	45,3
- Carne de eqüinos fresca, refrigerada ou congelada	40,7	30,8	43,1	39,9
- Melaço comestível e não comestível	41,0	46,3	32,8	- 29,2
- Outros	418,9	543,6	571,6	5,2
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.618,1	4.883,0	6.426,4	31,6
1. Semimanufaturados	842,0	1.044,0	1.407,4	34,8
- Óleo de soja, em bruto	174,6	274,2	297,3	8,4
- Açúcar cristal	52,4	55,9	32,8	- 41,3
- Manteiga de cacau	70,0	96,8	81,3	- 16,0
- Óleo de amendoim em bruto	59,7	38,4	56,5	47,1
- Ferro liga em bruto	78,1	80,4	113,6	41,3
- Óleo de mamona em bruto	76,6	87,5	113,2	29,4
- Peles e couros, preparados ou curtidos	88,5	92,8	93,0	0,2
- Ferro fundido em bruto	79,4	88,9	108,4	21,9
- Outros	162,7	229,1	511,3	123,2
2. Manufaturados	2.776,1	3.839,0	5.019,0	30,7
- Material de transporte	373,1	491,9	843,4	71,5
- Máquinas, caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos	266,3	423,0	567,0	34,0
- Máquinas e aparelhos elétricos, seus pertences e acessórios	189,4	281,1	304,2	8,2
- Calçados	175,1	174,5	285,3	63,5
- Açúcar refinado	101,6	130,2	110,1	- 15,4
- Café industrializado	225,5	325,4	347,0	6,6
- Suco de laranja	100,9	177,0	329,1	85,9
- Fios de algodão	81,2	120,3	111,5	- 7,3
- Carne de boi industrializada	113,6	118,8	93,9	- 21,0
- Produtos siderúrgicos manufaturados exceto chapas de ferro, aço e aço liga	65,8	96,4	160,9	66,9
- Máquinas e aparelhos p/escritório, seus pertences e acessórios	76,9	112,8	123,0	9,0
- Outros	1.006,7	1.387,6	1.743,6	25,7
CONSUMO DE BORDO, REEXPORTAÇÃO E TRANSAÇÕES ESPECIAIS	381,0	257,9	170,0	- 34,1
TOTAL-GERAL	10.128,3	12.120,8	12.650,6	4,4

(*) Dados preliminares.
Fonte: CACEX/DIESN.
COTEC.

Evolução das Importações

A necessidade de manter o desenvolvimento da economia a taxas razoáveis determinou o caráter seletivo da política de importações.

Essa diretriz ensejou que nossas compras alcançassem expansão moderada, objetivo ajustado à realidade do exercício, diante das condições desfavoráveis do setor agrícola e dos baixos preços alcançados por produtos básicos no mercado internacional.

Mesmo preocupado com o controle de nosso balanço externo, o Governo tornou mais flexível o mecanismo de contenção das compras, permitindo o incremento das rubricas de maior interesse nacional: bens de capital (26,8%), animais vivos e produtos do reino vegetal (69,3%) e produtos minerais (10,1%).

A expansão no grupo de minerais resulta do maior consumo interno do petróleo e seus derivados e da elevação dos preços no mercado internacional.

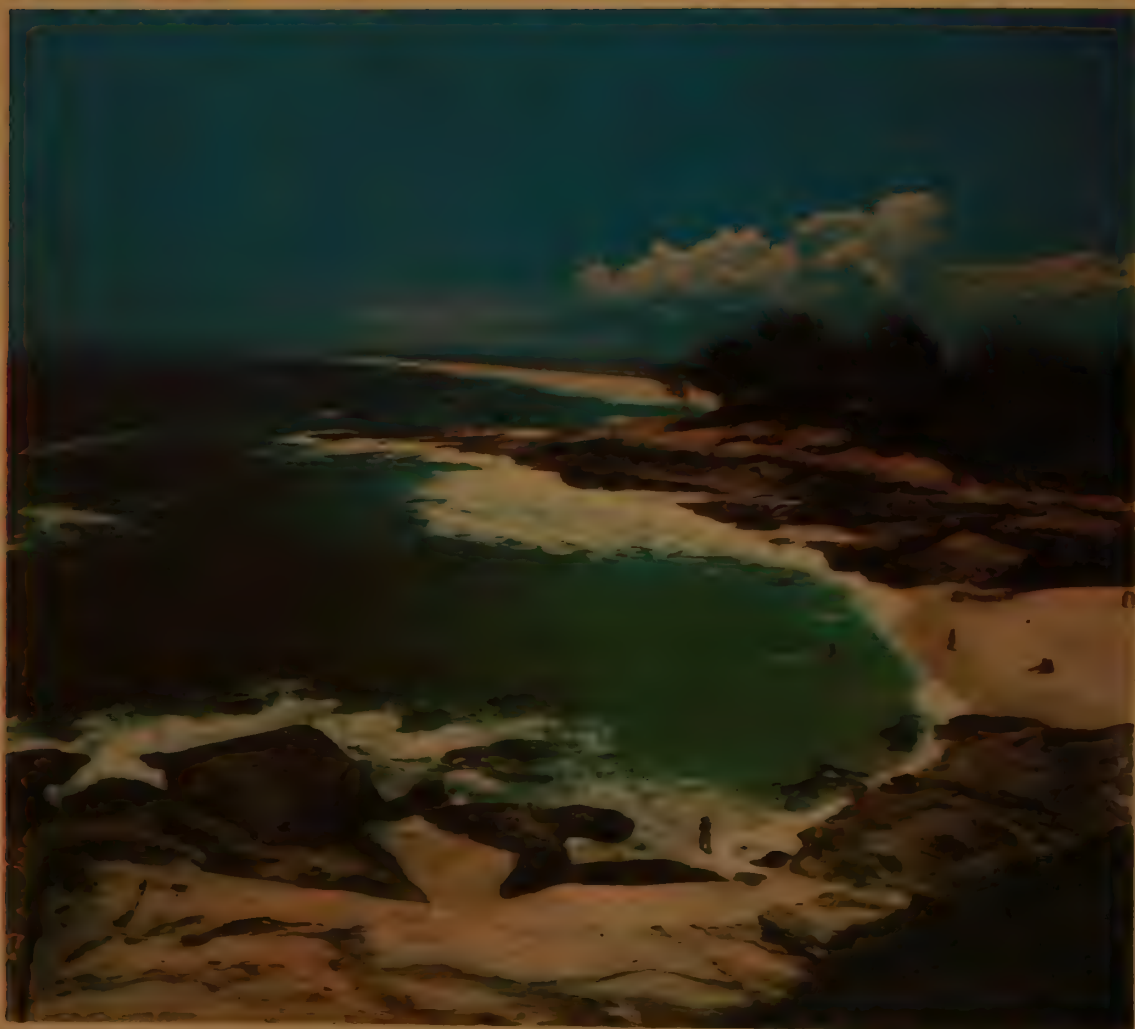
O aumento dos dispêndios com trigo, por sua vez, deveu-se aos fenômenos climáticos que se abateram sobre nossas regiões produtoras do cereal.

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA
Valores Acumulados
US$ milhões - FOB

Especificação	1976	1977	1978 (*)	Variação % 1978/1977
Animais vivos e produtos do reino vegetal	930,9	754,8	1.278,0	69,3
– trigo	503,6	260,4	541,2	107,8
– demais	427,3	494,4	736,8	49,0
Produtos das indústrias alimentícias; bebidas: líquidos alcoólicos e vinagre; fumos ou tabaco; gorduras e óleos	68,5	65,9	98,2	49,0
Produtos minerais	4.004,2	4.261,7	4.692,7	10,1
– petróleo (óleo bruto)	3.353,9	3.602,4	4.093,0	13,6
– demais	650,3	659,3	599,7	– 9,1
Produtos das indústrias químicas e conexas; borracha natural e sintética e suas manufaturas	1.884,5	1.872,7	2.109,3	12,6
Matérias têxteis e suas manufaturas	124,5	110,0	86,3	– 21,6
Metais comuns e suas manufaturas	1.052,9	1.133,9	964,9	– 14,9
Máquinas e aparelhos; material elétrico; material de transporte	3.618,6	3.101,5	3.521,9	13,5
Demais	698,9	722,9	887,8	22,8
TOTAL-GERAL	12.383,0	12.023,4	13.639,1	13,4

(*) Dados preliminares
Fonte: MINIFAZ/CIEF.
COTEC.

1-Gramado - RS
2-Teatro Amazonas - Manaus - AM
3-Escultura de Aleijadinho - Congonhas do Campo - MG

1- Praia de Saquarema - RJ

ATIVIDADES DO BANCO

Reflexos da Nova Lei das S.A.

As demonstrações financeiras de 1978 diferem das apresentadas nos anos anteriores, em decorrência de alterações em sua forma e conteúdo, recomendadas pela Lei 6.404, de 15.12.76, e "Plano Contábil dos Bancos Comerciais – COBAN" instituído pela Circular n.° 387, de 20.07.78, do Banco Central. Novos critérios contábeis foram estabelecidos por esses documentos legais, tudo isso objetivando a ampliação e clareza das informações a serem divulgadas.

Destaca-se a recomendação de se registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência e de se considerar contabilmente os efeitos da inflação sobre os elementos do Patrimônio e do resultado do exercício. A avaliação do Ativo e do Passivo obedece a critérios que buscam a integral atualização dos direitos e obrigações.

Assim, o reconhecimento de receitas e despesas está vinculado ao surgimento de fatos geradores no período, não sendo fundamental para isso o recebimento de numerário ou o desembolso de caixa. O lucro distribuído aos acionistas ou incorporado ao PATRIMÔNIO LÍQUIDO corresponde aos ganhos do período, independentemente de sua realização financeira.

Através da correção monetária das contas do ATIVO PERMANENTE e do PATRIMÔNIO LÍQUIDO, aprimorou-se a prática de reconhecer na contabilidade os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional. Esse método substitui, inclusive, a constituição de reserva para manutenção de capital de giro.

Pelo lado dos demonstrativos, evidencia-se a intenção de propiciar adequado conhecimento da situação patrimonial e financeira da empresa, através do posicionamento e composição de seus grupos.

O antigo grupo *Disponível* juntou-se aos direitos realizáveis no exercício social subseqüente e às aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte para formarem o novo ATIVO CIRCULANTE.

Os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, antes componente do *Realizável*, figuram sob a classificação de REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.

Os valores antes registrados no *Ativo Pendente* ou foram reclassificados como CIRCULANTE (despesas do exercício seguinte) ou como DIFERIDO.

Nos novos subgrupos IMOBILIZADO, INVESTIMENTOS e DIFERIDO, do ATIVO PERMANENTE, foram reclassificados os valores do Imobilizado Técnico, parcelas de *Valores e Bens* e as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.

No Passivo, reclassificaram-se os saldos do extinto *Exigível* em CIRCULANTE e EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, nos casos de obrigações com vencimento no exercício seguinte ou em prazo maior, respectivamente.

Também foi suprimido dos demonstrativos o *Passivo Pendente* mediante reconhecimento de seus saldos como receitas ou mediante eliminação de parcelas por dedução de ativo.

O PATRIMÔNIO LÍQUIDO está subdividido em Capital, Reservas e Lucros Acumulados. Os antigos *Fundos de Previsão para Devedores Duvidosos e de Amortização*, que compunham o *Passivo Não Exigível*, passam a integrar o Ativo, onde figuram de forma subtrativa em conjunto com a provisão para desvalorização de participações societárias, retificando os subgrupos respectivos.

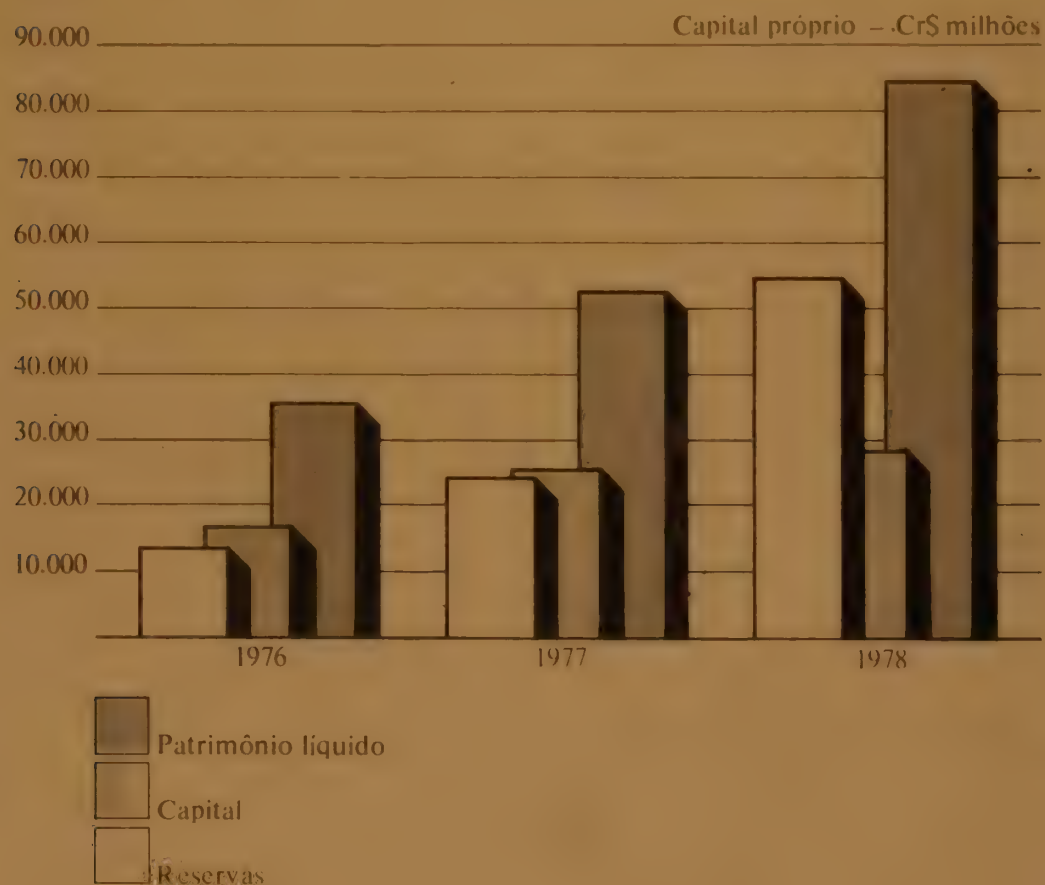
Recursos

O Passivo global de Cr$ 778,5 bilhões, com expansão de 62,8% sobre o exercício anterior, corresponde aos esforços do Banco de participar do desenvolvimento brasileiro.

A origem dos recursos tem no CIRCULANTE o principal componente, 49,3%, seguido do EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, com 39,9% e do PATRIMÔNIO LÍQUIDO, com 10,8%.

RECURSOS

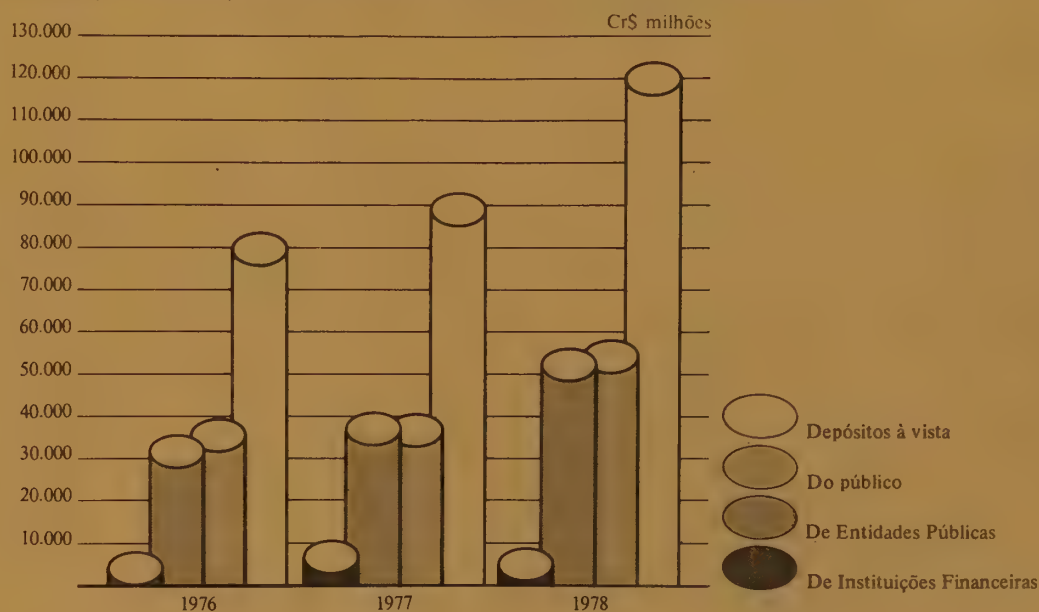
ESPECIFICAÇÃO	SALDOS em Cr$ milhões	COMPOSIÇÃO PERCENTUAL
	DEZ./78	DEZ./78
PASSIVO	778.529	100,0
CIRCULANTE	383.494	49,3
DEPÓSITOS	125.997	16,2
RELAÇÕES INTERBANCÁRIAS E INTERDEPARTAMENTAIS	121.074	15,6
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	45.549	5,9
OBRIGAÇÕES POR RECEBIMENTOS – TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	9.754	1,2
OUTRAS OBRIGAÇÕES	81.120	10,4
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	310.720	39,9
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	93.157	12,0
OUTRAS OBRIGAÇÕES	217.563	27,9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84.315	10,8
CAPITAL	29.376	3,8
RESERVAS	54.939	7,0

Fonte: COGER.
COTEC.

No Passivo Circulante, que representa o capital de terceiros exigível à vista ou a curto prazo, os Depósitos, fonte de recursos de alta significação para o Banco, atingiram o saldo de Cr$ 125,9 bilhões. Este resultado propiciou crescimento de 34,5% sobre 31.12.77. Ao público e às entidades públicas cabem as maiores participações percentuais, com 46,4% e 45,4% do total, respectivamente.

O acréscimo de 45,4% nos depósitos do público reflete a receptividade dos clientes ao aperfeiçoamento das normas e técnicas bancárias.

Depósitos

Especificação	Saldos em Cr$ milhões Dezembro/78	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez./76	Dez./77	Dez./78	Dez./76 Dez./75	Dez./77 Dez./76	Dez./78 Dez./77
À Vista	124.420	99,0	98,5	98,7	22,4	11,6	34,8
Do Público	58.536	46,8	43,0	46,4	52,6	2,9	45,4
De Instituições Financeiras	8.681	8,5	11,5	6,9	16,6	52,4	-19,8
De Entidades Públicas (1)	57.203	43,7	44,0	45,4	1,7	13,0	38,7
A Prazo	1.577	1,0	1,5	1,3	-81,6	57,5	15,1
TOTAL	125.997	100,0	100,0	100,0	15,6	12,1	34,5

(1): Inclui Tesouro Nacional, Autarquias, Economias Mistas e Governos Estaduais e Municipais.
Fonte: COGER.
COTEC.

Com relação aos depósitos de entidades públicas, destacaram-se, em termos de expansão, os de Sociedades de Economia Mista, 48,2%, os de Empresas Públicas, 62,5% e os do Tesouro Nacional, 56,2%, valendo acentuar que a elevação dos dois últimos no 1.° semestre deste exercício foi superior à obtida no ano de 1977.

Os depósitos de instituições financeiras decresceram 19,8% em relação aos saldos de 1977, contrariando comportamento ascendente dos períodos anteriores. Os Bancos, com saldo de Cr$ 5,4 bilhões reduziram sua participação em 14,7%, enquanto as Outras Instituições Financeiras tiveram incremento de 30 1% e saldo de Cr$ 3,3 bilhões.

O EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, que registra as obrigações do Banco com vencimento após os 12 meses seguintes ao balanço, atingiu saldo de Cr$ 310,7 bilhões, equivalentes a 39,9% do Passivo.

Nas Obrigações por Empréstimos estão agrupados os aprovisionamentos, repasses e refinanciamentos oficiais, os recursos do PASEP e financiamentos externos contraídos diretamente pelo Banco. Do total de Cr$ 138 bilhões, 67% são obrigações a longo prazo, estando o complemento classificado no Circulante.

O item Outras Obrigações representa 38,3% – Cr$ 298,6 bilhões – dos recursos, distribuindo-se pelo CIRCULANTE, 10,4%, e pelo EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, 27,9%.

O principal componente na formação deste valor é a Conta de Movimento do Banco Central, classificada no longo prazo, que atingiu o saldo de Cr$ 192,3 bilhões equivalendo à expansão de 53,5% sobre dezembro/77.

Responsável por 10,8% dos recursos totais, com Cr$ 84,3 bilhões, o PATRIMÔNIO LÍQUIDO apresentou incremento de 53,1% sobre a posição do final do ano passado. Destaca-se a expansão das Reservas e Lucros Acumulados, efeito dos resultados do exercício e da correção monetária recomendada pela nova Lei das S.A.

Assim, o Capital Próprio, escoimado de elementos que não representavam efetivamente as contas dos acionistas, revela aumento de sua contribuição aos recursos, mantendo a tendência dos últimos períodos.

Aplicações

Com saldo de Cr$ 648,5 bilhões, o CIRCULANTE representa 83,3% dos Ativos do Banco, enquanto ao REALIZÁVEL A LONGO PRAZO e ao PERMANENTE cabem 14,4% e 2,3%, respectivamente.

No grupo CIRCULANTE sobressaem as Operações de Crédito, com Cr$ 337,4 bilhões, valor retificado pela dedução das rendas a apropriar e de parte de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A expansão moderada no item Operações de Crédito reflete o esforço do Banco em manter suas aplicações nos limites estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, de acordo com a política de contenção dos meios de pagamento.

APLICAÇÕES

ESPECIFICAÇÕES	Saldo em Cr$ milhões	Composição Percentual
	Dezembro/78	Dezembro/78
ATIVO	778 529	100,0
CIRCULANTE	648 534	83,3
Disponibilidades	1 419	0,2
Operações de Crédito	337 460	43,3
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	135 029	17,3
Créditos Diversos	172 584	22,2
Valores e Bens	2 039	0,3
Despesas de Exercícios Futuros	3	0,0
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	112 497	14,4
Operações de Crédito	90 553	11,6
Créditos Diversos	10 791	1,4
Valores e Bens	11 153	1,4
PERMANENTE	17 498	2,3
Investimentos	1 394	0,2
Imobilizado	16 022	2,1
Diferido	82	0,0

Fonte: COGER.
COTEC.

Os Créditos Diversos realizáveis à vista e a curto prazo, com saldo de Cr$ 172,5 bilhões, tiveram o crescimento de 49,5%. As operações por ordem e conta do Tesouro Nacional – pagamento de despesas para execução do orçamento da União e aquisição de trigo – os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e os repasses ao BNDE por conta do PASEP são os principais responsáveis pelo desempenho desse item.

No REALIZÁVEL A LONGO PRAZO novamente as operações de crédito ocupam posição destacada. O saldo de Cr$ 90,5 bilhões (retificado, tal como ocorre no Circulante) representa o crescimento de 36,5% em relação ao exercício de 1977 e engloba os Créditos em Liquidação no valor de Cr$ 3,7 bilhões.

Esse grupamento de contas registra principalmente os empréstimos do Banco destinados aos investimentos fixos e semifixos, dirigidos preponderantemente para as Regiões Norte/Nordeste, de acordo com a estratégia governamental de superação das desigualdades regionais.

No novo grupo PERMANENTE, os INVESTIMENTOS registram as participações do Banco em empresas que complementam ou apóiam o desenvolvimento de sua atividade financeira e creditícia. Dentre essas apenas os investimentos no Brasilian American Merchant Bank (Grand Cayman) e no Brasilian Finance and Investment Corporation (Canada) foram conceituados como relevantes, já que são controladas, sendo o valor ajustado pelo método da equivalência patrimonial após efetivada a correção monetária. As outras aplicações classificadas nesse grupamento sofreram apenas a atualização em conseqüência da desvalorização da moeda.

Quanto às participações decorrentes de conversão de créditos e de interesse governamental, foram classificadas no grupamento REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – Valores e Bens – por não se caracterizarem como permanentes conforme define a Lei 6.404.

O subgrupo IMOBILIZADO, com Cr$ 16,0 bilhões, participou com 2,1% dos Ativos Totais. Por exigência da nova Lei das S.A., foi corrigido monetariamente o custo de aquisição de seus elementos e o saldo das contas de depreciação, respondendo essa atualização monetária por Cr$ 2,3 bilhões de seu acréscimo.

Registrando as despesas que contribuirão para os resultados de mais de um exercício, o DIFERIDO tem participação apenas residual na composição dos Ativos do Banco.

Resultados Financeiros

A Lei 6.404/76 trouxe alterações formais e conceituais à tradicional "Demonstração de Lucros e Perdas", que passa a ser apurada em dois demonstrativos distintos: Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

O primeiro agrupa as receitas e despesas da empresa no período, de modo a destacar o lucro líquido do exercício, após indicação intermediária do resultado operacional, não operacional, do resultado de correção monetária e da provisão para o imposto de renda.

Demonstração do Resultado do Exercício	Cr$ Milhões 1978
01. Receitas Operacionais	73.187
02. Despesas Operacionais	45.694
03. RESULTADO OPERACIONAL (1-2)	27.493
04. Receitas Não-Operacionais	3.244
05. Despesas Não-Operacionais	54
06. RESULTADO NÃO-OPERACIONAL (4-5)	3.190
07. Resultado de Correção Monetária	(16.204)
08. Resultado antes do Imposto de Renda (3+6−7)	14.479
09. Provisão para Imposto de Renda	4.447
10. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (8-9)	10.032

Indicadores de Rentabilidade	1977	1978
Lucro Líquido por Ação	Cr$ 0,33	Cr$ 0,34

Abrangendo as rendas das atividades típicas da empresa, o grupamento Receitas Operacionais corresponde a 96% das receitas totais. A maior participação nesse grupo cabe às Rendas de Operações de Crédito, com saldo de Cr$ 57,8 bilhões e incremento de 40% sobre o ano de 1977.

Também se destacam entre as operacionais as Rendas de Serviços Bancários, com Cr$ 9,9 bilhões de saldo, compreendendo as comissões sobre recebimentos por conta de terceiros, ordens de pagamento, cobrança de efeitos comerciais, custódias e procuradoria etc.

A seguir figuram as Despesas Operacionais compostas principalmente pelos gastos administrativos, custos diretos de captação de recursos e despesas gerais. Esse grupamento, ao atingir Cr$ 45,6 bilhões, absorveu 62% das respectivas receitas, sobressaindo os gastos com pessoal e encargos sociais, que representam 46,4% das despesas totais do Banco, incluída a provisão para imposto de renda.

O grupo de resultados não-operacionais, após a vigência da Lei n.° 6.404, ficou limitado a pequeno número de eventos. Dessa forma, as Receitas Não-Operacionais, que compreendem principalmente os lucros na alienação de bens e investimentos, participaram com apenas 4% no total.

As Despesas Não-Operacionais, abrangendo os gastos conceituados como perdas de capital, atingiram 0,07% do total.

O Resultado de Correção Monetária, negativo em razão de ajustes do Patrimônio Líquido superiores aos do Ativo Permanente, atingiu o expressivo valor de Cr$ 16,2 bilhões, contribuindo decisivamente para o crescimento pouco expressivo do lucro do exercício, já que consumiu 21,1% do total das receitas geradas.

Calculada com base no lucro real (lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões prescritas ou autorizadas pela legislação tributária), a provisão para Imposto de Renda também constituiu despesa significativa, absorvendo 6% das receitas globais do Banco.

Como decorrência, o lucro líquido expressou-se pelo valor de Cr$ 10,0 bilhões, representando acréscimo de 15,7% sobre o resultado alcançado em 1977. Além das razões expostas, explicam o crescimento moderado do lucro as limitações impostas ao Banco na aplicação dos recursos disponíveis, em função dos tetos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Demonstração de Lucros Acumulados do Exercício		Cr$ milhões 1978
01. Saldo do Início do Exercício		12.821
02. Ajustes de Exercícios Anteriores		2.445
03. Correção Monetária do Saldo Inicial		5.536
04. Saldo Ajustado e Corrigido (1+2+3)		20.802
05. Reversões de Reservas		1.230
06. Lucro Líquido do Exercício		10.032
07. Destinações Durante o Exercício:		
Reservas		487
Dividendos		2.253
08. Saldo à disposição da A.G.O. (4+5+6−7)		29.324
09. Destinações propostas à A.G.O:		
Reservas		449
Dividendos		3.231
10. Saldo no fim do período (8−9)		25.644
Dividendo/Lucro Líquido	1977	1978
	42,79%	54,67%

A Demonstração de Lucros Acumulados evidencia os ajustes, as reversões de reservas, a incorporação do lucro líquido do exercício à conta Lucros Acumulados e a destinação proposta à Assembléia Geral (dividendos e reservas), resumindo, portanto, a movimentação dessa conta durante o período. Ressalte-se que, apesar da dicotomia na apresentação dos resultados, a base para a constituição de reservas é o lucro líquido do exercício. Dessa forma, as reversões de reservas e ajustes afetam tão-somente a rubrica Lucros Acumulados, configurando saldo à disposição da Assembléia.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores, assim considerados os decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, participam em 1978 com o expressivo valor de Cr$ 2,4 bilhões no movimento da conta Lucros Acumulados.

Dentre as retenções de lucro efetuadas no exercício, vale citar a dotação reservada ao Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica no valor de Cr$ 200,6 milhões.

Aos acionistas couberam dividendos de Cr$ 5,4 bilhões em 1978, sendo Cr$ 3,2 bilhões referentes ao segundo semestre quando houve elevação para Cr$ 0,11 por ação. O montante distribuído representou crescimento de 47,8% sobre o exercício anterior, atingindo 54,67% do lucro líquido contra os 42,79% concernentes a 1977.

Análise dos Empréstimos

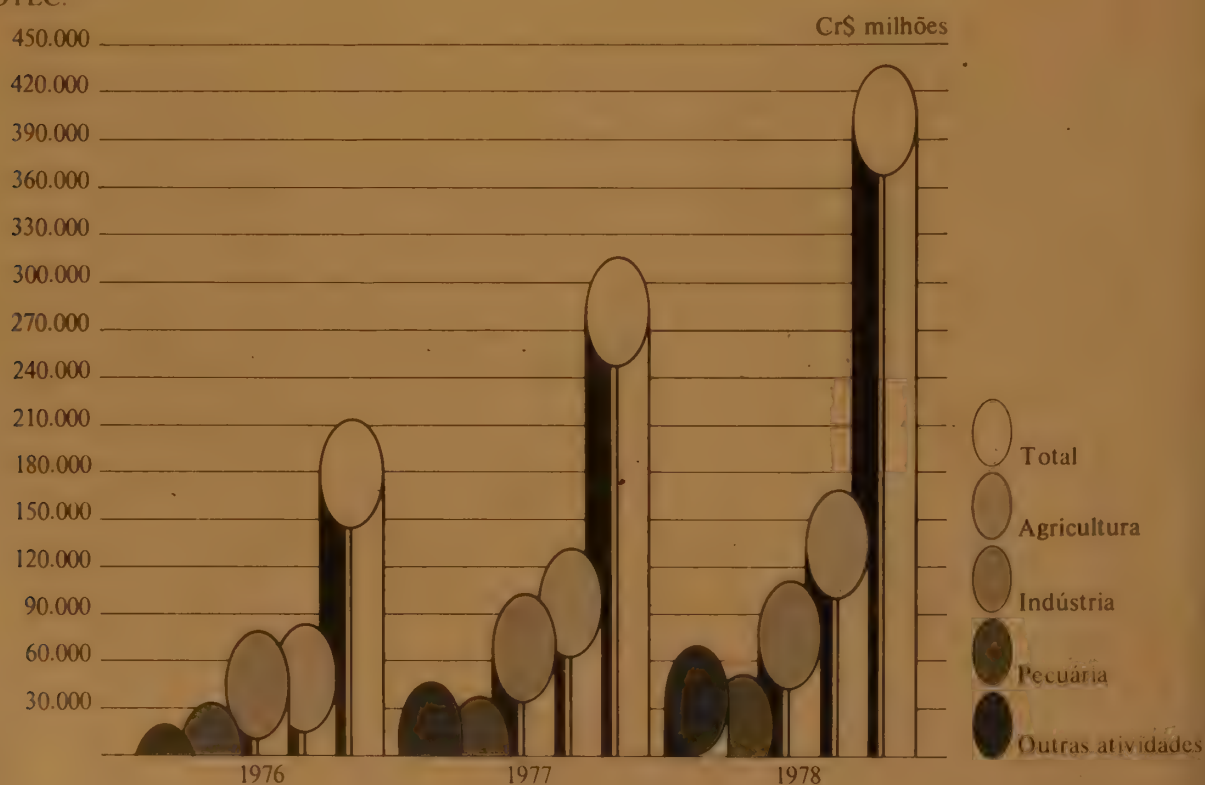
Os saldos dos empréstimos do Banco do Brasil atingiram Cr$ 450,6 bilhões em 1978, com a expansão de 35,4% ligeiramente superior à inserida nas projeções do Orçamento Monetário.

Impulsionando ou retraindo suas aplicações de acordo com a programação orçamentária e alocando oportunamente recursos a regiões ou atividades mais carentes, revela-se o Banco eficaz instrumento do Governo no controle dos meios de pagamento e na correção dos desequilíbrios regionais e setoriais.

Ressalta nesse contexto o expressivo apoio do Banco ao setor privado, que contou com 97,2% dos empréstimos. A evolução de 37,5% sobre os saldos de 1977 se deveu em grande parte às inversões em Outras Atividades (48,1%) e na Indústria (40,5%), contando a Agropecuária com 33% de crescimento nos recursos à sua disposição.

BANCO DO BRASIL S.A.
Empréstimos Segundo o Critério do Orçamento Monetário

Especificação	Saldos em Cr$ milhões Dezembro/78	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez./76	Dez./77	Dez./78	Dez./76 Dez./75	Dez./77 Dez./76	Dez./78 Dez./77
SETOR PRIVADO	437.896	96,1	95,7	97,2	65,6	48,7	37,5
Agricultura	172.718	37,1	39,6	38,3	62,8	59,4	31,0
Produção	143.494	31,3	31,9	31,8	60,5	52,1	35,2
Comércio	29.224	5,8	7,7	6,5	76,1	67,9	13,5
Pecuária	54.711	14,1	11,8	12,2	54,4	24,4	39,6
Produção	54.370	14,0	11,7	12,1	54,5	24,3	39,6
Comércio	341	0,1	0,1	0,1	29,6	46,0	43,3
Indústria	144.730	33,2	31,0	32,1	70,6	39,3	40,5
Produção	99.805	26,5	22,8	22,1	62,3	28,1	31,9
Comércio	44.925	6,7	8,2	10,0	95,7	83,9	64,3
Outras Atividades	65.737	11,7	13,3	14,6	76,0	71,0	48,1
SETOR PÚBLICO	12.739	3,9	4,3	2,8	92,1	63,7	- 10,6
TOTAL	450.635	100,0	100,0	100,0	66,5	49,3	35,4

Obs.: Inclui parte dos ACC e Aquisição de Produtos Agrícolas por conta do Governo Federal. Não inclui Adiantamentos a depositantes e as operações de reajustamento da dívida de pecuaristas (Leis 1002/49, 1728/52 e 2282/54).
Fonte: DEPES.
COTEC.

A agricultura recebeu Cr$ 172,7 bilhões, incremento de 31,0% contra 59,4% em 1977. A menor expansão já era esperada, pois a tendência é reduzir gradativamente os créditos subsidiados e aumentar a participação dos recursos próprios nos programas rurais. Ademais, a prolongada seca ocorrida no início do ano na região centro-sul provocou perdas de safras contribuindo para uma menor demanda de financiamentos, especialmente para a comercialização.

A pecuária, por sua vez, contou com Cr$ 54,7 bilhões, incremento de 39,6%, com a quase totalidade dos créditos destinados à produção.

A contribuição financeira do Banco ao setor industrial ultrapassou Cr$ 144 bilhões, sendo que Cr$ 99,8 bilhões foram orientados para a produção.

Ao contrário do ocorrido na agricultura, os créditos voltados à comercialização de produtos industriais apresentaram expressivo crescimento (64,3%), elevando os saldos para Cr$ 45 bilhões.

Em face da importância do Programa para o Brasil, os empréstimos por conta do PROÁLCOOL têm merecido tratamento especial. Atingiram Cr$ 7,2 bilhões, representando 134,9% de incremento sobre os valores de 1977. Os recursos cobrem todas as operações de custeio e investimento necessárias à produção de matérias-primas destinadas à fabricação do álcool.

O exame do item Outras Atividades revela que apenas duas rubricas participaram com cerca de 88,7% do montante de Cr$ 65,7 bilhões. O saldo de Cr$ 37,9 bilhões engloba empréstimos de ordem e conta do Banco Central, as contas devedoras de cheque-ouro e outras operações residuais, enquanto as Operações Vinculadas ao Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX apresentam saldo de Cr$ 20,3 bilhões, destinadas a assistir ou incrementar nossas exportações.

Os empréstimos ao setor público, por seu turno, apresentaram decréscimo em relação aos anos anteriores. Isto decorreu da intenção do Governo de restringir o nível de endividamento do setor e, nesse sentido, ocorreu expansão somente nas operações ao amparo dos Fundos de Desenvolvimento Urbano (FDU) e para Investimentos Sociais (FUNINSO).

Ao final do ano o Banco adotou medidas de simplificação das normas operacionais, reduzindo expressivamente o número de linhas de crédito. Destacam-se as reformulações dos critérios de concessão de empréstimos, baseado agora mais no conceito, liquidez e eficiência empresarial do que no patrimônio líquido. A nova sistemática beneficiará principalmente as pequenas e médias empresas.

Agropecuária

O Banco do Brasil vem, através dos tempos, se desincumbindo de sua tarefa de interiorizar o crédito e de contribuir para a expansão da agropecuária, de grande importância para a economia nacional.

O Banco realizou, em 1978, aproximadamente 1.300.000 operações de crédito rural e cerca de 540.000 delas em cédulas sem garantia. Mais de 80% do total das operações se referem a empréstimos de até 100 MVR (Maior Valor de Referência, atualmente Cr$ 1.150,70), faixa em que atuam os pequenos produtores.

BANCO DO BRASIL S.A.
Empréstimos ao Setor Rural

Especificação	Saldos em Cr$ Milhões	Composição		Variação	
	Dez./78	Dez./77	Dez./78	Dez./77 Dez./76	Dez./78 Dez./77
LAVOURAS	106 714	49,9	47,0	72,0	25,0
Algodão	8 895	4,3	3,9	146,8	21,5
Arroz	9 116	4,5	4,0	9,6	19,6
Cacau	1 302	0,4	0,6	65,6	106,3
Café	21 253	12,9	9,3	120,0	− 3,8
Cana-de-açúcar	12 776	5,8	5,6	49,5	29,3
Feijão	2 020	0,9	0,9	303,5	33,9
Fumo	1 302	0,4	0,6	66,6	107,3
Mandioca	918	0,4	0,4	106,2	37,8
Milho	4 669	2,3	2,1	18,4	20,2
Soja	10 804	4,1	4,8	158,8	55,0
Trigo (1)	14 537	5,5	6,4	11,8	54,2
Outras lavouras	19 122	8,6	8,4	98,2	29,8
REBANHOS	26 515	10,1	11,7	23,8	53,6
Avicultura	2 264	0,7	1,0	140,3	101,8
Bovinocultura	19 438	7,9	8,5	17,6	43,4
Ovinocultura	646	0,2	0,3	41,5	103,8
Pesca	60	0,0	0,0	31,3	42,9
Suinocultura	1 707	0,5	0,8	66,4	91,8
Outros rebanhos	2 400	0,8	1,1	15,6	79,1
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	66 275	28,6	29,1	37,3	35,6
INSUMOS MODERNOS	18 761	8,0	8,2	21,0	36,2
OUTROS (2)	9 164	3,4	4,0	58,4	58,7
TOTAL	227 429	100,0	100,0	49,8	33,0
Produção	197 864	84,8	87,0	49,2	36,4
Produtores	184 156	79,8	81,0	47,7	34,9
Cooperativas	13 708	5,0	6,0	76,1	59,5
Comércio (1) (2)	29 565	15,2	13,0	67,7	13,8

(1) Inclui Aquisição de Produtos Agrícolas pelo Governo Federal.
(2) Inclui parte dos ACC.
Fonte: DEPES
COTEC.

O saldo das inversões na agropecuária alcançou Cr$ 227 bilhões. As operações de custeio e de investimento contaram com 87,8% dos recursos, refletindo o esforço que se realiza para tornar o País auto-suficiente em produtos agropecuários e assumir posição de grande supridor mundial de alimentos e de matérias-primas de origem rural.

Procurando diminuir a participação do crédito subsidiado nas aplicações rurais, o Governo, através do Banco, realinhou os empréstimos, que passaram a ser aplicados através de faixas específicas, com limites de 60% para financiamentos até 200 MVR, 58% para os de 200 MVR até 500 MVR, 54% para 500 MVR até 1.000 MVR e, finalmente, 48% para contratos acima de 1.000 MVR, cabendo ao mutuário completar o orçamento com recursos próprios.

Como resultado dessas medidas, o Banco encerrou o 1.º semestre de 1978 com suas aplicações rurais Cr$ 6 bilhões abaixo das previsões do Orçamento Monetário.

As adversidades que se abateram sobre as explorações rurais levaram os produtores a solicitar créditos suplementares, com vistas a atenuar os efeitos da estiagem, das geadas e da peste suína. Foram prorrogados os financiamentos das lavouras atingidas e abertas linhas especiais de crédito para a suinocultura, além das operações normais para o período agrícola 78/79.

Atento à necessidade de manter suas aplicações dentro das estimativas orçamentárias, o Banco adiou, desde a segunda quinzena de novembro e até o final do ano, o deferimento de novas propostas de investimento, de custeio pecuário, de comercialização da produção e os programas especiais, liberando naquele período apenas recursos nas linhas de custeio agrícola.

As contenções impostas não prevaleceram, entretanto, para o pequeno produtor, que continuou contando com a imediata liberação de contratos de custeio e investimento de valor até 50 MVR.

Apesar das medidas restritivas, o Banco manteve sua posição de principal indutor do crédito rural.

BRASIL
Sistema Monetário
Empréstimos à Agropecuária

INSTITUIÇÕES	Saldos em Cr$ Milhões	Composição %		Variação %	
	NOV. 1978	Dez./77	Nov./78	Dez. 77 / Dez. 76	Nov. 78 / Dez. 77
BANCO DO BRASIL	216.177	74,8	75,5	49,8	26,4
Agricultura	164.315	57,7	57,4	59,4	24,6
Pecuária	51.862	17,1	18,1	24,4	32,5
OUTROS BANCOS OFICIAIS	27.966	10,4	9,8	22,6	18,0
Agricultura	14.034	5,2	4,9	27,0	19,2
Pecuária	13.932	5,2	4,9	18,5	16,7
BANCOS PRIVADOS	41.999	14,8	14,7	36,2	23,7
Agricultura	27.623	9,8	9,7	39,9	22,8
Pecuária	14.376	5,0	5,0	29,5	25,6
TOTAL	286.142	100,0	100,0	44,3	25,1
Agricultura	205.972	72,7	72,0	53,8	23,9
Pecuária	80.170	27,3	28,0	24,0	28,2

Fonte: BACEN e DEPES.
COTEC.

Agricultura

Alcançou Cr$ 172,7 bilhões o saldo dos empréstimos do Banco à agricultura em 1978, com 62% desses recursos destinados ao custeio das lavouras e comercialização dos produtos, 23% aos investimentos, enquanto insumos modernos contaram com 10%, correspondentes a Cr$ 17,3 bilhões.

O exame do quadro evidencia menor crescimento dos empréstimos agrícolas, que evoluíram apenas 31%, em contraposição a 59,4% no ano passado.

O saldo dos empréstimos às lavouras atingiu Cr$ 106,7 bilhões, equivalente a 47% das aplicações do Banco na agropecuária, enquanto o destinado a melhoramentos e equipamentos cresceu 40,2%.

BANCO DO BRASIL S.A.
Empréstimos à Agricultura

Especificação	Saldos em Cr$ Milhões	Composição %		Variação %	
		Dez/77	Dez/78	Dez/77 / Dez/76	Dez/78 / Dez/77
LAVOURAS	106.714	64,7	61,8	72,0	25,0
Algodão	8.895	5,5	5,1	146,8	21,5
Arroz	9.116	5,8	5,3	9,6	19,6
Cacau	1 302	0,5	0,7	65,6	106,3
Café	21.253	16,7	12,3	120,0	– 3,8
Cana-de-açúcar	12.776	7,5	7,4	49,5	29,3
Feijão	2.020	1,1	1,2	303,5	33,9
Fumo	1 302	0,5	0,8	66,6	107,3
Mandioca	918	0,5	0,5	106,2	37,8
Milho	4 669	2,9	2,7	18,4	20,2
Soja	10.804	5,3	6,3	158,8	55,0
Trigo (1)	14.537	7,1	8,4	11,8	54,2
Outras lavouras	19.122	11,2	11,1	98,2	29,8
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	40.685	22,0	23,5	43,6	40,2
INSUMOS MODERNOS	17 388	9,5	10,1	27,0	38,9
OUTROS (2)	7.931	3,8	4,6	65,3	59,7
TOTAL	172.718	100,0	100,0	59,4	31,0
Produção	143 494	80,5	83,1	52,1	35,2
Produtores	131 256	74,6	76,0	50,3	33,5
Cooperativas	12 238	5,9	7,1	79,1	57,2
Comércio (1) (2)	29 224	19,5	16,9	67,9	13,5

(1) Inclui Aquisição de Produtos Agrícolas pelo Governo Federal.
(2) Inclui parte dos ACC.
Fonte: DEPES.
COTEC.

A assistência financeira a onze dos principais produtos, a maior parte deles voltada para a exportação, absorveu cerca de 51% dos recursos.

A cafeicultura, que lidera a participação no crédito rural, diminuiu de 3,8% contra aumento de 120% em 1977, resultado da menor comercialização interna e externa do produto. O Banco tem financiado cerca de 70% da área colhida de café em todo território nacional. Em seguida vem a cultura da soja, com saldo de Cr$ 10,8 bilhões, apresentando idêntico percentual na cobertura creditícia levada pelo Banco aos sojicultores.

Cana-de-açúcar, algodão e arroz têm 50% de suas áreas colhidas financiadas pelo Banco e contam com aproximadamente 30% dos empréstimos destinados ao custeio das lavouras.

A lavoura de trigo tem 80% de sua área de cultivo financiada pelo Banco e é a segunda em participação nos empréstimos da espécie. Está concentrada no Paraná e Rio Grande do Sul, que detêm 90% da produção nacional.

A ocorrência de intempéries na Região Sul tem desestimulado os triticultores. Atento a esses fatores negativos, o Banco procura incentivar a formação de novas áreas de cultivo em outros Estados menos sujeitos às adversidades climáticas.

Como resultado dessas medidas, o Banco encerrou o 1.° semestre de 1978 com suas aplicações rurais Cr$ 6 bilhões abaixo das previsões do Orçamento Monetário.

As adversidades que se abateram sobre as explorações rurais levaram os produtores a solicitar créditos suplementares, com vistas a atenuar os efeitos da estiagem, das geadas e da peste suína. Foram prorrogados os financiamentos das lavouras atingidas e abertas linhas especiais de crédito para a suinocultura, além das operações normais para o período agrícola 78/79.

Atento à necessidade de manter suas aplicações dentro das estimativas orçamentárias, o Banco adiou, desde a segunda quinzena de novembro e até o final do ano, o deferimento de novas propostas de investimento, de custeio pecuário, de comercialização da produção e os programas especiais, liberando naquele período apenas recursos nas linhas de custeio agrícola.

As contenções impostas não prevaleceram, entretanto, para o pequeno produtor, que continuou contando com a imediata liberação de contratos de custeio e investimento de valor até 50 MVR.

Apesar das medidas restritivas, o Banco manteve sua posição de principal indutor do crédito rural.

BRASIL
Sistema Monetário
Empréstimos à Agropecuária

INSTITUIÇÕES	Saldos em Cr$ Milhões	Composição %		Variação %	
	NOV. 1978	Dez./77	Nov./78	Dez. 77 / Dez. 76	Nov. 78 / Dez. 77
BANCO DO BRASIL	216.177	74,8	75,5	49,8	26,4
Agricultura	164.315	57,7	57,4	59,4	24,6
Pecuária	51.862	17,1	18,1	24,4	32,5
OUTROS BANCOS OFICIAIS	27.966	10,4	9,8	22,6	18,0
Agricultura	14.034	5,2	4,9	27,0	19,2
Pecuária	13.932	5,2	4,9	18,5	16,7
BANCOS PRIVADOS	41.999	14,8	14,7	36,2	23,7
Agricultura	27.623	9,8	9,7	39,9	22,8
Pecuária	14.376	5,0	5,0	29,5	25,6
TOTAL	286.142	100,0	100,0	44,3	25,1
Agricultura	205.972	72,7	72,0	53,8	23,9
Pecuária	80.170	27,3	28,0	24,0	28,2

Fonte: BACEN e DEPES.
COTEC.

Agricultura

Alcançou Cr$ 172,7 bilhões o saldo dos empréstimos do Banco à agricultura em 1978, com 62% desses recursos destinados ao custeio das lavouras e comercialização dos produtos, 23% aos investimentos, enquanto insumos modernos contaram com 10%, correspondentes a Cr$ 17,3 bilhões.

O exame do quadro evidencia menor crescimento dos empréstimos agrícolas, que evoluíram apenas 31%, em contraposição a 59,4% no ano passado.

O saldo dos empréstimos às lavouras atingiu Cr$ 106,7 bilhões, equivalente a 47% das aplicações do Banco na agropecuária, enquanto o destinado a melhoramentos e equipamentos cresceu 40,2%.

BANCO DO BRASIL S.A.
Empréstimos à Agricultura

Especificação	Saldos em Cr$ Milhões	Composição %		Variação %	
		Dez/77	Dez/78	Dez/77 Dez/76	Dez/78 Dez/77
LAVOURAS	106 714	64,7	61,8	72,0	25,0
Algodão	8 895	5,5	5,1	146,8	21,5
Arroz	9 116	5,8	5,3	9,6	19,6
Cacau	1 302	0,5	0,7	65,6	106,3
Café	21 253	16,7	12,3	120,0	- 3,8
Cana-de-açúcar	12 776	7,5	7,4	49,5	29,3
Feijão	2 020	1,1	1,2	303,5	33,9
Fumo	1 302	0,5	0,8	66,6	107,3
Mandioca	918	0,5	0,5	106,2	37,8
Milho	4.669	2,9	2,7	18,4	20,2
Soja	10 804	5,3	6,3	158,8	55,0
Trigo (1)	14.537	7,1	8,4	11,8	54,2
Outras lavouras	19.122	11,2	11,1	98,2	29,8
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	40.685	22,0	23,5	43,6	40,2
INSUMOS MODERNOS	17.388	9,5	10,1	27,0	38,9
OUTROS (2)	7.931	3,8	4,6	65,3	59,7
TOTAL	172.718	100,0	100,0	59,4	31,0
Produção	143 494	80,5	83,1	52,1	35,2
Produtores	131 256	74,6	76,0	50,3	33,5
Cooperativas	12.238	5,9	7,1	79,1	57,2
Comércio (1) (2)	29.224	19,5	16,9	67,9	13,5

(1) Inclui Aquisição de Produtos Agrícolas pelo Governo Federal.
(2) Inclui parte dos ACC.
Fonte: DEPES.
COTEC.

A assistência financeira a onze dos principais produtos, a maior parte deles voltada para a exportação, absorveu cerca de 51% dos recursos.

A cafeicultura, que lidera a participação no crédito rural, diminuiu de 3,8% contra aumento de 120% em 1977, resultado da menor comercialização interna e externa do produto. O Banco tem financiado cerca de 70% da área colhida de café em todo território nacional. Em seguida vem a cultura da soja, com saldo de Cr$ 10,8 bilhões, apresentando idêntico percentual na cobertura creditícia levada pelo Banco aos sojicultores.

Cana-de-açúcar, algodão e arroz têm 50% de suas áreas colhidas financiadas pelo Banco e contam com aproximadamente 30% dos empréstimos destinados ao custeio das lavouras.

A lavoura de trigo tem 80% de sua área de cultivo financiada pelo Banco e é a segunda em participação nos empréstimos da espécie. Está concentrada no Paraná e Rio Grande do Sul, que detêm 90% da produção nacional.

A ocorrência de intempéries na Região Sul tem desestimulado os triticultores. Atento a esses fatores negativos, o Banco procura incentivar a formação de novas áreas de cultivo em outros Estados menos sujeitos às adversidades climáticas.

Pecuária

A contribuição da pecuária para a formação do produto gerado pelo setor rural alcança 30%, proporcional à sua participação nos créditos fornecidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Em 1978, o Banco do Brasil destinou à pecuária 12,5% de seus empréstimos ao setor privado. Dos Cr$ 54,7 bilhões fornecidos aos pecuaristas, 48,5% se destinaram ao custeio, 46,8% ao investimento e 2,5% a insumos modernos, tendo apresentado uma evolução de 40% em termos nominais, superior aos 24,4% registrados em 1977.

BANCO DO BRASIL S.A.
Empréstimos à Pecuária

Especificação	Saldos em Cr$ milhões	Composição %		Variação Percentual	
	Dez./78	Dez./77	Dez./78	Dez. 77/Dez. 78	Dez.78/Dez.77
REBANHOS	26.515	44,1	48,5	23,6	53,6
Avicultura	2.264	2,9	4,1	140,3	101,8
Bovinocultura	19.438	34,6	35,5	17,6	43,4
Ovinocultura	646	0,8	1,2	41,5	103,8
Pesca	60	0,1	0,1	27,3	42,9
Suinocultura	1.707	2,3	3,1	66,4	91,8
Outros rebanhos	2.400	3,4	4,4	15,6	79,1
MELHORAMENTOS E EQUIPAMENTOS	25.590	50,6	46,8	28,2	28,9
INSUMOS MODERNOS	1.373	3,2	2,5	-17,8	9,0
OUTROS	1.233	2,1	2,2	50,9	52,4
TOTAL	54.711	100,0	100,0	24,4	39,6
Produção	54.370	99,4	99,4	24,3	39,6
Produtores	52.900	97,3	96,7	23,8	38,7
Cooperativas	1.470	2,1	2,7	51,8	81,7
Comércio	341	0,6	0,6	46,0	43,3

Fonte: DEPES.
COTEC.

Dos empréstimos destinados ao custeio de rebanhos, 73% foram absorvidos pela bovinocultura, atividade responsável por cerca de 80% da renda gerada pela pecuária.

A Região Sudeste, onde se concentram 35% do efetivo bovino do País, ficou com 40% dos empréstimos à bovinocultura, enquanto a Região Nordeste abriga 18% do rebanho bovino e foi beneficiada com 13% do crédito à atividade.

Os empréstimos à avicultura, embora em menor volume, vêm-se expandindo continuamente, tendo-se elevado em 102% em 1978 e 140,3% em 1977 e sua participação hoje chega 4,1% dos financiamentos à pecuária.

O dinamismo do setor, especificamente nesta década, foi estimulado pelas crises no abastecimento de carne bovina, passando o consumo de aves a incorporar-se no hábito alimentar da população urbana.

No início de 1975, a avicultura brasileira passou por grande crise, motivada pela superprodução, surgindo a exportação de frangos como excelente alternativa.

A abertura do mercado às exportações despertou no empresariado o interesse pelo planejamento da produção e práticas mais eficientes de comercialização, criando condições de disputa no mercado internacional.

A modernização dos equipamentos e instalações e a adoção de novas técnicas de manejo transformaram a exploração avícola em atividade de vulto, capaz de absorver expressivas somas de recursos. O crédito concedido ao setor representa cerca de 50% do valor bruto de produção de carne, de frangos e de ovos.

A exemplo da avicultura, a criação de suínos tem registrado crescimento acentuado, reflexo da ampliação do mercado interno e externo e da modernização do setor.

Os empréstimos do Banco à suinocultura registraram um crescimento de 91,8% em 1978, alcançando o valor de Cr$ 1.707 milhões, destinados em grande parte ao custeio e comercialização.

Em conseqüência das medidas de ordem sanitária adotadas em virtude do surgimento de focos de peste suína, restringiu-se o fluxo comercial de animais e de seus produtos.
A reação dos consumidores, ao reduzirem sensivelmente a demanda, acarretou queda ao nível das atividades industriais e grande contenção de animais nas zonas produtoras, com reflexos negativos sobre a economia do produtor rural.

Com vistas a atenuar os reflexos negativos que recaíram sobre o mercado, foram abertas pelo Banco do Brasil linhas de crédito especial no montante de Cr$ 1 bilhão, beneficiando frigoríficos, abatedouros e cooperativas, inclusive para a aquisição de carcaças suínas.

Política de Garantia de Preços Mínimos

A Política de Garantia de Preços Mínimos está-se consolidando paulatinamente e já exerce marcante influência sobre as decisões de plantio e sobre a concessão de créditos para custeio.

Atualmente mais de 40 produtos são amparados por essa política, e há perspectiva de ampliação de seu raio de ação, como incentivo à diversificação das lavouras. Em face da concentração de cultivo, apenas quatro produtos – algodão, arroz, milho e soja – absorvem cerca de 90% desses recursos.

A Política de Garantia de Preços Mínimos, a cargo da Comissão de Financiamento da Produção – CFP, tem o Banco do Brasil como seu agente financeiro e funciona na prática através de dois sistemas básicos: aquisição ou financiamento.

A aquisição consiste na venda pura e simples da produção ao Governo.
O agricultor, colhida a safra, deposita-a no armazém, faz a classificação e, mediante os certificados de depósito e de classificação, vai ao Banco do Brasil e efetiva a venda, recebendo o valor do produto, calculado de acordo com o Preço Mínimo.

Nos financiamentos, o procedimento é idêntico ao mecanismo da aquisição, mas o agricultor não vende imediatamente sua produção. Fica ela depositada no armazém como garantia do empréstimo, feito à taxa de 18% a.a.

Se durante o prazo do empréstimo, que pode ir até onze meses, os preços do mercado reagem, o agricultor pode vender o produto e liquidar a dívida, ganhando com a alta dos preços. Se os preços permanecerem abaixo dos fixados, a CFP compra a produção empenhada.

Quando o produtor toma o empréstimo sem opção de venda, o produto pode ficar armazenado na própria fazenda e a classificação oficial do produto é dispensada. Entretanto, o valor do empréstimo não ultrapassa 80% do preço mínimo e o prazo não excede 180 dias. Essa modalidade é mais utilizada em regiões carentes de armazéns.

A Política de Garantia de Preços Mínimos, através de empréstimos, proporciona ao agricultor oportunidade de usufruir melhor resultado de seu trabalho e compensação pelos altos riscos oferecidos pela atividade rural.

O quadro mostra a evolução dos empréstimos da Política de Preços Mínimos. Em 1978 a aquisição de produtos foi bem menor, pois evoluiu apenas 9,3% contra 145,7% em 1977 e 112,3% em 1976, enquanto os empréstimos para armazenamento e comercialização se elevaram 14,5% em 1978, representando 56,7% dos créditos da Política de Preços Mínimos.

BANCO DO BRASIL S.A.
Empréstimos da Política de Preços Mínimos

Especificação	Saldos em Cr$ milhões Dezembro/78	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez./76	Dez./77	Dez./78	Dez./76 Dez./75	Dez./77 Dez./76	Dez./78 Dez./77
Aquisição de Produtos	10.330	32,2	43,3	42,0	112,3	145,7	9,3
Armazenamento e Comercialização	13.927	66,2	55,7	56,7	63,7	54,0	14,5
Compra Sacaria	327	1,6	1,0	1,3	29,1	13,4	54,3
TOTAL	24.584	100,0	100,0	100,0	75,8	82,9	12,6

Fonte: COGER.
COTEC.

O Banco processou 150.000 guias de compra e venda de produtos amparados pelos Preços Mínimos. Em 1976 e 1977, foram emitidas 66.400 e 106.100 guias, respectivamente, o que, comparado com as de 1978, revela expansão crescente da atuação do Banco do Brasil nesse serviço de Autoridade Monetária.

Indústria

Em 1978, os empréstimos do Banco à produção industrial atingiram Cr$ 99,8 bilhões, com a atividade absorvendo 22,8% dos financiamentos do Banco ao setor privado. A expansão de 31,9% sobre os saldos de dezembro de 1977 decorreu da política de desaceleração praticada pelo Governo, visando a arrefecer os índices de inflação e superar os problemas conjunturais da economia brasileira.

BANCO DO BRASIL S.A.
Empréstimos à Produção Industrial

Especificação	Saldos em Cr$ milhões Dezembro/78	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez./76	Dez./77	Dez./78	Dez./76 Dez./75	Dez./77 Dez./76	Dez./78 Dez./77
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	80.560	75,7	79,9	[illegible]0,7	51,4	35,2	33,3
Produtos Alimentares	24.040	22,0	24,7	24,1	50,9	43,5	28,7
Têxtil	8.524	9,3	8,4	8,5	40,4	15,7	33,8
Metalurgia	8.202	11,4	9,9	8,2	91,4	10,8	9,8
Vestuário, Calçados e Art. de Tecidos	2.544	2,9	2,7	2,6	18,6	21,6	23,9
Outros	37.250	30,1	34,2	37,3	47,4	45,6	44,0
INDÚSTRIA EXTRATIVA	905	0,8	0,8	0,9	51,3	36,2	41,0
CONSTRUÇÃO CIVIL	2.881	2,0	2,2	2,9	69,0	43,1	73,4
DEMAIS (*)	15.459	21,5	17,1	15,5	117,7	1,4	19,7
TOTAL	99.805	100,0	100,0	100,0	62,3	28,1	31,9

(*) Inclui PROTERRA e PASEP.
Fonte: DEPES:
COTEC.

A indústria de transformação permaneceu liderando as aplicações nas atividades secundárias e, ao final do exercício, sua participação se elevou para 80,7% (Cr$ 80,6 bilhões), contra 79,9% em 1977 e 75,7% em 1976.

Dentro do segmento de transformação, os ramos mais assistidos pelo Banco foram produtos alimentícios, metalúrgicos e têxteis, que absorveram Cr$ 40,7 bilhões. O ramo alimentar manteve crescente seus níveis de empréstimos, contando com Cr$ 24 bilhões em 1978, equivalentes a 30% dos capitais dirigidos à indústria de transformação.

Dando ênfase à política governamental de apoio às indústrias de transformação de pequeno e médio portes, o Banco destinou a essas unidades produtivas, ao amparo da Resolução n.° 388 do Banco Central, Cr$ 2,2 bilhões em 1978.

Deve-se ressaltar que tais empresas, de grande significado sócio-econômico no País, pela criação de empregos e desconcentração da renda, constituem quase 90% da clientela do Banco e têm contado sempre com expressiva assistência financeira através das suas tradicionais linhas de crédito.

Os financiamentos deferidos por conta do PROÁLCOOL industrial apresentaram incremento de 123% sobre 1977, indicando a importância do programa na implantação gradativa de fonte energética substitutiva do petróleo.

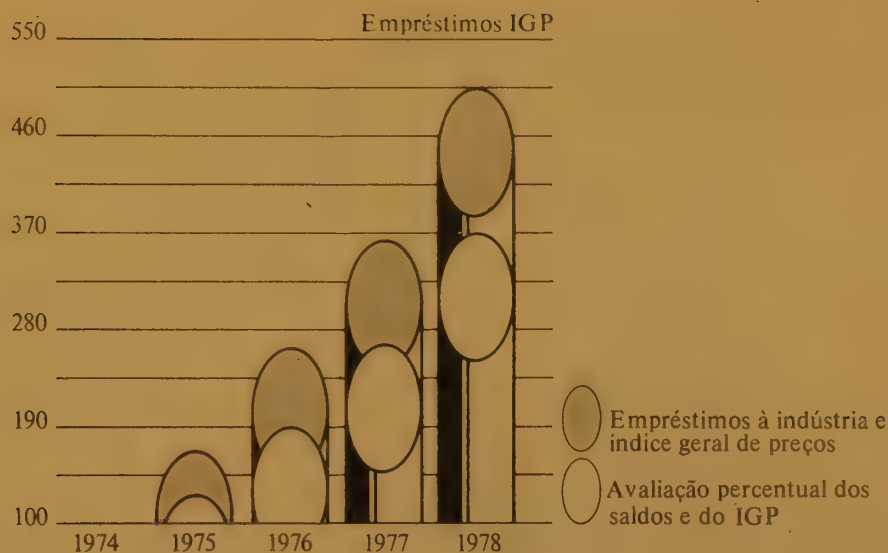
O setor de construção civil, apesar das dificuldades decorrentes do arrefecimento da atividade, contou com Cr$ 2,9 bilhões, incremento de 73,4%. Essa assistência creditícia reflete a preocupação do Banco em contribuir para a manutenção do nível de emprego e de obras.

As operações lastreadas com recursos do PASEP atingiram Cr$ 9,9 bilhões ao final de 1978, evoluindo 36,7%, em face da elevação dos financiamentos às indústrias de insumos básicos, com vistas a assegurar o nível de produção do setor.

As aplicações voltadas para o fortalecimento do comércio de produtos industriais somaram Cr$ 45 bilhões, expansão de 64,3% sobre 1977, derivados em grande parte da maior assistência às atividades ligadas a produtos alimentares e a veículos e material de transporte.

BANCO DO BRASIL S.A.
Empréstimos ao Comércio de Produtos Industriais

Especificação	Saldos em Cr$ milhões Dezembro/78	Composição Percentual			Variação Percentual		
		Dez./76	Dez./77	Dez./78	Dez./76 Dez./75	Dez./77 Dez./76	Dez./78 Dez./77
Produtos Alimentares	24 866	30,5	48,5	55,3	328,5	193,0	87,4
Veículos e Materiais de Transportes	2 808	11,0	7,8	6,2	45,6	30,8	31,3
Material Elétrico e de Comunicações	658	2,9	2,0	1,5	43,8	25,1	23,2
Produtos da Indústria Mecânica	661	3,1	2,0	1,5	42,6	19,3	20,0
Não Especificados (*)	15.932	52,5	39,7	35,5	63,0	38,9	46,8
TOTAL	44 925	100,0	100,0	100,0	95,7	83,9	64,3

(*) Inclui parte dos ACC.
Fonte: DEPES.
COTEC.

Dentre os financiamentos ao comércio de produtos alimentícios os créditos relativos ao açúcar apresentaram as mais significativas taxas de expansão, principalmente na área do mercado interno.

O Banco dirigiu Cr$ 3,5 bilhões às pequenas e médias empresas comerciais e de prestação de serviços, em 1978.

Leva agora seu apoio ao Programa Nacional de Cadeias Voluntárias, reforçando o capital de giro das pequenas e médias empresas de varejo, proporcionando-lhes condições de desenvolvimento e barateamento do custo de vida para as populações periféricas sem acesso aos supermercados.

O Banco e o Comércio Exterior

A política de apoio oferecida pelo Governo Federal, através de financiamentos que coloca à disposição dos empresários, constitui elemento relevante na expansão do nosso comércio exterior, propiciando-lhes recursos para a abertura de novos mercados e consolidação dos já existentes.

Estão disponíveis créditos para aquisição de bens para a exportação, produção, promoção no exterior, exportação em consignação, venda de estudos e projetos técnico-econômicos e de engenharia, execução de obras e serviços no exterior, investimentos, comercialização, financiamentos a bancos e a instituições financeiras estrangeiras e para entrepostagem.

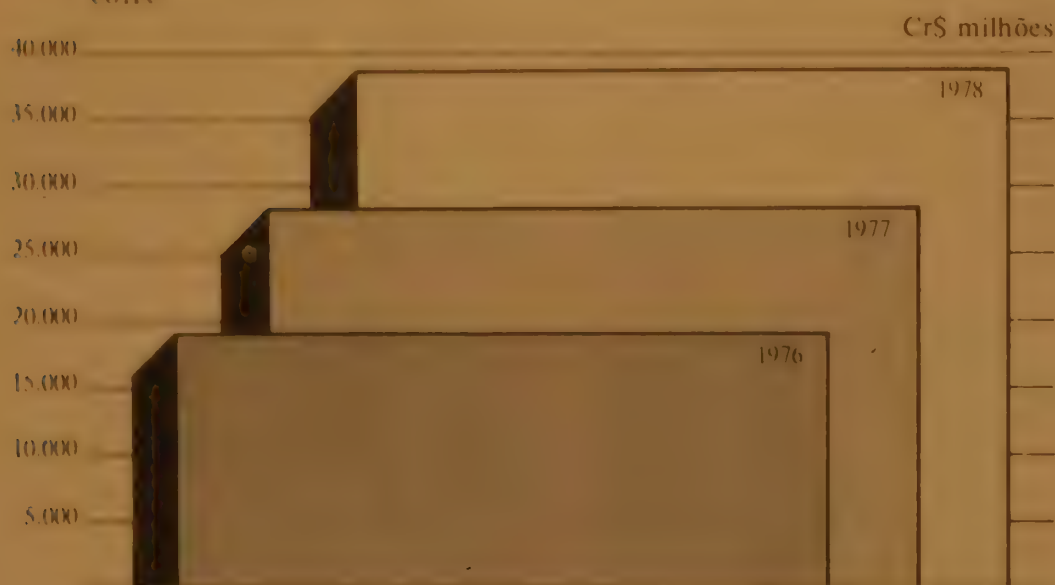
Através da CACEX foram autorizadas operações de financiamento à exportação no montante de US$ 817 milhões, em 1978.

Os veículos automotores ainda constituem o item de maior participação dentre os bens que tiveram suas vendas externas financiadas, sem apresentar, contudo, o mesmo índice de incremento experimentado pelos financiamentos dos demais elementos da pauta de exportação.

Destacaram-se, no período, os créditos destinados à venda de automóveis e de tratores à Argélia, à exportação de equipamentos de fabricação de papel para o Chile, à venda de 25 locomotivas diesel-elétricas para Moçambique, à exportação de equipamentos de destilaria de álcool para a Costa Rica e à venda de aviões à República do Togo, Austrália e EUA, no importe total de US$ 76,6 milhões.

BANCO DO BRASIL S.A.
Empréstimos Vinculados à Exportação

Especificação	Saldos em Cr$ Milhões			Variação	
	Dez./76	Dez./77	Dez./78	Absoluta Dez./78-Dez./77	Percentual Dez./78-Dez./77
Operações Normais CACEX	1 921	3 047	3 823	776	25,5
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	2 918	4 243	5 860	1 617	38,1
Fundo de Financ. à Exportação - FINEX	7 820	12 721	20 371	7 650	60,1
Programa Especial de Estímulo às Exportações - PROEX (Res. 353 e 398 do BACEN)	835	1 350	1 888	538	39,9
Empr. Com. Prod. Inds. para Exportação	2 446	6 499	6 612	113	1,7
TOTAL	15 940	27 860	38 554	10 694	38,4

Fonte: DEPLA
COTEC

As linhas de crédito estabelecidas pela CACEX, mediante convênios com instituições privadas e governamentais de diversos países, continuam se revelando eficiente instrumento para promoção de nossos produtos no mercado internacional.

Em 1978, além da manutenção e ampliação desses acordos, foram firmados treze novos convênios, que somam mais de US$ 175 milhões. Encontram-se em fase de negociação com estabelecimentos de crédito africanos, centro e sul-americanos acordos no valor de US$ 330 milhões.

Com crescimento superior a 200% em relação ao ano anterior, foram concedidas pela Carteira de Comércio Exterior – CACEX cartas de refinanciamento de serviços de engenharia, totalizando US$ 2 bilhões. Beneficiaram-se os seguintes empreendimentos: usina siderúrgica na Venezuela; mini-siderúrgica para perfis nos Emirados Árabes Unidos; linhas de transmissão no Uruguai; usina de álcool e aeroportos no Paraguai; núcleos residenciais na Argélia; sistema de telecomunicação na Nigéria; central termelétrica no Chile; represa hidrelétrica na Colômbia; rodovia na Tanzânia e ferrovia no Iraque.

A instalação de fábrica de papel no Chile e de cerveja no Equador recebeu crédito de US$ 12.148 mil na linha de financiamentos à produção para exportação. Financiaram-se, além disso, dentro do Plano Naval 78/79, novas unidades para exportação, entre elas navio cargueiro para armador liberiano e camaroneiros destinados à República de El Salvador.

Com recursos próprios, o Banco realizou, no período, 635 operações, num total de US$ 2,2 bilhões, beneficiando vários produtos exportáveis de curto ciclo de produção.

Para atendimento a empresas exportadoras de produtos que atravessam fase de difícil comercialização, foram abertas linhas especiais que respaldaram operações nos setores têxtil e algodoeiro, estendidas também ao setor calçadista, sob a forma de capital de giro para negócios externos.

Visando a apoiar a comercialização interna e externa de couros bovinos curtidos, o Banco aplicou cerca de US$ 170 milhões em financiamentos especiais que beneficiaram os curtumes.

Foram aplicados Cr$ 300 milhões como reforço temporário do capital de giro para a formação de estoques reguladores de produtos com problemas na área externa, como cacau em amêndoas e frangos congelados.

Foram emitidos 3.204 certificados dentro do mecanismo da Resolução n.° 398, do Banco Central, habilitando grande número de empresas e mobilizando recursos da ordem de US$ 1 bilhão.

Além de integrar delegações brasileiras em reuniões para celebração de acordos bilaterais com os Estados Unidos, Canadá, Costa Rica e Líbia, colaborou a CACEX, no campo da promoção das exportações, para a realização de várias feiras no Brasil e no Exterior, além de participar de missões comerciais ao Leste Europeu e Oriente.

Ainda dentro do contexto da promoção das exportações, o Banco organizou, através de agências situadas em zonas produtoras com alto potencial exportador, vários encontros regionais sobre técnicas de comércio exterior, congregando órgãos oficiais, entidades classistas e representantes do setor privado.

Aprimorou-se o sistema de assistência aos exportadores, pela introdução de treinamento especialmente dirigido a funcionários lotados nos setores CACEX das diversas agências, em convênio com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – CECEX.

Para apoiar a atuação das agências e escritórios do Banco no exterior, orientada no sentido de localizar novas oportunidades de colocação de bens e serviços brasileiros nos mercados importadores, buscou-se aprimorar o sistema de pesquisa e informação, mediante a modernização do Fichário Central dos Exportadores.

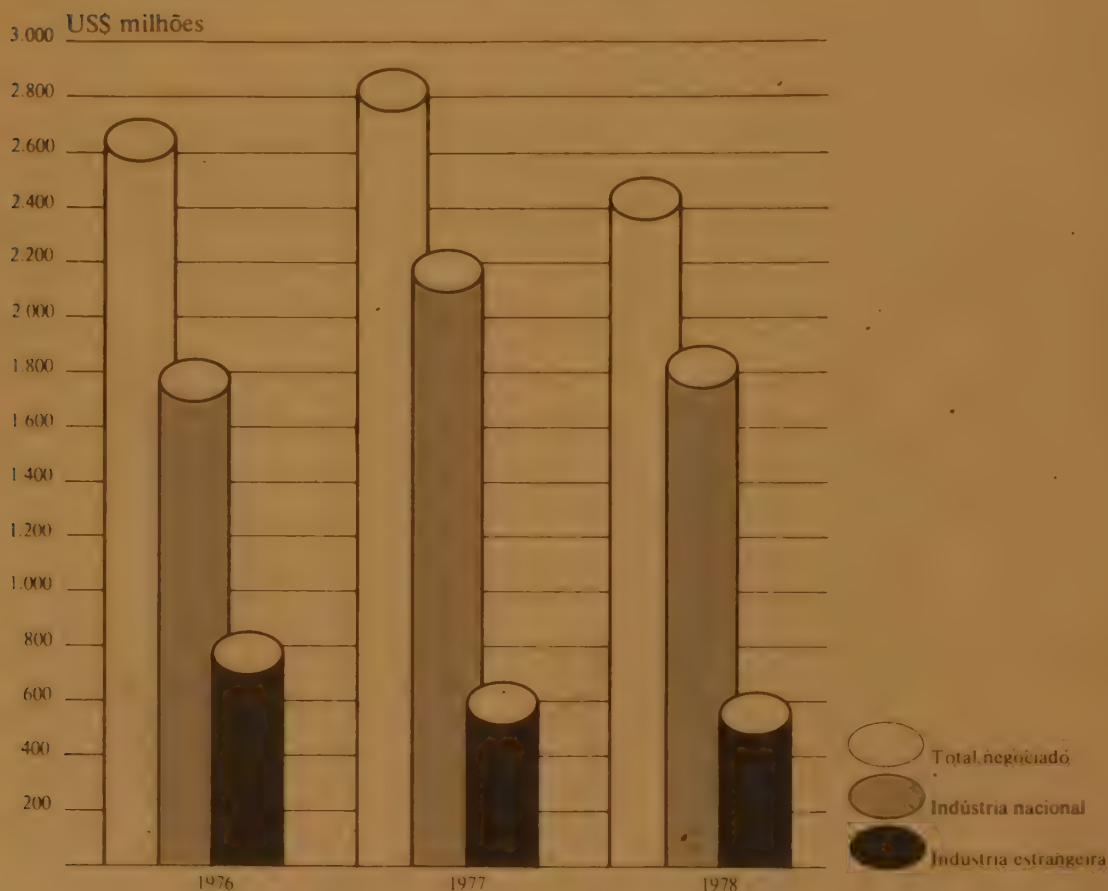
Como membro da unidade de negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), participou de várias reuniões e grupos de trabalho que visavam a elaborar pedidos de concessões tarifárias e não-tarifárias no quadro das Negociações Comerciais Multilaterais e da Lista III. Tomou parte também nos entendimentos com os Estados Unidos sobre cotas de exportação de têxteis, em razão de modificações na tarifa americana.

Os pedidos de importação de inseticidas, herbicidas, fungicidas e semelhantes que envolvessem elevação de preços foram examinados sob cuidados especiais, dado o objetivo de reduzir os custos da produção agrícola nacional.

Embora se reduzisse o número de acordos e revisões relativos a projetos industriais, cujo exame de similaridade é procedido pelo Banco do Brasil, continuou em ritmo crescente o valor global dos investimentos efetuados nos diversos setores do parque industrial do País.

Malgrado os esforços no sentido de se obter melhores índices de nacionalização das implantações industriais submetidas a acordos de participação, a média do período, 74,5%, demonstrou pequena perda em relação ao índice de 76,6%, do exercício anterior.

BANCO DO BRASIL S.A.
Acordos e Revisões de Acordos Homologados pela CACEX
US$ milhões – Janeiro/Dezembro

Especificação	1977	%	1978	%
Indústria Nacional	2.250,6	76,6	1.909	74,5
Indústria Estrangeira	687,8	23,4	653	25,5
TOTAL NEGOCIADO	2.938,4	100,0	2.562	100,0

Operações de Câmbio

As operações da Carteira de Câmbio são realizadas de forma a contemplar as metas de crescimento estabelecidas para a economia brasileira.

No apoio às exportações, foram aplicados recursos próximos dos 19 bilhões de cruzeiros, com aumento de 57% em relação ao ano passado. Os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Cr$ 14 bilhões, mais de 73% do total, apresentaram crescimento de 58%, se comparados com a posição de dezembro de 1977.

Através do Programa Especial de Estímulo às Exportações – PROEX, foram concedidos financiamentos a produtores-exportadores em montante superior a dois bilhões de cruzeiros.

Do mesmo modo, ao abrigo das linhas de crédito concedidas pela Carteira de Câmbio às nossas agências externas e banqueiros correspondentes, liberaram-se recursos da ordem de US$ 66,8 milhões. Os valores são destinados à compra de produtos brasileiros, de preferência por países mais carentes de crédito, em condições especiais e sem ônus adicional para o exportador nacional, o que estimula sobremaneira nossas vendas externas.

As operações de exportação realizadas pelas empresas nacionais continuam a merecer o integral apoio do Banco, mediante a concessão de garantias no exterior.

Aos poucos as exportações de serviços para o mercado internacional conquistam espaços preciosos e vitais à economia brasileira. Em 1978, vendemos trabalhos de consultoria para diversificado grupo de países, abrangendo empreendimentos de geração e transmissão de energia, usinas siderúrgicas, núcleos residenciais, construções industriais, aeroportos, represas, rodovias e ferrovias, dentre outros.

Para materializar os negócios, nas suas diversas fases, torna-se, então, indispensável a presença do Banco do Brasil como lastro garantidor das operações.

Os termos de garantia, por conta de seus próprios recursos, apresentaram o seguinte comportamento: 143 operações para habilitação em concorrências internacionais – *bid bond* – no valor de US$ 37,1 milhões e 167 contratos garantidores da execução de obras ou fornecimento de produtos – *performance bond* – no montante de US$ 956,3 milhões.

Ainda por conta própria, prestou avais e/ou fiança, totalizando US$ 225,4 milhões, permitindo o ingresso de empréstimos para capital de giro e aquisição de bens de capital do exterior.

Por conta do Tesouro Nacional, mantém 29 termos de fiança e/ou avais no montante de US$ 159 milhões.

O Banco contratou também operações de arbitragens, com proveitoso resultado, em montante próximo de 655 milhões de dólares, Explica-se a expansão nessa modalidade operacional em razão do aumento do nosso comércio exterior com diferenciadas moedas.

Na área de financiamento às importações, a política de seleção das compras externas, adotada pelo Governo brasileiro, fez convergir os recursos a produtos de interesse nacional (papel, fertilizantes e suas matérias-primas, máquinas e equipamentos entre outros), quando constantes de projetos aprovados pelos órgãos estatais de desenvolvimento.

Para a obtenção de produtos essenciais, como trigo, máquinas e equipamentos, e serviços, o Banco conta com linha de crédito de banqueiros do exterior no montante de US$ 534,5 milhões, permitindo atender a clientela com recursos extra-orçamentários a custos menores.

Contratação de Câmbio

Os contratos de compra e venda de moeda estrangeira alcançaram, ao final de 1978, a cifra de US$ 28,4 bilhões, aí incluídas as operações de repasse, cobertura e arbitragem com o Banco Central, registrando evolução de 32% sobre a posição do ano anterior.

BANCO DO BRASIL S.A.
Câmbio – Contratações

Especificação	Saldo acumulado – US$ milhões		Variação Percentual	
	Jan./Dez.-1977	Jan./Dez.-1978	1977/1976	1978/1977
COMPRAS				
de Exportação	4.521,3	4.892,2	– 5,5	8,2
Financeiras	5.213,7	8.743,8	105,4	67,7
Total	9.735,0	13.636,0	32,9	40,1
VENDAS				
de Importação	6.186,4	6.520,8	26,2	5,4
Financeiras	5.568,9	8.304,9	82,4	49,1
Total	11.755,3	14.825,7	47,8	26,1

Fonte: CAMIO.
COTEC.

As compras, no total US$ 13,6 bilhões, apresentaram incremento de 40% e foram fortemente influenciadas pelo expressivo comportamento das transações financeiras, que se posicionaram 68% acima do nível verificado em 1977.

Entre os contratos de exportações de mercadorias, destacaram-se os relativos a café em grão e industrializado (US$ 668 milhões), minérios (US$ 753 milhões), soja e derivados (US$ 392 milhões) e açúcar (US$ 397 milhões). Na modalidade financeira, despontaram os negócios envolvendo empresas e órgãos públicos da área de energia, transporte e mineração, responsáveis pela maior parte dos recursos.

O mercado de venda de câmbio mostrou-se pouco vigoroso, crescendo apenas 26,0% neste exercício, em conseqüência da contratação das importações de empresas governamentais, empenhadas em adequar seu volume de investimentos à conjuntura mundial.

Concentraram-se as operações de câmbio comercial em três grandes produtos: petróleo e derivados (US$ 4,5 bilhões), trigo (US$ 499 milhões) e fertilizantes (US$ 267 milhões). As transações financeiras de maior representatividade foram de iniciativa de organismos oficiais, estando aí contidos os retornos de empréstimos externos, inclusive aqueles obtidos no exterior por intermédio do Banco.

Cabe registro especial à *performance* das contratações voluntárias, que passaram de US$ 7 bilhões, em dezembro/77, para US$ 11,3 bilhões ao final deste ano, exibindo incremento de 61%, enquanto as operações de curso obrigatório apresentaram expansão de apenas 18,1%.

Novos Caminhos no Exterior

A atuação do Banco na área internacional, como órgão coadjuvante da ação do Governo, caracteriza-se pelo dinamismo na busca de novas oportunidades de negócios, particularmente daqueles que, direta ou indiretamente, contribuam para apoiar o intercâmbio comercial brasileiro e atrair capitais de risco.

Persegue dessa forma a nossa rede externa, mediante o indispensável suporte financeiro e serviços de apoio a investimentos estrangeiros, a meta final do equilíbrio das contas externas do Brasil.

Tais fatos justificam a presença do Banco do Brasil nas principais praças comerciais e financeiras do mundo, através de vasta rede constituída por 50 unidades operativas, entre agências, subagências e escritórios de representação.

Assim, a par da decisiva atuação no terreno financeiro, que marca a presença do Banco na comunidade bancária internacional, não se poupam esforços para buscar soluções alternativas e necessárias ao incremento do nosso comércio, particularmente na direção do Brasil – Exterior.

Uma dessas alternativas, recentemente lançada, consubstancia-se no financiamento direto ao importador estrangeiro, de produtos brasileiros em regime de *basket,* e que se desdobra em várias modalidades operacionais, entre elas o Cheque-Ouro de Exportação.

Instrumento novo, de grande potencialidade no comércio externo, reúne, num mesmo documento, o Cheque e a Carta de Crédito, conferindo-lhe características inéditas, a par de comprovada funcionalidade e alcance prático.

Dessa forma, o Banco oferece ao exportador de bens ou serviços de origem brasileira suporte adequado de recursos, englobando todos os tipos de financiamento de suas vendas externas, e proporciona condições ótimas de concorrência.

Assim, o apoio financeiro da rede externa ao intercâmbio comercial brasileiro traduziu-se, em 1978, em quase US$ 3,8 bilhões, cifra que tenderá a ampliar-se, na medida em que os novos esquemas operativos se desenvolvam.

Nos últimos 3 anos, as agências externas participaram com aproximadamente US$ 8,4 bilhões para o desenvolvimento de novas relações de trocas com o resto do mundo.

Os saldos dos financiamentos do comércio exterior com o Brasil cresceram, nos últimos cinco anos, mais de 640%, porquanto evoluíram de US$ 190 para US$ 1.409 milhões. Os recursos necessários àquelas aplicações originam-se notadamente do mercado de *banker's acceptances,* através de linhas de crédito específicas, colocadas à nossa disposição por banqueiros internacionais.

O País foi ainda favorecido por empréstimos diretos e sindicados, de longo prazo, de acordo com a sistemática estabelecida pela Lei n.º 4.131/62 e a Resolução n.º 63 do Banco Central, em volume superior a US$ 1,86 bilhão.

No exercício, o Banco do Brasil participou de dez operações sindicadas, em favor de diversas entidades nacionais, no montante de US$ 1.294 milhões canalizados para obras de desenvolvimento econômico e social.

De 1974 até agora, o Banco integrou vários sindicatos de bancos, inclusive como líder, envolvendo recursos acima de US$ 6,4 bilhões, cabendo-lhe participação em torno de US$ 670 milhões.

Vem o Banco atuando, de igual modo e com eficiência, no lançamento de bônus de organismos estatais ou paraestatais brasileiros no exterior e contribui para que o País tenha seus papéis aceitos no mercado internacional de capitais, especialmente na Alemanha, Japão e Suiça.

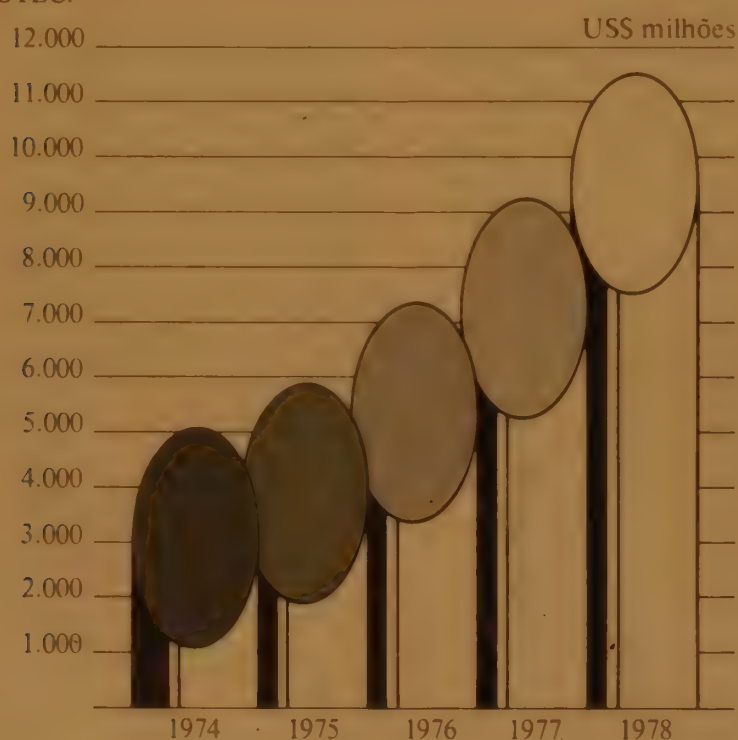
Aplicações

Os ativos do Banco no exterior elevaram-se a US$ 12 bilhões, cifra superior em 26% ao valor registrado em fins de 1977, com incremento de US$ 2.467 milhões, evidenciando-se que para esse aumento contribuíram decisivamente as agências de Grand Cayman, Cingapura, Manama e São Francisco.

A evolução, segura e gradual, dos empréstimos concedidos por nossas agências externas alcançou 129% nos últimos quatro anos. Em 1978, aplicaram-se US$ 2.329 milhões a mais do que no ano anterior, atingindo o total de US$ 11.605 milhões.

BANCO DO BRASIL S.A.
Empréstimos
Saldos em fins de período – US$ milhões

Especificação	1974	1975	1976	1977	1978	Variação Percentual 78/74
Crédito Interno	183	255	255	189	238	30.1
Comércio Exterior	487	380	849	1.318	1.428	193.2
Interbancário	2.043	1.561	1.239	1.879	2.630	28,7
Crédito Externo	2.348	3.782	5.090	5.890	7.309	211.3
Total	5.061	5.978	7.433	9.276	11.605	129.3

Fonte: DIRIN.
COTEC.

O expressivo crescimento dos empréstimos é conseqüência dos trabalhos desenvolvidos, principalmente pelas agências de Grand Cayman, Cingapura, Nova Iorque e Tóquio.

A modalidade de crédito desvinculado das trocas comerciais, que tem o fim específico de financiar as atividades das empresas locais, apresentou acréscimo de quase US$ 50 milhões, destacando-se a agência de Tóquio com 54% do total emprestado.

Os financiamentos de comércio exterior evidenciaram US$ 110 milhões de acréscimo e favoreceram o comércio do Brasil com o mundo, sendo que as agências de Grand Cayman e Londres detiveram os maiores saldos.

No mercado interbancário, onde nossas aplicações visam principalmente à obtenção da reciprocidade, o resultado experimentou evolução próxima dos US$ 751 milhões. Destacaram-se nessa atividade as filiais de Grand Cayman, Londres, Nova Iorque e Paris, pelas próprias características dessas praças, como centros financeiros internacionais.

Os empréstimos na modalidade de Crédito Externo atingiram o montante de US$ 7.309 milhões. Estão computados nesse expressivo volume os financiamentos de longo prazo realizados com firmas brasileiras, beneficiando projetos de infra-estrutura, e com firmas estrangeiras. Inclui também os registros das relações interdepartamentais desenvolvidas pelas filiais externas.

Depósitos

Os depósitos captados por nossa rede externa cresceram US$ 2.325 milhões, ao totalizarem US$ 11,6 bilhões. Em termos de valor absoluto, no espaço de quatro anos (1974/1978) ocorreu notável incremento de US$ 6,6 bilhões, equivalente a 130%.

A elevação registrada pelos depósitos do público, nesse período, merece ser destacada pois representa o resultado do esforço desenvolvido pelas dependências, dentro de programa estabelecido, que objetiva tornar o Banco cada vez mais atuante junto à clientela local.

Ao final de 1978, o volume de depósitos do público atingiu US$ 742 milhões e os maiores saldos pertenciam a Londres e Nova Iorque. No mercado interbancário, os recursos levantados somaram US$ 3.062 milhões, com aumento de US$ 650 milhões sobre o ano anterior.

Já os depósitos provenientes de entidades brasileiras evoluíram de US$ 454 milhões, passando de US$ 987 para US$ 1.441 milhões, cabendo destaque para Nova Iorque, Panamá, Londres e Hamburgo.

Resultado Financeiro

O lucro bruto auferido pelas agências no exterior apresentou em 1978 incremento de 19% sobre igual período passado, totalizando o montante de US$ 90 milhões. Para sua formação, concorreram principalmente Nova Iorque, Grand Cayman, Londres e Panamá. O lucro líquido apurado, de US$ 81.515 mil, expressou incremento de 25% sobre 1977.

Nos últimos anos, o Banco do Brasil, adequando-se ao sistema financeiro internacional, vem alcançando bons resultados ao utilizar com eficiência as vantagens fiscais oferecidas por alguns países.

Rede Externa

No roteiro de sua expansão internacional, o Banco, em 1978, inaugurou as unidades de Bruxelas, Cingapura, Caracas, Zurique e Viena, sendo expressivo seu crescimento nos últimos anos, pois em 1969 contava com apenas 7 agências e hoje perfaz o total de 50 unidades.

A expansão internacional do Banco possibilitou-lhe absorver novas técnicas operacionais e facilitar seu desempenho na condução dos múltiplos e complexos negócios externos. Essa experiência foi utilizada em sua associação com entidades de primeira linha, para a constituição de organizações multinacionais de crédito.

Hoje, a atuação de nossa ampla rede de dependências no exterior é complementada pela participação em doze organizações financeiras internacionais e as condições favoráveis nos centros financeiros estimularam a expansão de seus negócios.

Em decorrência dessa atuação, o Banco elevou seus investimentos externos mediante novos recursos, incorporação de reservas e lucros no aumento de capital do BAII (Banque Arabe et Internationale d'Investissement – Paris), BIAO (Banque Internationale pour l'Afrique Occidentale – Paris), BUF (Banco Unido de Fomento – Santiago), EULABANK (Euro-Latinamerican Bank – Londres), EUROBRAZ (European Brazilian Bank – Londres), ARLABANK (Arab Latinamerican Bank – Lima) e BLADEX (Banco Latinoamericano de Exportaciones – Panamá).

Através dessas entidades é possível realizar operações de interesse mútuo. Merecem destaque os empréstimos sindicados pelo EUROBRAZ no mercado londrino e a implementação de créditos do BIAO e do Brasilian Merchant Bank, destinados ao apoio das exportações brasileiras.

A atuação do BIAO, com mais de 145 agências, assume particular significado na complementação das medidas de efetivo estreitamento de relações com o Continente Africano. O mercado é bastante receptivo aos produtos brasileiros, sobretudo em função dos laços históricos e culturais que nos unem à sua gente.

BANCO DO BRASIL S.A.
Participações Internacionais

INSTITUIÇÕES	SEDE
Arab Latinamerican Bank – ARLABANK	Lima
Banco de Desarrollo del Paraguay S.A. – COMDESA	Assunção
Banco Latinoamericano de Exportaciones S.A. – BLADEX (em formação)	Panamá
Banco Unido de Fomento – BUF	Santiago
Banque Arabe et Internationale d'Investissement – BAII	Paris
Banque Internationale pour l'Afrique Occidentale – BIAO	Paris
Brasilian American Merchant Bank – BAMB	Georgetown
Brasilian Finance and Investment Corporation – BFIC	Toronto
Compagnie Arabe et Internationale d'Investissement – CAII	Luxemburgo
Euro-Latinamerican Bank Limited – EULABANK	Londres
European Brazilian Bank Limited – EUROBRAZ	Londres
Kuwait Pacific Finance Company – KPFC	Hong Kong

Fonte: DIRIN.
COTEC.

Recursos Materiais

Agências no País

Durante o ano de 1978, o Banco inaugurou 117 novas dependências, a maioria localizada em zonas de economia tipicamente rural. São agora 1.226 unidades em funcionamento e 147 em instalação, sendo 1.140 agências autônomas, 95 subagências, 108 postos de serviços e 30 postos avançados de crédito rural.

A instalação de dependências nas comunidades interioranas tem causado forte impacto nas expectativas da população, pois o Banco, além da assistência aos núcleos de atividade econômica, leva também para o interior contingente humano qualificado, criando novos hábitos e disseminando a assistência técnica.

Assim, como elemento dinamizador do desenvolvimento, a presença do Banco nessas áreas carentes de estímulos creditícios não raro atrai outros estabelecimentos da rede privada nacional, possibilitando a abertura de novas frentes de negócios e integração daquelas regiões.

Com 92% das filiais autônomas localizadas no interior, a distribuição das dependências do Banco revela seu propósito de levar o desenvolvimento econômico e social às áreas menos atendidas, atuando sobretudo como agente de redistribuição de poupança e de redução das desigualdades regionais.

BANCO DO BRASIL S.A.
Rede de Dependências (*)

Diretorias	31.12.75		31.12.76		31.12.77		31.12.78	
	Agências	Comp. %	Agências	Comp. %	Agências	Comp. %	Agências	Comp. %
DIRAM	95	8,4	98	8,6	121	9,1	135	9,8
DINOR	216	19,2	218	19,1	337	25,5	353	25,7
DIREG	119	10,5	121	10,6	129	9,8	133	9,7
DIMIG	216	19,2	218	19,1	243	18,4	251	18,3
DISAP	224	19,9	226	19,8	226	17,1	229	16,7
DICAP	135	12,0	139	12,2	141	10,7	145	10,6
DISUL	122	10,8	124	10,8	125	9,4	127	9,2
BRASIL	1.127	100,0	1.144	100,0	1.322	100,0	1.373	100,0

(*) Inclui agências, subagências e postos de serviços em funcionamento e em instalação.
Fonte: DOMET.
COTEC.

Postos Avançados de Crédito Rural

Coerente com seu objetivo de aplicar recursos para o desenvolvimento nacional e financiar as atividades produtoras do País, o Banco tem contribuído, principalmente através do crédito rural, para integrar áreas periféricas ao processo de efetivo desenvolvimento econômico.

Consciente da necessidade de contínuo aperfeiçoamento dos instrumentos e políticas de assistência creditícia, constatou o Banco, após pesquisa sobre a estrutura do crédito rural, ser reduzida a quantidade de produtores beneficiados e grande o número de municípios desassistidos.

Estima-se que 80% das propriedades rurais, em sua maioria minifúndios, não são alcançados pelo crédito. Embora os pequenos produtores respondam por mais de 80% do número de contratos realizados no Banco do Brasil, verifica-se certa tendência à marginalização no global dos créditos concedidos.

As grandes distâncias entre as propriedades rurais e os pontos de oferta do crédito, além do arredio comportamento do homem do campo, dificultam a transmissão de informações comerciais de seu interesse e a importante função que tem o crédito de induzir e compatibilizar as intenções dos produtores com as necessidades do mercado.

Objetivando promover adequada distribuição espacial do Sistema Nacional de Crédito Rural, propôs o Banco e foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional a abertura de Postos Avançados de Crédito Rural.

Cerca de 1.000 unidades de pequeno porte, espalhadas pelo País, serão orientadas para regiões caracterizadas pela concentração de pequenas propriedades, onde o crédito se revela insuficiente.

Procurar-se-á alcançar o produtor em seu próprio habitat, levando-lhe assistência técnica e transformando sua atividade de mera subsistência em geradora de excedentes, com a conseqüente melhoria da renda e elevação do padrão de vida.

Caberá ao Banco do Brasil a instalação de 500 postos, mas, numa primeira fase, foi efetivada a criação de apenas 30 unidades e fixado um período para avaliação dos resultados e correções, antes do prosseguimento do projeto.

Nesses postos os pequenos produtores serão atendidos em suas operações de crédito rural, até o limite de duzentas vezes o maior valor de referência (atualmente, Cr$ 230.000,00), beneficiando-se ainda da simplificação de métodos, rotinas e exigências.

Também serão praticadas operações de aquisição por conta do Governo Federal e desconto de notas promissórias rurais e duplicatas rurais resultantes da comercialização de safras.

Serviços de Apoio

A responsabilidade pela coordenação e direção dos serviços gerais e pela manutenção e preservação do patrimônio do Banco exige da Carteira de Administração contínuo aperfeiçoamento de suas atividades e dinamização dos seus órgãos componentes.

O crescimento das atribuições tradicionais da Empresa e a absorção de novos encargos encontram respostas nas constantes reformulações de sistemas, uso mais intensivo de equipamentos de computação e, quando necessário, na reforma organizacional que visa a descentralizar e agilizar decisões.

No ano de 1978 o Banco promoveu a criação de novos Departamentos no âmbito da Carteira de Administração, alterando sua estrutura e reposicionando as atribuições de diversos órgãos.

Pelo vulto das tarefas a seu cargo, ressalta a criação do Departamento Geral de Coordenação dos CESEC, encarregado de instalar e implantar os 51 Centros de Processamento de Serviços e Comunicações distribuídos pelo Brasil.

Ao final do exercício encontravam-se em atividade os Centros de São Paulo, Brasília, Rio, Recife, Salvador e Curitiba, os 3 últimos implantados em 1978. Prevê-se para 1979 a entrada em funcionamento de mais 13 unidades, cujo processo de instalação já se encontra em estágio avançado. Agilizou-se a implantação dos CESEC, como forma de obter a utilização integral dos equipamentos eletrônicos instalados e racionalização dos serviços das filiais.

O aproveitamento do computador nos serviços do Banco abrange a cada ano número crescente de filiais, melhorando os índices de produtividade e contribuindo para o esforço de aperfeiçoamento na prestação de serviços.

Vários itens foram incorporados ao parque de equipamentos eletrônicos, em 1978, cabendo destaque para leitoras óticas, sistemas Burroughs 4800, IBM 370/158 e 370/155 e 18 equipamentos COBRA 400.

Alguns indicadores dão mostra do volume das tarefas processadas eletronicamente: os lançamentos de depósitos superam a média diária de um milhão; foram microfilmados mais de 50 milhões de documentos; a cobrança integrada atingiu cerca de 25 milhões de registros de títulos.

Comunicações

A tarefa de dotar sua rede de filiais de eficientes meios de comunicação exige esforços do Banco compatíveis com o expressivo progresso do País nesse campo.

Na área de telex, principal suporte das telecomunicações do Banco, foi elevado para 1.011 o número de terminais instalados, atendendo a 392 cidades no País e no exterior. Com a implantação de quatro centrais telegráficas eletrônicas, aumentou-se a capacidade da rede privativa.

O recurso da telefonia se estende à quase totalidade das dependências e, no período, acrescentou-se à rede 49 centrais PABX, 245 PAX e 138 conjuntos de sistemas executivos.

Somadas essas redes ao sistema de rádio – 43 estações em funcionamento – dispõe o Banco de meios de intercomunicação rápida abrangendo 951 dependências no País.

Administração de Fundos
FISET

Os primeiros leilões especiais nas Bolsas do Rio e de São Paulo constituíram evento expressivo nas atividades do Fundo de Investimentos Setoriais – FISET. Beneficiaram-se 197 empresas, com negociação de 219 milhões de ações, no montante de Cr$ 290 milhões.

A entrada de recursos oriundos de incentivos fiscais atingiu Cr$ 5.717 milhões no último período e fez ascender a Cr$ 12,6 bilhões o volume creditado ao Fundo desde o início de suas atividades. Os investidores destinaram à conta FISET/ Reflorestamento 90% dos recursos.

Destinando Cr$ 325 milhões ao setor Pesca, Cr$ 698 milhões ao setor Turismo e Cr$ 10 bilhões ao setor Reflorestamento, a liberação de recursos do Fundo, desde o início de suas atividades até o exercício de 1978, favoreceu 538 empresas.

PASEP

Continuam a crescer de forma expressiva os números do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Depois da inscrição de 481.000 novos participantes, elevou-se para 4.740.000 o número de beneficiários vinculados a 6.252 entidades contribuintes.

Com incremento superior a 44% sobre o exercício anterior, eleva-se a Cr$ 48,7 bilhões o patrimônio líquido do Programa.

Ao final de 1978, as cotas de participação distribuídas totalizavam Cr$ 45 bilhões, após receberem os créditos da correção monetária de 30,92% e juros de 3% sobre o saldo corrigido.

Os participantes cadastrados há mais de cinco anos e que perceberam em 1977 remuneração mensal até 5 vezes o salário mínimo regional, em número de 1.895 mil, sacaram o abono salarial. Esses desembolsos, somados aos saques de cotas e rendimentos, totalizaram Cr$ 2,9 bilhões.

FIPEC

Através do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica – FIPEC, o Banco do Brasil já alocou a expressiva soma de Cr$ 168 milhões para o custeio de pesquisas propostas por empresas de pequeno e médio portes, instituições de pesquisa e universidades.

A estratégia de sua atuação consiste em acolher projetos de setores prioritários da economia, o que permitiu desenvolver trabalhos relacionados com energia rural, saúde animal e insumos básicos destinados à agricultura e a alguns segmentos do setor industrial, sem excluir estudos vinculados a outras áreas.

Para tanto, o Banco destina ao Fundo, semestralmente, 2% do lucro líquido apurado em Balanço, e seu Plano de Ação prevê o atendimento, até dezembro de 1979, de 230 projetos novos.

O empenho do Banco levou-o ainda a patrocinar concurso destinado a estimular a capacidade criativa dos inventores. O Prêmio Eureka de Inventos, a ser distribuído anualmente, contemplará trabalhos que apresentem interesse nacional, originalidade, alcance social, progresso técnico e aplicação industrial. Entre os cinco primeiros classificados serão distribuídos Cr$ 200 mil.

Recursos Humanos

Na área de recursos humanos, importantes realizações marcaram o ano de 1978, pois foram concluídos e implantados diversos projetos. Decorreram das modificações na estrutura de pessoal do Banco, iniciadas no ano anterior com a criação da Carreira Administrativa.

As medidas tomadas guardam entre si estreita vinculação, porque objetivam a reorganização do quadro de funcionários, de modo a ajustá-lo ao papel básico reservado ao Banco, na qualidade de agente do Governo na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Carreiras de Apoio

Os serviços de apoio encontravam-se dispersos em 45 carreiras, a maioria em processo de extinção, envolvendo 6.558 funcionários. Para adequá-los à filosofia então adotada pelo Banco, estudos desenvolvidos levaram à implantação, a partir de 1.° de julho de 1978, da Carreira de Apoio.

A estratificação em oito níveis, resultado da disposição em blocos de funções afins, ordenados hierarquicamente por seus graus de complexidade, responsabilidade e de remuneração, permite, agora, alocação mais adequada e flexível da mão-de-obra.

A definição precisa das funções inerentes aos serviços de apoio que se podem atribuir ao pessoal próprio do Banco tornou viável o equacionamento de problemas relativos à sistemática de contratações.

Dessa forma, outras atividades necessárias ao funcionamento do Banco, não incluídas nas atribuições do pessoal próprio, serão objeto de contratação de serviços com empresas especializadas, como admitido na legislação vigente.

Plano de Classificação de Cargos

O Sistema Integrado de Cargos e Funções, definido no projeto de reestruturação das carreiras do Serviço Administrativo, passou a contar com peça de vital importância: o Plano de Classificação de Cargos (PCC).

Aliado ao objetivo de dotar a Empresa de eficaz sistema de gerenciamento de cargos, o PCC trouxe no seu bojo a racionalização da estrutura existente de comissões, corrigindo as distorções observadas há longo tempo na hierarquia das funções comissionadas.

Constituiu-se, no âmbito da Consultoria Técnica, a Comissão de Implantação do Plano de Classificação de Cargos - CIPLA, que terá a responsabilidade de examinar projetos de reorganização setorial do Banco.

Quadro de Pessoal

A contenção deliberada do crescimento global do quadro permitiu chegar ao final do período com 79.414 funcionários, contingente superior em apenas 1,5% ao número registrado em 1977,o menor índice dos últimos sete anos.

A nova Carreira de Apoio absorve 6.672 servidores, equivalentes a 8,4% do contingente global do Banco.

Por sua vez, os critérios de localização e remoção implantados em 1977 permaneceram inalterados, registrando-se 12.664 comissionamentos no interesse da Empresa e 11.232 remoções a pedido dos funcionários. Em termos globais, a movimentação do pessoal manteve-se estável em relação ao ano passado, conseqüência da sistemática adotada para localização inicial dos novos servidores.

Inspeção de Agências

A Inspetoria Geral também sofreu mudanças em sua estrutura interna. Em lugar das adjuntas regionalizadas, surgiram as Adjuntas de Planejamento e Serviços Gerais, de Fiscalização e Controle e de Procedimentos Irregulares, resultado da política de especialização dos serviços.

A filosofia adotada para os serviços de inspeção já se faz-sentir nas relações internas da empresa, particularmente quanto à atuação dos inspetores, voltados, agora, mais para o sentido orientador que suas missões encerram.

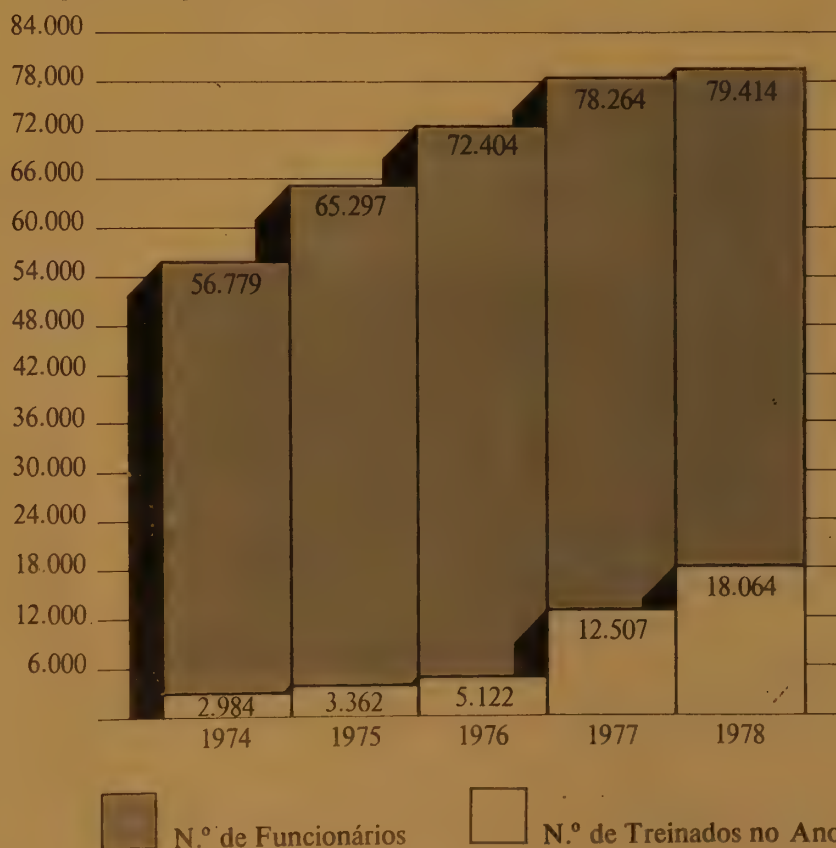
Seleção e Desenvolvimento de Pessoal

Em decorrência da reestruturação das carreiras do Serviço Administrativo, foram elaborados os regulamentos de seleção para os níveis Básico e Médio e realizados os primeiros concursos nos âmbitos externo (Básico) e interno (Médio).

A necessidade do aperfeiçoamento profissional em função da prioridade dos serviços, diretriz fundamental na política de formação de pessoal, levou ao treinamento de 18.064 funcionários, acréscimo de 44% em relação ao exercício anterior.

Particularmente, mereceu especial ênfase a implantação dos programas de formação de pessoal para os Postos Avançados de Crédito Rural, dada a grande significação dessas unidades pioneiras para os interesses nacionais.

Na área de desenvolvimento dos recursos humanos, os investimentos – que desfrutam dos incentivos fiscais do Governo – totalizaram Cr$ 241 milhões, contra Cr$ 104 milhões do ano anterior, com reflexos altamente positivos no aumento da eficiência dos serviços e na valorização profissional.

Comparação entre o número de treinados e o quadro do pessoal do Banco – 1974/1978

Assistência ao Pessoal

Concluiu-se, no período, pesquisa de âmbito nacional com vistas à identificação dos principais problemas nas áreas da assistência médica e social.

As informações coletadas trouxeram valiosos subsídios ao Programa de Residência para Administradores e servirão de base para a reformulação do modelo administrativo-organizacional das unidades assistenciais do Banco. Está prevista, inclusive, a implantação de serviço social, de medicina empresarial e serviço especializado em segurança e medicina do trabalho.

Em paralelo, foram desenvolvidos estudos objetivando a instituição do programa de assistência materno-infantil, de fundamental importância pelo alcance social de que se reveste.

No campo da assistência médico-hospitalar, a tônica foi a constante busca da ampliação e aperfeiçoamento dos serviços. O sistema de credenciamento expandiu-se, contando agora com 14.282 médicos, 2.089 laboratórios e 1.664 entidades hospitalares.

O Fundo de Assistência Social liberou a soma de Cr$ 335 milhões, incremento de 79% em relação ao montante de auxílios e adiantamentos deferidos no ano de 1977.

Do mesmo modo, a assistência financeira do Banco às associações sócio-recreativas de funcionários cresceu em volume, totalizando Cr$ 336 milhões, expansão de 224% em relação ao período antecedente.

Os estatutos da Caixa de Previdência dos Funcionários – PREVI, bem como programas assistenciais mantidos pela entidade, acham-se em fase final de adequação às disposições da Lei n.° 6.435, de 15.07.77, prevendo-se para breve a normalização do funcionamento de sua Carteira Imobiliária.

Para cobrir lacuna no campo da comunicação informal junto ao funcionalismo, criou-se o *Boletim de Informações ao Pessoal – BIP*, veículo de circulação quinzenal.

DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL POR CARREIRA

QUADRO	N.° DE FUNCIONÁRIOS	%
I – ADMINISTRATIVO	65.681	82,7
II – TÉCNICO-CIENTÍFICO	540	0,7
III – APOIO	6.672	8,4
IV – MENORES APRENDIZES	6.521	8,2
TOTAL	79.414	100,0

DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL POR TEMPO DE BANCO

0 Qüinqüênio = 38.039 (47,9%)

1 Qüinqüênio = 11.815 (14,9%)

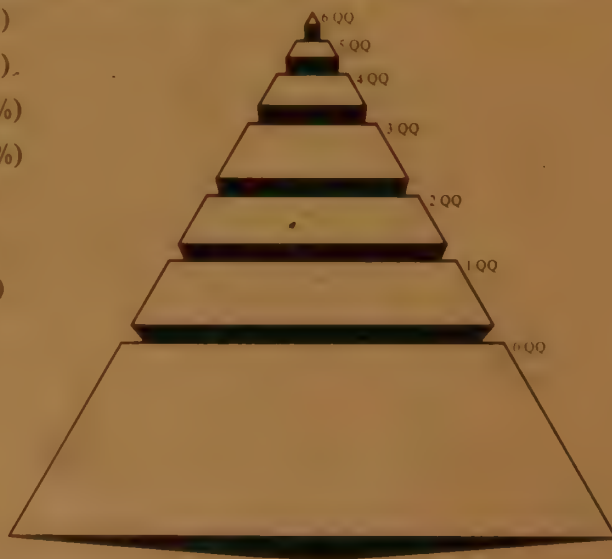
2 Qüinqüênios = 10.037 (12,6%)

3 Qüinqüênios = 10.437 (13,1%)

4 Qüinqüênios = 5.838 (7,4%)

5 Qüinqüênios = 2.930 (3,7%)

+ 6 Qüinqüênios = 318 (0,4%)

N.° de funcionários: 79.414

SÍNTESE CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA DO BANCO

1808 – Decreto régio, de 12 de outubro, cria o Banco do Brasil.
1819 – Primeira emissão de papel-moeda – tornaria o Banco do Brasil o 4.º estabelecimento emissor do mundo.
1829 – Concorrência de fatores políticos faz com que sejam encerradas suas atividades.
1854 – Ressurge o Banco do Brasil, o mesmo de hoje.
1920 – Criada a Carteira de Redescontos, já então considerada o embrião de um futuro banco central.
1938 – Começa a funcionar a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – CREAI, modelo do atual Sistema Nacional de Crédito Rural.
1941 – Primeira agência no exterior: Assunção, Paraguai.
1960 – Transferência da sede para a nova Capital do País – Brasília – depois de mais de um século no Rio de Janeiro.
1965 – Início da Reforma Bancária, passando várias de suas atribuições para o Banco Central do Brasil.
1969 – Ingresso no Hemisfério Norte com a estréia num grande centro financeiro internacional: Nova Iorque.
1970 – Primeira agência na Europa: Hamburgo.
1972 – Marca a entrada no Oriente com a agência de Tóquio.
1976 – 1.000.ª agência no Brasil.
1978 – 50.ª dependência no exterior.
Criação de 500 postos avançados de crédito rural.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 1978
DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIAS NO PAÍS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978
(Em milhares de cruzeiros)

ATIVO

CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	
Disponibilidades	1.419.415
Operações de crédito	
Empréstimos e títulos descontados	236.144.571
Financiamentos rurais	197.266.667
Créditos em liquidação	3.765.414
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.650.313)
Rendas a apropriar	(1.513.578)
	428.012.761
Relações interbancárias e interdepartamentais	
Pagamentos e recebimentos a liquidar	10.810.223
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	122.963.206
Correspondentes em moeda nacional	24.613
Departamentos no exterior - conta capital	1.050.208
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	62.967
Contas interdepartamentais - país	117.839
	135.029.056
Créditos diversos	
Banco Central do Brasil - recolhimentos e depósitos	31.985.716
Operações de conta do Banco Central do Brasil	800.626
Operações de conta do Tesouro Nacional	56.669.798
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	15.358.651
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	928.143
Financiamentos em moedas estrangeiras	30.132
Outros créditos em moeda nacional	30.359.546
Outros créditos em moedas estrangeiras	47.298.833
Rendas a apropriar	(56.424)
	183.375.021
Valores e bens	
Títulos de renda fixa	7.585.633
Valores em moedas estrangeiras	94.401
Outros valores e bens	6.172.971
Provisão para desvalorização	(661.172)
	13.191.833
Despesas de exercícios futuros	2.780
	761.030.866
PERMANENTE	
Investimentos	
Investimentos em sociedades ligadas	1.259.783
Outros investimentos	134.555
	1.394.338
Imobilizado	
Imóveis de uso	11.712.681
Imobilizações em curso	5.732.705
Outros bens de uso	3.754.745
Provisão para depreciação	(5.178.316)
	16.021.815
Diferido	
Despesas de organização e expansão	111.640
provisão para amortização	(29.646)
	81.994
	17.498.147
	778.529.013

PASSIVO

CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Depósitos		
À vista	124.420.184	
A prazo	1.576.496	
		125.996.680
Relações interbancárias e interdepartamentais		
Pagamentos e recebimentos a liquidar	728.464	
Cobrança efetuada, em trânsito	4.752.721	
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	94.215.314	
Correspondentes em moeda nacional	180.159	
Ordens de pagamento	2.280.388	
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	17.521	
Contas interdepartamentais - país	18.899.769	
		121.074.336
Obrigações por empréstimos		
Redescontos e empréstimos do Banco Central do Brasil	1.884.900	
Obrigações por empréstimos no país	95.188.090	
Obrigações por empréstimos externos	24.860.346	
Obrigações em moedas estrangeiras	16.772.575	
		138.705.911
Obrigações por recebimentos - tributos e encargos sociais		9.754.468
Outras obrigações		
Operações de conta do Banco Central do Brasil	18.145.884	
Operações de conta do Tesouro Nacional	25.085.168	
Banco Central do Brasil - conta de movimento	192.326.440	
Provisão para pagamentos	22.447.266	
Obrigações diversas em moedas nacional	8.714.407	
Obrigações diversas em moedas estrangeiras	31.963.304	
		298.682.469
		694.213.864

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	29.376.000	
Reservas de capital	21.578.382	
Reservas e retenção de lucros	7.717.262	
Lucros acumulados	25.643.505	
		84.315.149
		778.529.013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ANO DE 1978
(Em milhares de cruzeiros)

1. Receitas operacionais	
Rendas de operações de crédito	57.854.300
Resultado de câmbio	5.076.972
Rendas de serviços bancários	9.964.626
Rendas de valores mobiliários	213.051
Outras rendas operacionais	77 884
	73.186.833
2. Despesas operacionais	
Despesas de depósitos	546.237
Despesas de obrigações por empréstimos	5.839.125
Despesas de serviços bancários	423
Despesas administrativas	29 596 994
Despesas patrimoniais	7 785 079
Outras despesas operacionais	1 925 969
	45.693.827
3. Resultado operacional (1-2)	27.493.006
4. Receitas não-operacionais	
Rendas de aluguéis	34 318
Lucros na alienação de bens	58 649
Lucros na alienação de investimentos	187 990
Outras receitas não operacionais	2 963 153
	3.244.110
5. Despesas não-operacionais	
Perdas na alienação de bens	10 333
Perdas na alienação de investimentos	100
Outras despesas não operacionais	43 864
	54.297
6. Resultado não-operacional (4-5)	3 189 813
7. Resultado de correção monetária	16.203.562
8. Resultado antes do Imposto de Renda (3+6-7)	14.479.257
9. Provisão para Imposto de Renda	4 447 117
10. Lucro líquido (8-9)	10.032.140

(Cr$ 0,34 por ação, do capital integralizado em 31.12.78)

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS DO ANO DE 1978
(Em milhares de cruzeiros)

Saldo no início do ano	12.820.571
Ajustes de anos anteriores	2.445.359
Correção monetária do saldo inicial	5.535.719
Saldo ajustado e corrigido	20.801 649
Reversões de reservas	
Para contingências	954
De lucros a realizar	1 180 556
Outras reservas	48 641
Lucro líquido	10 032 140
Destinações no ano	
Reserva legal	(501.607)
Reservas estatutárias	(430 895)
Reservas para contingências	(3 189)
Dividendos do ano	(5 484 744)
Saldo no final do ano	25.643.505

Dividendo por ação do Capital.................Cr$ 0,19

PASSIVO

CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Depósitos		
À vista	124.420.184	
A prazo	1.576.496	
		125.996.680
Relações interbancárias e interdepartamentais		
Pagamentos e recebimentos a liquidar	728.464	
Cobrança efetuada, em trânsito	4.752.721	
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	94.215.314	
Correspondentes em moeda nacional	180.159	
Ordens de pagamento	2.280.388	
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	17.521	
Contas interdepartamentais - país	18.899.769	
		121.074.336
Obrigações por empréstimos		
Redescontos e empréstimos do Banco Central do Brasil	1.884.900	
Obrigações por empréstimos no país	95.188.090	
Obrigações por empréstimos externos	24.860.346	
Obrigações em moedas estrangeiras	16.772.575	
		138.705.911
Obrigações por recebimentos - tributos e encargos sociais		9.754.468
Outras obrigações		
Operações de conta do Banco Central do Brasil	18.145.884	
Operações de conta do Tesouro Nacional	25.085.168	
Banco Central do Brasil - conta de movimento	192.326.440	
Provisão para pagamentos	22.447.266	
Obrigações diversas em moedas nacional	8.714.407	
Obrigações diversas em moedas estrangeiras	31.963.304	
		298.682.469
		694.213.864

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	29.376.000	
Reservas de capital	21.578.382	
Reservas e retenção de lucros	7.717.262	
Lucros acumulados	25.643.505	
		84.315.149
		778.529.013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ANO DE 1978
(Em milhares de cruzeiros)

1. Receitas operacionais	
Rendas de operações de crédito	57.854.300
Resultado de câmbio	5.076.972
Rendas de serviços bancários	9.964.626
Rendas de valores mobiliários	213.051
Outras rendas operacionais	77.884
	73.186.833
2. Despesas operacionais	
Despesas de depósitos	546.237
Despesas de obrigações por empréstimos	5.839.125
Despesas de serviços bancários	423
Despesas administrativas	29.596.994
Despesas patrimoniais	7.785.079
Outras despesas operacionais	1.925.969
	45.693.827
3. Resultado operacional (1-2)	27.493.006
4. Receitas não-operacionais	
Rendas de aluguéis	34.318
Lucros na alienação de bens	58.649
Lucros na alienação de investimentos	187.990
Outras receitas não operacionais	2.963.153
	3.244.110
5. Despesas não-operacionais	
Perdas na alienação de bens	10.333
Perdas na alienação de investimentos	100
Outras despesas não operacionais	43.864
	54.297
6. Resultado não-operacional (4-5)	3.189.813
7. Resultado de correção monetária	16.203.562
8. Resultado antes do Imposto de Renda (3+6-7)	14.479.257
9. Provisão para Imposto de Renda	4.447.117
10. Lucro líquido (8-9)	10.032.140

(Cr$ 0,34 por ação, do capital integralizado em 31.12.78)
As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS DO ANO DE 1978
(Em milhares de cruzeiros)

Saldo no início do ano	12.820.571
Ajustes de anos anteriores	2.445.359
Correção monetária do saldo inicial	5.535.719
Saldo ajustado e corrigido	20.801.649
Reversões de reservas	
Para contingências	954
De lucros a realizar	1.180.556
Outras reservas	48.641
Lucro líquido	10.032.140
Destinações no ano	
Reserva legal	(501 607)
Reservas estatutárias	(430 895)
Reservas para contingências	(3 189)
Dividendos do ano	(5.484.744)
Saldo no final do ano	25.643.505

Dividendo por ação do Capital............Cr$ 0,19

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 - O BANCO E AS SUAS OPERAÇÕES

O Banco é uma companhia aberta, dotada de personalidade jurídica de direito privado, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações. Tem por objeto fomentar a produção nacional, promover a circulação dos bens produzidos e incentivar o intercâmbio comercial do país com o exterior.

Além de desenvolver atividades típicas de um banco comercial, é autoridade monetária e se constitui no principal instrumento de execução da política financeira e creditícia do Governo Federal, nos termos da lei 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias.

O programa global de aplicações do Banco consta do orçamento monetário nacional, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, sendo promovidos os recursos necessários sob adequada remuneração.

NOTA 2 - DIRETRIZES CONTÁBEIS

As diretrizes adotadas pelo Banco para a contabilização das operações e para a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras emanam das disposições da lei das sociedades por ações, das instruções da Comissão de Valores Mobiliários e das normas baixadas pelo Banco Central do Brasil, consideradas também as disposições da legislação tributária.

A forma de apresentação das demonstrações financeiras de que estas notas são parte integrante tem como referência as normas do Banco Central do Brasil de 20 de julho de 1978, consubstanciadas no "Plano Contábil dosBancos Comerciais". O conteúdo dessas demonstrações financeiras e de suas notas explicativas está também calcado nas disposições da lei das sociedades por ações e nas instruções da Comissão de Valores Mobiliários, resultando serem significativamente díspares em relação às de 1977.

Assim, as demonstrações financeiras espelham a posição patrimonial e financeira e os resultados decorrentes das operações no país, defluindo tal prática das disposições do Banco Central do Brasil, que apenas permitem a integração dos lucros de agências no exterior quando efetivamente internados (remetidos à matriz), enquanto que os prejuízos devem ser provisionados quando ocorrerem.

Os princípios e procedimentos contábeis observados podem ser resumidos como segue:

a) o regime contábil é o de competência de exercícios, sendo as receitas, despesas e custos de operações financeiras acumuladas em função da fluência dos prazos contratuais das respectivas operações ou das épocas de concretização das operações ou outros eventos;

b) os direitos, obrigações e compromissos em moedas estrangeiras ou sujeitos a correção monetária estão ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais, quando tais ajustamentos repercutem nos resultados;

c) os créditos em liquidação correspondem aos registrados como de liquidação duvidosa, segundo as normas regulamentares;

d) a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as disposições regulamentares e seu montante é adequado para fazer face a perdas normais que possam decorrer de operações de risco do Banco;

e) o montante representativo do capital das agências no exterior está demonstrado por seu valor histórico e consta sob "Departamentos no Exterior - Conta Capital";

f) os títulos mobiliários e outras aplicações financeiras estão demonstrados por montantes globais aproximados aos de mercado e incluem os rendimentos auferidos; no caso das participações societárias incluem o valor nominal das bonificações recebidas.

As participações societárias classificadas como investimentos estão demonstradas ao custo corrigido monetariamente e as em empresas controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

As participações societárias em empresas cujas atividades não tenham caráter de complementação ou apoio às atividades do Banco são consideradas como de natureza transitória, não sendo, portanto, classificadas no ativo permanente. Tais participações decorrem principalmente da conversão de créditos e de subscrições adicionais com o objetivo de resguardar os capitais aplicados, e de interesses governamentais voltados para o desenvolvimento de setores da economia carentes de apoio, ou para a solução de problemas sociais.

A propósito, o Conselho de Administração, em reunião de 8 de fevereiro de 1979, propôs uma disposição estatutária com o objetivo de disciplinar tais participações acionárias em até 10% do capital de cada empresa investida ou em até 15% do patrimônio líquido do Banco;

g) o imobilizado está atualizado monetariamente, com base nos coeficientes oficiais e depreciado - à exceção dos terrenos - pelo método linear, segundo as seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias 4%; sistema de mecanização avançada, veículos e instalações e equipamentos elétricos 20%; demais itens 10%.

NOTA 3 - MUDANÇAS DE DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais alterações procedidas em 1978 foram as seguintes:

a) os investimentos em empresas controladas classificados no permanente estão apresentados pelo método de equivalência patrimonial; anteriormente eram demonstrados pelo custo;

b) o patrimônio líquido e o ativo permanente foram corrigidos monetariamente e o efeito líquido absorvido no resultado; o procedimento anterior era de corrigir monetariamente o imobilizado em contrapartida a uma reserva de capital, e de imputar ao resultado somente o efeito da inflação sobre o capital de giro próprio;

c) supressão, através de balanceamentos, dos saldos do ativo e passivo que, por configurarem meros controles internos, não representam direitos ou obrigações do Banco;

d) inclusão, no ativo e passivo, de saldos representativos de direitos e obrigações do Banco anteriormente balanceados.

NOTA 4 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O Banco - como principal executor da política monetária e de crédito emanada das decisões do Conselho Monetário Nacional, consideradas também as suas funções de principal instrumento de concessão de crédito rural, de executor e de difusor e orientador do crédito suplementarmente à ação da rede bancária nacional - concede uma parcela expressiva de seus empréstimos e financiamentos em consonância com as correspondentes diretrizes governamentais e mediante a utilização de recursos financeiros específicos para esse fim aportados.

Os empréstimos e financiamentos concedidos estão preponderantemente amparados por garantias reais, avais, fianças e outras colaterais, e certas operações de crédito rural (cerca de Cr$ 38 bilhões) estão também amparadas por seguro de crédito nos termos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, administrado pelo Banco Central do Brasil, que assegura a liquidação de até 80% dos financiamentos rurais cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças. Ademais, o risco de crédito de certas operações (aproximadamente Cr$ 105 bilhões) vinculadas a recursos financeiros aportados ao Banco em conexão com programas governamentais não corre à conta do Banco.

Os prazos para liquidação dos empréstimos e financiamentos vinculados a programas especiais são compatíveis com os de retorno dos recursos aportados, cerca de Cr$ 101 bilhões, grande parte dos quais registrada em "Obrigações por Empréstimos no País".

NOTA 5 - RELAÇÕES INTERBANCÁRIAS

O relacionamento interbancário a nível internacional apresenta uma posição líquida - aplicações do Banco junto a banqueiros - da ordem de Cr$ 28,7 bilhões, remunerados segundo as taxas normais do mercado financeiro internacional.

As agências no exterior são consideradas como banqueiros, repassando inclusive eventuais disponibilidades financeiras da Direção Geral, o que proporcionou no ano de 1978 uma receita de aproximadamente Cr$ 1 bilhão relativamente a essas operações (Cr$ 22,1 bilhões em 31 de dezembro de 1978). Essas agências são auditadas no exterior por auditores independentes.

NOTA 6 - CONTAS COM O BANCO CENTRAL DO BRASIL

Os depósitos compulsórios, de Cr$ 17,8 bilhões, constam sob a rubrica de "Banco Central - recolhimentos e depósitos", que também inclui Cr$ 9,5 bilhões de depósitos de clientes em garantia de importações e Cr$ 4,6 bilhões de depósitos de recursos captados pelo Banco no exterior (Resolução 63 do Banco Central do Brasil) para repasse.

As rubricas de "Outros créditos em moedas estrangeiras" e "Obrigações diversas em moedas estrangeiras" incluem cerca de Cr$ 30 bilhões correspondentes a recursos captados por clientes nos termos da lei 4.131 e depositados no Banco Central do Brasil durante o prazo legal de retenção.

A conta de movimento está sujeita a juros de 1% ao ano

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CONTA DO TESOURO NACIONAL

Essas operações estão em processo de liquidação nos termos da deliberação do Conselho Monetário Nacional,na conformidade do decreto-lei 1.638 de 6 de outubro de 1978; em dezembro de 1978 o Banco recebeu Letras do Tesouro Nacional no montante de Cr$ 1,8 bilhão, a juros de 6% ao ano e resgatáveis semestralmente até 1987; em janeiro de 1979 foi promovida uma liquidação de Cr$ 17,9 bilhões adicionais com recursos da "Reserva Monetária".

Certas contas da espécie estão sujeitas a juros nos termos da legislação.

NOTA 8 - OUTROS VALORES E BENS

EMPRESAS	Participação no Capital Total (%)	Participação no Capital Votante (%)	Valor contábil em 31 12 1978 (Cr$ mil)
Companhia Aços Especiais Itabira (ACESITA)	81,98	99,85	3 079 807
Forjas Acesita S.A.	26,98	26,98	80 157
Riocell Administração S.A.	50,00	50,00	213 364
Companhia Siderúrgica Nacional	14,80	17,06	1 027 856
Aços Finos Piratini S.A.	23,90	--	405 492
Alumínio S.A. Laminação e Extrusão	7,12	37,85	33 500
Outros			1 333 095
			6.172.971
Provisão para desvalorização			(661.172)
			5.511.799

As operações com as empresas controladas e coligadas obedecem às normas regulamentares do Banco.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS PERMANENTES

	Participação no capital Total (%)	Votante (%)	Patrimônio líquido no final do ano	Lucro (prejuízo) em 1978	Ajuste pelo método de equivalência patrimonial	Valor contábil em 31.12.1978
			(Milhares de cruzeiros)			
EMPRESAS CONTROLADAS						
Brazilian American Merchant Bank	100	100	(*)920.869	(*) 451.230	776.813	920.869
Brazilian Finance Investment Corporation	100	100	(1.229)	(1.527)	(1.362)	
EMPRESAS COLIGADAS						338.914
OUTROS INVESTIMENTOS						134.555
						1.394.338

(*) Conforme demonstrações financeiras auditadas em curso de finalização, não foram recebidos dividendos em 1978.

NOTA 10 - DEPÓSITOS

A rubrica "Depósitos à vista" inclui Cr$ 16,1 bilhões de depósitos vinculados, dos quais Cr$ 9,5 bilhões correspondem a depósitos recebidos de clientes em garantia de importações amparadas por cartas de crédito de emissão do Banco, em conformidade com disposições do Banco Central do Brasil.

NOTA 11 - CAPITAL

O capital social subscrito e integralizado está representado por 16.470.368.400 ações ordinárias nominativas, com direito a voto, e por 12.905.631.600 ações preferenciais ao portador, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendo, todas sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra. O Tesouro Nacional detém o controle do Banco e é o seu maior acionista.

NOTA 12 - RESERVAS

As seguintes reservas são constituídas em conformidade com a lei de sociedades por ações e o estatuto:
Legal – para garantir a integridade do capital social, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido e até atingir o limite de 20% do capital social;
Para contingências – para compensar perdas prováveis não cobertas por seguro específico, mediante a apropriação de montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração;
Estatutárias – para a formação do "Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica", mediante a apropriação de 2% do lucro líquido e até atingir o limite de 10% do capital social; e do "Fundo para Prejuízos Eventuais", até o equivalente a 40% do capital social, para a compensação de perdas decorrentes das operações e serviços em geral;
De lucros a realizar – na forma contemplada em lei, principalmente mediante acréscimo, em contrapartida, por montante equivalente ao de aumento do valor do investimento em empresas controladas e coligadas, segundo o método de equivalência patrimonial;
De correção monetária do capital – para correção da expressão monetária do valor do capital realizado, incorporável ao capital mediante aumento compulsório por deliberação dos acionistas quando da realização da assembléia geral ordinária anual.

Em 1978 foram integralizados Cr$ 2.403.113 mil do aumento de capital votado em 10 de novembro de 1977; uma parcela idêntica foi recebida a título de ágio e acrescida a uma reserva de capital.

NOTA 13 - DIVIDENDOS

O estatuto estabelece a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido declarado semestralmente por ato da Diretoria,aprovado pelo Conselho de Administração.

NOTA 14 - AJUSTES DE ANOS ANTERIORES

Os ajustes correspondem principalmente a excesso de provisão para o imposto sobre a renda de 1977 (Cr$ 627.457 mil) e à absorção de receitas mantidas sob "Rendas em Suspenso" em 1977 (Cr$ 1.799.240 mil)

NOTA 15 - EFEITOS INFLACIONÁRIOS DO ANO

Foram contabilizados mediante a correção monetária do ativo permanente (Cr$ 4.665.369 mil) e do patrimônio líquido; (Cr$ 10.422.353 mil do capital realizado; Cr$ 2.792.198 mil das reservas de capital; Cr$ 2.118.661 mil das reservas de lucros; Cr$ 5.535.719 mil de lucros acumulados). O montante líquido foi imputado ao resultado do ano.

NOTA 16 - COMPROMISSOS, RESPONSABILIDADES E PASSIVOS CONTINGENTES

a) As contingências trabalhistas são as que decorrem da Consolidação das Leis do Trabalho.
b) o Banco é o patrocinador e contribuinte da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), restrita aos seus funcionários e da PREVI, que assegura e complementa os seus proventos de aposentadoria e os de pensão a dependentes.

O Banco também arca com encargos de aposentadoria de certos funcionários. Estão sendo procedidos os cálculos atuariais para mensurar as reservas matemáticas e determinar as épocas e montantes das contribuições adicionais requeridas;

c) o Banco tem litígios trabalhistas, fiscais e cíveis, dos quais não se prevê a ocorrência de prejuízos significativos;
d) as garantias concedidas a terceiros - sob a forma de fianças, avais e cartas de garantia - montam a Cr$ 38 bilhões, sujeitas entretanto a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários;
e) o Banco tem o compromisso de liquidar Cr$ 12 bilhões, líquidos, de operações de câmbio, sendo Cr$ 27 bilhões referentes a compromissos para a entrega futura de moedas já vendidas a taxas-fixas, e Cr$ 15 bilhões referentes a direitos para recebimento futuro de moedas já compradas por conta de órgãos governamentais, também a taxas-fixas; essas operações foram contratadas principalmente em dólares norte-americanos;
f) o Banco administra o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, garantindo a este uma rentabilidade mínima igual à correção monetária mais juros de 3% ao ano, relativamente aos recursos aplicados diretamente pelo Banco;
g) o Banco tem também compromissos de concessão de créditos adicionais e investimento decorrentes de empréstimos e financiamentos já contratados, e a responsabilidade por administração de serviços de custódia, inclusive da reserva monetária.

Brasília (DF), 26 de janeiro de 1979.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Karlos Rischbieter (Presidente)

Oswaldo Roberto Colin
Francisco Oswaldo Neves Dornelles
Ernesto Albrecht
Roberto Teixeira da Costa
Carloman da Silva Oliveira

DIRETORIA

Karlos Rischbieter (Presidente)

Oswaldo Roberto Colin
Olyntho Tavares de Campos
Carlos Brandão
Antônio Ferreira Álvares da Silva
César Dantas Barcellar Sobrinho
Eduardo de Castro Neiva
Benedicto Fonseca Moreira
Amilcar de Souza Martins
José Aristophanes Pereira
Rodrigo Horácio Garcia da Costa
Roberto Antônio Pinto de Melo Carvalho
Antônio Arnaldo Gomes Taveira
João de Mattos Leão
Walter Peracchi Barcellos

Lauro Rodrigues
Contador Geral
C.R.C.-RJ-23.441-5-T-DF
CPF-009-710.307-15

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas.

O Conselho Fiscal do Banco do Brasil S.A., em cumprimento ao disposto no inciso VII, do artigo 163, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após examinar o Balanço Geral, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações Patrimoniais e das Notas Explicativas correspondentes ao encerramento do exercício de 1978, com base nas análises periodicas realizadas, declaram que as peças acima referidas representam adequadamente a posição econômico-financeira do Banco do Brasil S.A., e por seus membros abaixo-assinados, recomendam que as contas submetidas à Assembléia Geral Ordinária sejam aprovadas pelos Senhores Acionistas.

Brasília (DF), 26 de janeiro de 1979.

Guilherme da Silveira Filho
João Jabour
José Mendes de Oliveira Castro
José Willemsens Júnior
Odette de Castro Gouveia

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores
Diretores e Acionistas.

Brasília (DF), 16 de fevereiro de 1979.

Examinamos o balanço patrimonial do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 1978 e as correspondentes demonstrações do resultado e de lucros acumulados do ano findo nessa mesma data. Efetuamos nosso exame consoante padrões reconhecidos de auditoria, incluindo revisões parciais dos livros e documentos de contabilidade, bem como aplicando outros processos técnicos de auditoria na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias, exceto que não o estendemos aos investimentos em agências no exterior, às operações com essas agências e seus resultados, e aos ativos, passivos e resultados dessas agências.

Com a exceção acima, e considerados os esclarecimentos constantes dos parágrafos terceiro da Nota 2 e segundo da Nota 5, somos de parecer que tais demonstrações financeiras são fidedignas demonstrações da posição financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 1978 e do resultado do ano referente às operações no país, de conformidade com princípios contábeis geralmente adotados e consoante a forma de apresentação emanada das instruções do Banco Central do Brasil relativas a bancos comerciais. Esses princípios contábeis foram aplicados de maneira consistente em relação ao ano anterior, exceto quanto ao mencionado na Nota 3.

PRICE WATERHOUSE
Auditores Independentes - CRC - DF - 228

OSMAR SCHWACKE
Contador - CRC - RJ-3.663-9-S-DF-388

BALANÇO INTEGRALIZADO E CONDENSADO
(inclusive agências no exterior)
(em milhares de cruzeiros)
31 de dezembro de 1978

ATIVO	Cr$	PASSIVO	Cr$
Disponibilidades	57.512.845	Capital social	29.376.000
Empréstimos e outras operações ativas	883.144.944	Reservas e lucros acumulados	54.939.148
Títulos mobiliários	20.988.973	Depósitos À vista 167.484.620 A prazo 304.828.130	472.312.750
Imobilizado	16.936.280	Operações passivas	179.834.711
Outras contas	40.838.353	Recursos para refinanciamento	245.294.257
		Outras exigibilidades	37.664.529
	1.019.421.395		1.019.421.395

Taxa de conversão: Cr$ 20,78 por US$ 1.00

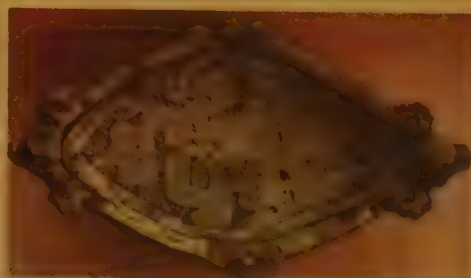
DIRAM - DIRETORIA DA PRIMEIRA REGIÃO

Estados: Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará.
Territórios: Amapá, Rondônia e Roraima.

Área: 5.141.392 km²

População: 10.459.000 habitantes.

Rede de dependências: em funcionamento: 105
em instalação : 30

ECONOMIA:
Arroz, pecuária, borracha, juta e malva, pimenta-do-reino, castanha-do-brasil, babaçu, madeira, soja, cacau, café, trigo, minério e indústrias diversas.

Lenda Amazônica

Dentre o grande acervo de lendas da Amazônia, inspiradas nos pássaros e na exuberante floresta, destaca-se a lenda da vitória-régia – planta aquática típica da Região, de folhas redondas que chegam a dois metros de diâmetro, com flores perfumadas que se abrem somente à noite.

Naia, indiazinha bonita, pensava – como todos de sua tribo – que a Lua era um jovem de prata e que do seu casamento com as virgens nasciam as estrelinhas do céu.

1-2-3-4-Peças de cerâmica marajoara

Sem temer perigos, Naia corria vales e montes, erguendo os braços e tentando, a todo custo, alcançar a Lua. Por mais altas que fossem as árvores em que a jovem subia, a Lua, indiferente, pairava sempre longe, muito longe, no céu infinito.

Naia desistiu, então, de buscar o moço de prata e ficou triste.

1-Teatro Amazonas – Manaus – AM
2-Vista de Manaus e do Rio Negro

Uma noite de luar, porém, ao aproximar-se do grande rio, viu bem lá no fundo a imagem da Lua. Naia não vacilou. O moço de prata — noivo das virgens — chamava-a, numa prece de amor: "Venha, Naia formosa, venha! Lá no céu nascerá uma estrelinha se você vier".

A jovem lançou-se às águas do rio-mar, num mergulho ansioso. Foi afundando com desespero, mais e mais, até desaparecer para sempre.

A Lua sentiu-se responsável e penalizada pelo trágico acontecimento.

1-2-Hotel Tropical - Manaus
3-Rio Amazonas

Naia merecia ser recompensada e viver eternamente.

Arrependida, a Lua imortalizou a terna e corajosa indiazinha, transformando-lhe o corpo numa flor diferente, única e majestosa: a vitória-régia.

1 – Bumba-meu-boi, auto popular brasileiro.
2-3 – Pássaros típicos da Região
4 – Veleiros no Cais de Ver-o-Peso – Belém – PA

INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA À ECONOMIA NACIONAL

Sensível a todo o esforço nacional para o desenvolvimento da Amazônia, o Banco do Brasil se faz presente através da Diretoria da Primeira Região – DIRAM, que jurisdiciona os Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso do Norte e do Sul, Maranhão, Pará e os Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e Roraima.

A atuação do Banco, marcada pelo estímulo às atividades produtivas através da aplicação maciça de recursos nos setores básicos da economia, funciona como elemento catalisador em mais de 100 localidades da Região. A recente instalação de seis postos avançados de crédito rural, em caráter pioneiro, vem ampliar um ciclo iniciado em 1908, com a criação da Agência de Manaus.

A capilaridade da rede de dependências, estrategicamente colocadas, permite-lhe conhecer profundamente a Região, de características singulares, que exigem, por isso mesmo, soluções adequadas à sua realidade.

Em 1978, o Estado do Amazonas foi contemplado com 6 novas agências; o Pará, com 5; o Mato Grosso, com 7; o Maranhão, com 5; Rondônia, com 4 e Roraima, com 1. O critério que presidiu a escolha dos municípios e vilas para receber essas novas unidades do Banco foi o de dar respaldo à resposta econômica que se deve esperar dos vultosos investimentos feitos pela Nação, na abertura das grandes vias de acesso da Região.

Vê-se, pois, que o desafio para a incorporação desta imensa área ao processo produtivo é ingente, haja vista a extrema diversidade social, econômica e cultural do território abrangido e a coexistência de regiões prósperas com regiões deprimidas.

Para promover a integração dessa área, o Banco conta com alguns instrumentos de crédito específicos que têm condições atrativas. Também está permanentemente atento a, se necessário, estabelecer, com oportunidade, parâmetros operacionais flexíveis, tendo em vista peculiaridades da Região, inclusive as decorrentes de sua estrutura fundiária.

Como a assistência creditícia do Banco não guarda relação com os recursos captados nas praças onde atua, é possível aplicar elevadas somas em áreas menos favorecidas para minimizar os desequilíbrios regionais, responsáveis, em parte, por dificuldades sociais e econômicas.

Por isso, em 1978, as aplicações na área ultrapassaram a casa dos trinta bilhões de cruzeiros, enquanto os depósitos captados não chegavam a cinco bilhões.

Afora suas tradicionais linhas de crédito, o Banco opera outras específicas, de cunho acentuadamente fomentador, e também programas especiais (PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, PROBOR – Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural, etc.).

Some-se a isso o trabalho das autoridades governamentais, que visa a dotar esse imenso espaço de infra-estrutura adequada, a fim de propiciar o escoamento da produção que ali se realiza. As grandes vias de penetração, construídas a partir de 1960, têm concorrido para maior abertura da Amazônia. Citem-se as rodovias: Belém–Brasília, Cuiabá–Porto Velho, Transamazônica e Cuiabá–Santarém, que têm viabilizado a ocupação econômica dos vazios ali existentes.

Programas Especiais

As operações ao abrigo do PROTERRA, perto de sete bilhões de cruzeiros, são canalizadas para o sistema produtivo, proporcionando a abertura de novas áreas e a criação da infra-estrutura indispensável. Mais de 40 mil contratos de financiamento, nas suas diversas modalidades, destinaram-se às atividades pecuária, agrícola, agroindustrial e de colonização.

O crédito fundiário, uma das linhas do Programa, tem ensejado a ocupação produtiva de considerável porção territorial dos vazios da Amazônia Mato-Grossense, dando acesso à terra aos colonos originários de outras regiões, em especial àqueles que se desfazem de minifúndios antieconômicos em outras regiões do País.

Na área dos cerrados mato-grossenses, o Banco, através do POLOCENTRO, dirigiu mais de um bilhão de cruzeiros para investimentos agropecuários. Dessa forma, foi possível incorporar ao processo produtivo quase 350 mil hectares de terras até então consideradas inservíveis.

Com a dinamização do PROBOR, busca-se alcançar a almejada auto-suficiência na produção da borracha vegetal. Vários projetos foram financiados como tentativa válida para redespertar a centenária vocação da Amazônia para o cultivo da hévea.

Ao amparo do PROÁLCOOL, quatro importantes projetos de destilaria de álcool anidro para fins carburantes estão sendo desenvolvidos e já absorveram perto de 600 milhões de cruzeiros.

Através do Programa Nacional de Armazenagem (PRONAZÉM), tem sido canalizada para a Região considerável soma de recursos para a construção de uma rede de armazéns a nível de fazenda, intermediário e terminal, a fim de acolher os produtos obtidos com expansão da fronteira agrícola. Esses investimentos já superam os 250 milhões de cruzeiros.

Estímulos e Respostas

O crédito, ao ser liberado para o setor produtivo, concorre para modificações no padrão de vida da população, alterando o comportamento da economia e mesmo o perfil da estrutura física de cada localidade.

Na área da DIRAM, alguns centros urbanos, conjugando os fatores crédito, infra-estrutura e incentivos fiscais, têm experimentado resultados altamente favoráveis nos campos econômico e social.

Manaus, por exemplo, absorve recursos preponderantemente nos setores industrial e comercial. Sua indústria recebe inestimável apoio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em virtude de uma política de incentivos adotada desde 1967. Nota-se expressivo desenvolvimento dos setores eletroeletrônico, de confecções, ótico e têxtil. Ainda razoável é a participação das indústrias de madeira, financiadas na grande maioria pelo PROTERRA, que destinam a quase totalidade da produção ao exterior, carreando divisas para o País.

Belém é outra cidade que experimenta sensível crescimento. Pontificam as indústrias de madeira, cerâmica, tubos e sacaria, esta utilizando juta e malva, todas de grande significação para a economia paraense, nos segmentos indústria e comércio. Em instalação, o Centro Industrial de Belém deverá constituir dinâmico pólo industrial, a partir do Complexo Albrás.

Também no Estado do Pará, Conceição do Araguaia e Paragominas, esta última favorecida pela rodovia Belém–Brasília, tornam-se promissores centros para a produção de gado bovino, em virtude, principalmente, das condições favoráveis de suas terras.

Igualmente, Santarém experimenta um novo impulso em sua economia. Terá função preponderante como escoadouro de produtos não apenas locais, mas também de áreas vizinhas, por ser ponto terminal da rodovia Cuiabá–Santarém.

Imperatriz, no Maranhão, evidencia boa estrutura nos setores industrial e comercial. A produção de madeira contribui para fortalecer o setor secundário. A localização estratégica junto à Belém–Brasília favorece grandemente o escoamento dos seus produtos.

Marabá, Itaituba e Altamira mostram seus núcleos urbanos revigorados, verdadeiros pólos de desenvolvimento, como resposta à rodovia Transamazônica. As condições que Altamira apresenta para a cultura do cacau permitem que a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) ali desenvolva profícuo trabalho. Nas imediações desse município está instalada uma usina de açúcar de grande porte.

Rondônia promete converter-se em grande centro agropecuário. As lavouras de cacau implantadas sob a orientação da CEPLAC estão começando a atingir a fase produtiva. O mesmo se pode dizer das lavouras de café e arroz. Ao longo da estrada Cuiabá–Porto Velho, acompanhando o ritmo de desenvolvimento que a Região experimenta, florescem núcleos urbanos expressivos como Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes, Pimenta Bueno e Vilhena.

Cuiabá, após a divisão do Estado do Mato Grosso, continua diversificando sua economia. O norte deste Estado tem baixa densidade populacional e é carente de infra-estrutura básica. O aporte de recursos em maior volume será necessário para a realização de obras indispensáveis e também para estimular o processo de produção, cuja intensificação deverá acentuar-se a partir da incorporação de novas áreas ao longo da Cuiabá–Santarém, como é o caso, dentre outros, dos núcleos de colonização de Sinop e Alta Floresta.

Barra do Garças tomou considerável impulso, em virtude, sobretudo, dos projetos de colonização que continuam a se instalar à sua volta e que contam com o auxílio financeiro do Banco. Estimulando inicialmente o setor básico, viu crescer suas funções urbanas e, em razão disto, a indústria e o comércio apresentam bom grau de desenvolvimento.

Mato Grosso do Sul é grande produtor de arroz, soja e trigo, dentre outros. Tem na pecuária importante lastro e conta com razoável rede de abatedouros e frigoríficos. A proximidade com São Paulo e Paraná – grandes centros consumidores – estimula o desenvolvimento de sua produção.

Campo Grande, a capital, é próspero centro econômico e brevemente assumirá posição destacada no contexto político-administrativo.

Perspectiva do Pacto Amazônico

O ano de 1978 marca, particularmente, o início de um novo capítulo na História da Amazônia. O Brasil e mais sete Repúblicas (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica.

O Pacto Amazônico, assim conhecido, tem por objetivo comum promover o desenvolvimento da Região Amazônica a nível continental. Todo o sistema está estruturado em volta do mais expressivo eixo fluvial do mundo, compreendendo 80 mil quilômetros de vias navegáveis.

Daí emerge um vasto e infindável campo no plano da colaboração: estudos de clima e de hidrologia, aproveitamento dos recursos naturais, manutenção do equilíbrio ecológico, tudo isso a ser conseguido através de um esforço associado e objetivo.

Outros importantes fatores, como o intercâmbio de experiências acumuladas no campo do desenvolvimento regional e a cooperação em torno de pesquisas científicas e tecnológicas, serão também grandemente estimulados.

Potencial Hidrelétrico

O Governo brasileiro está convicto da fundamental importância da Região para o desenvolvimento econômico do País e, sob esse prisma, a grande esperança repousa no potencial hidrelétrico da Amazônia, estimado em torno de oitenta milhões de kW.

A energia elétrica barata e abundante será fator de atração para grandes investimentos na área industrial, principalmente nas capitais – Belém e e Manaus, ainda abastecidas por termelétricas a óleo combustível – pois, excluídas outras vantagens adicionais, isso permitirá reduzir os custos de produção.

Dos grandes aproveitamentos hidrelétricos programados para o Norte do País, Tucuruí, no Pará, é o mais importante, com capacidade total perto de 8 milhões de kW. Ao entrar em operação, em 1980, sua produção deverá beneficiar também a Região Nordeste.

A partir daí, projetos agroindustriais serão amplamente estimulados e uma variedade de produtos irá suprir o mercado interno e proporcionar excedentes exportáveis, geradores de divisas para a balança comercial brasileira.

Espera-se que a produção de energia elétrica possa atender à demanda a nível regional, suprindo os empreendimentos industriais e os núcleos urbanos disseminados pelos cinco milhões de quilômetros quadrados da Amazônia Legal, sendo, então, a grande responsável pela interiorização do desenvolvimento.

Antevendo a fase de progresso que irá surgir na Região, o Governo Federal aprovou projeto de colonização que prevê a fixação de milhares de pessoas, no prazo de dez anos, ao longo do trecho paraense da estrada Cuiabá–Santarém.

A colocação em uso social dessas terras – dez milhões de hectares em torno daquela via de penetração – viabilizará uma produção de expressivo valor para a formação do produto agrícola.

DINOR - DIRETORIA DA SEGUNDA REGIÃO

Estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Área: 1.215.016 km²

População: 30.944.000 habitantes.

Rede de dependências: em funcionamento: 279
em instalação : 74

ECONOMIA

Algodão, cacau, cana-de-açúcar, castanha-de-caju, cera-de-carnaúba, fumo, mandioca, mamona, sisal. Avicultura, bovinocultura, caprinocultura e suinocultura, indústrias diversas e pesca.

Influência Africana na Cultura Brasileira

Características marcantes do brasileiro de hoje – alegre e comunicativo – têm sua explicação no largo convívio com o africano, povo que canta e dança em todas as circunstâncias: nascimento, morte, trabalho, guerra e,

1-Caju
2-João Pessoa - PB
3-Hotel Pousada do Carmo - Salvador - BA
4-Entardecer no Nordeste
5-Fortaleza - CE
6-Elevador Lacerda - Salvador - BA

particularmente, nas cerimônias religiosas.

A integração do negro na sociedade brasileira enriqueceu-a com novos valores, usos e costumes, sendo expressiva sua atuação no campo dos esportes e das artes, como mostra a participação do País nos certames internacionais.

As novas crenças, com milhões de adeptos, fruto do sincretismo de religiões africanas, européias e indígenas, refletem o processo de assimilação dos três grupos,

1- Jangadeiros do Ceará
2- Igreja do Bonfim - Salvador - BA
3- Detalhe de lampião colonial
4- Cacau - BA
5- Detalhe de Salvador - BA

sendo marcante a
herança cultural dos africanos.

Ao samba – música e dança – cabe referência especial, pois em seu ritmo se identifica forte ascendência africana.

A capoeira, luta corporal de Angola, ao som de berimbaus, antigamente praticada por valentões, transformou-se em dinâmico espetáculo coreográfico do folclore regional.

Comidas, outra importante contribuição recebida e fácil de entender. Os cuidados da cozinha na casa dos senhores eram atribuídos às mulheres negras que, progressivamente, introduziam seus ingredientes familiares – azeite-de-dendê, pimentas, ervas,

1-Frutos do mar e seus temperos
2-Cacau - BA
3-4-Artesanato nordestino

peixes secos e receitas singulares.

Os senhores aceitavam os novos pratos e molhos, porque, pelo ardor, contrastavam com a suavidade da comida européia e, talvez, porque vissem neles afrodisiacos.

Hoje, os laços comuns que nos ligam, há séculos, impulsionam grandemente nosso intercâmbio com os paises africanos.

1-Hotel Tambaú
João Pessoa - PB
2-3, Artesanato
do Nordeste
4-Arte Sacra
5-Forte dos Reis
Magos - Natal - RN
6-Pôr-do-sol em
Fortaleza - CE

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste, de fundamental importância para o Brasil, quer pelo espaço físico, quer pelo grande contingente demográfico que abriga, tem no seu desenvolvimento importante meta na política do Governo Federal, que conta com eficaz instrumento para sua execução: o Banco do Brasil, representado pela Diretoria da Segunda Região – DINOR.

Intenso é o trabalho que o Banco ali desenvolve, contribuindo para diminuir os desníveis regionais e possibilitar distribuição mais equânime da renda, possível apenas com o fortalecimento da economia local.

Embora dependa menos da ação do homem do que em outras regiões, a economia nordestina apresenta razoável dinamismo e promissoras perspectivas. Em 1978, alcançou bom índice de crescimento, embora abaixo do nível do período precedente.

O resultado, de certa forma, reflete o saudável desempenho das indústrias de transformação e dos setores de energia elétrica e construção civil.

Igualmente importante foi a contribuição da atividade agrícola, muito beneficiada pela relativa regularidade do quadro climático. A pecuária, responsável por cerca de 25% do produto agrícola do Nordeste, teve moderada expansão, pois ainda se ressente dos efeitos da estiagem de 1976.

A esse quadro favorável, junte-se o apoio financeiro que o Banco vem dando à Região, contribuindo de forma decisiva para a modernização e diversificação da sua economia.

Os financiamentos do Banco continuam concentrados na atividade rural. A agricultura absorveu a maior parte dos recursos, em termos absolutos, destacando-se os créditos a cooperativas, que evoluíram de Cr$ 1.459 milhões para mais de Cr$ 2.200 milhões, acréscimo superior a 50%.

Consideradas as aplicações através da Carteira de Crédito Geral, os financiamentos na área da DINOR cresceram mais de 36%. O maior volume foi canalizado para a produção industrial, cujos saldos ultrapassaram Cr$ 22 bilhões.

Essa atuação contou com o suporte de 245 dependências cuidadosamente localizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, observada a diretriz do Banco de apoiar os municípios mais carentes de assistência financeira.

Interiorizando ainda mais sua atuação, inaugurou 12 postos avançados de crédito rural, todos pioneiros, e está prevista a breve instalação de várias outras unidades, o que reforça a posição do Banco como agente da integração regional.

Além disso, atua de forma a contemplar segmentos importantes da economia do Nordeste, através de programas especiais e linhas de crédito específicas, contribuindo para reduzir o ritmo descompassado de desenvolvimento entre as regiões e melhorar o nível de renda da população.

Pequenas e Médias Empresas

Assim, sensível à importância dessas empresas no contexto sócio-econômico do Nordeste, o Banco dinamizou a linha de Financiamentos Especiais a Pequenas e Médias Empresas – ASSPEME, especificamente destinada ao reforço do capital de giro.

Tais empresas, dadas as peculiaridades de seu funcionamento, cumprem papel de destaque na política de distribuição de renda, ao tempo em que concorrem para a diversificação da produção e da oferta de bens e serviços, assegurando, ainda, fluxo regular de abastecimento em localidades de menor expressão econômica.

A assistência se reveste de condições especiais quanto a prazo, garantia e juros, podendo alcançar o montante de 500 MVR (maior valor referência), por cliente. Elevado número dessas operações tem lastro apenas no aval ou fiança dos dirigentes das empresas, sem qualquer vinculação de bens reais.

Proterra

Os empréstimos ao amparo do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA superaram em muito Cr$ 15 bilhões, sendo o Programa de maior significação no Nordeste. Em virtude de medidas de contenção das aplicações do Banco, não registrou o mesmo índice de expansão do ano passado. Entretanto, para compensar a menor expansão dos negócios, os critérios de distribuição dos recursos passaram a ser orientados prioritariamente para o atendimento dos pequenos e médios empreendimentos rurais.

Polonordeste

O Banco do Brasil, agente financeiro do Programa de Desenvolvimento de Areas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE, apóia de forma decisiva a implantação dos planos de crédito rural. A ação conjugada das dependências subordinadas à DINOR com órgãos estaduais de assistência técnica e extensão rural tem gerado resultados favoráveis: simplificação das exigências bancárias e difusão de novos processos de exploração das atividades agropecuárias.

Os financiamentos são limitados a 200 MVR nas operações conjugadas de custeio e investimento e também na aquisição de terras. O total emprestado quase atingiu Cr$ 600 milhões.

Projeto Sertanejo

Basicamente, o Programa busca dotar as propriedades rurais nordestinas de condições capazes de prevenir a ação das secas, mediante a adoção de técnicas especiais.

Ao seu amparo, são financiadas, até o limite de 650 MVR, construção de açudes, perfuração de poços e obras de irrigação, inclusive aquisição e instalação de equipamentos. Além disso, os recursos se destinam ainda ao custeio agropecuário e à aquisição de propriedade familiar.

Começando a atuar no Programa a partir de março deste ano, os financiamentos do Banco do Brasil já se aproximam dos Cr$ 100 milhões.

CULTURAS EM DESTAQUE

Algodão

A colheita, em 1978, de mais de 700 mil toneladas de algodão em caroço, superou a produção do ano anterior. A produtividade média por hectare aumentou 16,5%, em conseqüência da regularidade das chuvas e da ausência de pragas. A retração de quase 135 mil hectares de área plantada se deve basicamente à substituição do algodão por culturas de maior lucratividade, em razão das baixas cotações do produto nas safras precedentes.

O número de operações de custeio esteve próximo dos 50 mil contratos, o que revela a expressiva assistência do Banco a esse importante produto da economia nordestina.

Cacau

Destacado produto na pauta do Nordeste, o cacau tem suas lavouras concentradas no Estado da Bahia, responsável por 95% da produção brasileira. Com área de colheita praticamente inalterada, o resultado deste ano superou em 10% a safra anterior. Por sua vez, os preços do produto no mercado internacional não repetiram o desempenho tão satisfatório de 1977. A atividade recebeu do Banco expressivo apoio para custeio e formação de novos cacauais.

Feijão

Cultura básica para a alimentação das populações nordestinas, o feijão tem sido distinguido com agressiva política de financiamentos, mesmo nas regiões mais distantes. Em decorrência, mais de 50 mil contratos destinaram-se ao custeio das lavouras e ao atendimento de novos clientes.

Mamona

A colheita da mamona situou-se em torno de 220 mil toneladas, contra apenas 158 mil na safra passada. A área plantada teve expansão de 27%, motivada pelos melhores preços praticados no ano anterior. O apoio do Banco aumentou em termos de créditos concedidos, distribuídos a quase 7.400 produtores, responsáveis pelo cultivo de 102 mil hectares dessa euforbiácea. A exportação do óleo de mamona revelou bom desempenho ao superar 60 mil toneladas em 1978, carreando mais de US$ 50 milhões em divisas.

Mandioca

A mandioca é cultivada em todo o Nordeste, em áreas de modo geral de 10 ha, com quase nenhuma tecnologia e utilizando preponderantemente mão-de-obra familiar. Em 1978, a área plantada atingiu 970 mil hectares, com redução nos Estados de Alagoas, Paraíba e Sergipe.

A não ser o processo de ralagem da raiz, acionada por pequeno motor a gasolina, sua transformação é feita po processo manual. Registra-se, porém, a presença de algumas indústrias de médio porte que destinam a totalidade da sua produção ao mercado interno. Face à importância do produto para a dieta alimentar regional, o Banco presta relevante ajuda financeira, abrangendo desde a fase de produção à de comercialização.

Sisal

Trata-se de cultura explorada exclusivamente no Nordeste, concentrada nos Estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. A produção é voltada basicamente para o mercado internacional, onde tem encontrado preços compensadores. O objetivo agora é estimular novas opções de uso, utilizando-se a fibra para a obtenção de celulose, confecção de sacaria e extração de substâncias empregadas na fabricação de produtos farmacêuticos.

Exportações Regionais

O Nordeste contribuiu para a receita de exportação brasileira com mais de US$ 1 bilhão, destacando as vendas de açúcar, cacau e seus derivados, que representam mais de 50% do total.

Os resultados foram influenciados pela queda de cotação do cacau em amêndoas e, à exceção do sisal bruto, todos os demais produtos sofreram decréscimo de cotação no mercado internacional. Três itens – castanha de caju, cera de carnaúba e óleo de mamona – superaram, em volume exportado, a marca do ano passado, embora participem com apenas 9% do total da pauta. Os Estados da Bahia, de Pernambuco, Ceará e Alagoas somam mais de 95% das exportações nordestinas, ressaltando que o Ceará conseguiu este ano dobrar suas exportações.

Agroindústria Açucareira: a Dupla Finalidade

A agroindústria canavieira nordestina desempenha relevante papel no contexto econômico e social, tanto em relação a sua participação no produto interno regional, como nos resultados das receitas estaduais e na geração de empregos.

Aproximadamente um milhão e meio de pessoas no Nordeste dependem da indústria açucareira para sua sobrevivência. A atividade gera mais de 300 mil empregos diretos e se concentra em maior escala em Alagoas e Pernambuco, onde, não consideradas suas capitais, absorve, respectivamente, 95% e 72% da população global da zona canavieira.

Diante das dificuldades enfrentadas pela agroindústria açucareira, o Governo constituiu grupo de trabalho para realizar análise das empresas do setor.

As principais deficiências levantadas revelaram má qualidade das variedades de cana, acentuada incidência de pragas nos canaviais, precário sistema viário, falho sistema de corte e transporte, longos períodos de moagem, desproporcional endividamento, inadequada estrutura dos capitais que financiam a atividade e problemas de ordem administrativa e empresarial.

Foi criado o Programa de Saneamento Econômico-Financeiro, instituído pelo Governo, e como o mais premente dos problemas observados é o do endividamento das indústrias do ramo, evidenciou-se a necessidade de reescalonar prazos de pagamento junto ao Banco e ao Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA.

Em complementação às medidas de apoio ao setor, começou a ser implantado sistema de pagamento aos fornecedores de cana pelo teor de sacarose, inicialmente restrito ao território alagoano. Em breve, será estendido também aos outros Estados produtores.

A Região Nordeste deverá produzir 46 milhões de sacos de açúcar e cerca de 461 milhões de litros de álcool, conforme plano de safra aprovado pelo IAA para o período 1978/79. Isso equivale, respectivamente, a 38% e 18% dos volumes previstos para todo o País. Aqui é de se destacar o Programa Nacional do Álcool – PRÓALCOOL, estratégico para o Brasil, em especial, por estimular a produção de álcool anidro para fins carburantes.

Objetivando suprir as usinas de açúcar e álcool e os fornecedores de cana dos recursos necessários ao período de entressafra e atendimento do custeio industrial, a DINOR liberou recursos superiores a Cr$ 4 bilhões e, considerado o conjunto da atividade canavieira sob sua jurisdição, o Banco aplicou mais de Cr$ 17 bilhões, evidência do seu interesse no desenvolvimento do Nordeste.

A grande meta é induzir a agroindústria açucareira a produzir mais e melhor, contribuindo assim para a redução dos desequilíbrios regionais e correção das distorções na distribuição da renda, num esforço conjunto entre autoridades, empresários e trabalhadores, para conduzir o Nordeste a melhor posicionamento diante da economia brasileira.

DIREG - DIRETORIA DA TERCEIRA REGIÃO

Estados: Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Área: 89.865 km^2

População: 13.418.000 habitantes.

Rede de dependências: em funcionamento: 117
em instalação : 16

ECONOMIA:
Açúcar, café, cítricos, pecuária, indústria, comércio e turismo.

Música Popular

A música popular esteve sempre ligada ao Rio de Janeiro e tornou famosos vários de seus bairros, como Estácio, Mangueira, Vila Isabel e Ipanema.

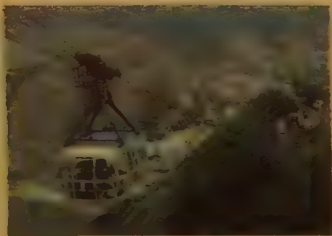
Registram-se a partir da segunda metade do século passado os primeiros indícios de fixação de seus gêneros musicais: o maxixe,

1-Vôo livre no Rio de Janeiro
2-Praia de Copacabana

o choro, a marchinha, a marcha-rancho e o samba – o mais típico e representativo do sentimento nativista.

O maxixe deriva, quanto ao andamento, da polca polonesa, acrescida da síncopa africana e, quanto ao ritmo, da habanera cubana. Resultou uma dança sensual, repudiada pelos salões burgueses, só acolhida mais tarde, com elegante e discreta figuração imposta ao seu ritmo.

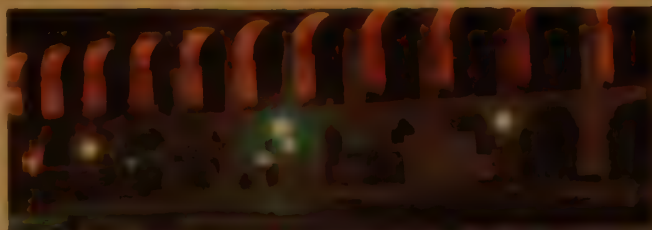
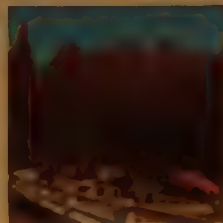
O choro surgiu na década de 1870 e é, basicamente, composição para um solista

1
2 1-Bonde de Santa Teresa - Rio de Janeiro
3 2-3-Praia de Angra dos Reis - RJ

(flauta, saxofone, bandolim etc.) acompanhado de violão, cavaquinho e pandeiro. Possui influências européias na parte melódica e harmônica, embora sua polirritmia seja de origem africana.

A marcha *Ô Abre Alas,* lançada em 1899, foi a primeira peça composta especialmente para o carnaval e, em 1917, é

1-Hotel na Praia do Vidigal – Rio de Janeiro
2-Caminho aéreo do Pão de Açúcar
3-Corcovado
4-Surfe

gravado o primeiro samba: *Pelo Telefone*. Só dez anos depois surge a primeira escola de samba, no bairro do Estácio, com o sugestivo nome de *Deixa Falar*.

Com a evolução da música popular brasileira, aparece o estilo amplamente conhecido como bossa nova, que ocorreu com a estréia da peça musicada *Orfeu da Conceição*, no Teatro Municipal.

1-Enseada de Botafogo - RJ
2-Hotel do Retiro - Angra dos Reis - RJ
3-Serra dos Orgãos - Teresópolis - RJ
4-Arcos da Lapa - Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO, CENTRO NACIONAL DE FINANÇAS E TURISMO

O Rio de Janeiro ostenta, no País, a posição de maior centro de finanças, de prestação de serviços especializados, de comunicações, transportes, comércio internacional e da indústria altamente sofisticada (aparelhos científicos, computadores, instrumentos de precisão, etc.).

O Estado caracteriza-se por forte presença do setor terciário, que participa com dois terços da renda gerada e ocupa 66% da população economicamente ativa, contribuindo o comércio com aproximadamente 20% do total da renda e 13% da mão-de-obra empregada.

O movimento da Câmara de Compensação representa cerca de 50% do total nacional, embora quantitativamente sua participação seja inferior a 14%, o que decorre do elevado estágio atingido na área da intermediação financeira e da existência do suporte econômico indispensável.

A Cidade do Rio de Janeiro é, também, o mais expressivo pólo de turismo interno e externo do País, em virtude do seu valioso patrimônio de recursos naturais e culturais, além de contar com eficiente rede de serviços de apoio. Através do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, 47% dos viajantes internacionais têm acesso ao território brasileiro.

As cidades serranas de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo e as regiões litorâneas de Saquarema, Cabo Frio e Angra dos Reis, entre outras, são grandes terminais das correntes internas de turismo.

A crescente participação do Rio de Janeiro na criação artística, científica e na geração de tecnologia apóia-se em sua posição histórica no cenário cultural do País.

Industrialização Crescente

O Estado do Rio concentra alta percentagem de diversos setores industriais do País: 98% da construção naval, 34% da indústria editorial e gráfica, 30% da produção farmacêutica, 26% dos plásticos, 23% de bebidas e 21% da indústria química.

Em que pese a política governamental de desaquecimento, a economia fluminense tem apresentado taxa de crescimento superior aos índices nacionais e continua a ocupar o 2.° lugar na produção industrial do País.

A indústria naval – com índice de nacionalização de 90% – está apta a lançar desde barcos de recreio até navios de 400 mil toneladas de porte bruto, no volume global de 1,3 milhão de toneladas anuais. Exemplo da maturidade do setor foi o lançamento do petroleiro Henrique Dias, com 270.000 tpb, que, por si só, representou quase 50% da produção nacional em 1977.

Fator que atesta plenamente sua importância econômica e social é a ocupação – em seus 38 estaleiros e indústrias subsidiárias – de aproximadamente 170.000 pessoas na área do Grande Rio, entre empregos diretos e indiretos.

O setor encontrou novos estímulos na política governamental de intensificar a navegação de cabotagem e interior e de substituição das embarcações afretadas – responsáveis pela evasão de US$ 500 milhões em divisas, no ano passado.

Através do II Plano de Construção Naval, que envolve encomendas de 5,3 milhões de tpb e custo total de Cr$ 60 bilhões, em valores atuais, a indústria corresponde ao terceiro volume de encomendas do mundo.

Em face do elevado grau tecnológico atingido, é cada vez mais expressiva a aceitação de seus produtos entre os armadores internacionais e as encomendas aos estaleiros brasileiros geraram, em 1978, divisas superiores a US$ 170 milhões.

A atividade exerce importante efeito multiplicador sobre as indústrias de bens de capital do País, onde adquire cerca de 82% de seus insumos.

A opção nuclear para o problema energético brasileiro torna-se realidade através dos complexos de Angra dos Reis e Resende. O programa é conduzido pela NUCLEBRÁS e visa a permitir ao País absorver a tecnologia adotada no reprocessamento e enriquecimento do urânio.

Descentralização Industrial

Os desequilíbrios regionais decorrentes da concentração industrial no Município do Rio de Janeiro vêm sendo equacionados através do Programa de Distritos Industriais, que permitirá obter crescimento harmônico em toda a Região.

Estão sendo investidos, desde 1975, cerca de Cr$ 127 bilhões, com implantação de 718 empresas e geração de 124 mil novos empregos.

Com a descentralização, procura-se aproveitar a vocação natural de cada sub-região, criar pontos alternativos de desenvolvimento e desacelerar os fluxos migratórios que tendem a agravar os problemas de infra-estrutura sócio-econômica, típicos dos grandes centros.

A preservação e a melhoria do meio ambiente devem constituir preocupação constante na criação e no desenvolvimento desses pólos. Dentro dessa política, será implantada, no Distrito Industrial de Campos, uma indústria de detergentes biodegradáveis, a partir de subproduto da cana-de-açúcar, com capacidade de 50 mil toneladas/ano e inversões previstas da ordem de Cr$ 300 milhões.

Aracruz, Uma Realidade

O projeto Aracruz vem sendo implementado há 11 anos em área das mais subdesenvolvidas do Espírito Santo e apresentou grandes inovações nas técnicas de preparação e cultivo da terra.

Começou em 1967 com a Aracruz Florestal, responsável pelas atividades de reflorestamento que dariam ao empreendimento a fonte indispensável de matéria-prima, o eucalipto.

Embora não existisse no Brasil legislação específica para a indústria de celulose, quando da elaboração do projeto, somente no sistema de proteção ambiental foi aplicado Cr$ 1 bilhão em cuidados especiais de preservação do ar, das águas e do solo.

É o primeiro projeto brasileiro que incorpora, num único empreendimento, desde as fontes supridoras de matéria-prima até o porto para a exportação do produto final.

Com investimentos de US$ 540 milhões, sua capacidade é de 400 mil toneladas anuais de celulose branqueada, das quais 90% serão exportados, gerando divisas da ordem de US$ 140 milhões/ano e criando 3.200 empregos diretos e permanentes.

Especial destaque merece a construção da Siderúrgica de Tubarão, que criará cerca de 5 mil empregos diretos, envolvendo, indiretamente, outras 30 mil pessoas. Sua localização junto ao mar facilitará o recebimento do carvão e o embarque da maior parte da produção.

Serão de US$ 2,7 bilhões os investimentos previstos para a obra, que economizará divisas da ordem de US$ 640 milhões anuais e permitirá ao País substituir exportações de matérias-primas por produtos industrializados.

As usinas de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce, o programa de expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória e a FLONIBRA – Empreendimentos Florestais S.A. são, entre outras, iniciativas impulsionadoras da economia capixaba, contribuindo para melhor distribuição da renda, fixação do homem e diminuição das desigualdades econômicas regionais.

Construção Civil, Fonte de Empregos

Em todo esse contexto, a construção civil, responsável pela produção de habitações, obras industriais e infra-estrutura de serviços, funciona como principal fonte de absorção do grande contingente de mão-de-obra não especializada.

Esse segmento da economia tem apresentado altos índices de crescimento – cerca de 14,9% – em virtude da realização de elevado número de obras, principalmente no Grande Rio, área metropolitana de maior densidade demográfica do País.

As empresas produtoras de materiais de construção e empreiteiras de moradias, que buscam diminuir o déficit habitacional, mereceram do Banco, através do FUNGIR – Fundo para Financiamento de Capital de Giro, empréstimos da ordem de Cr$ 430 milhões, equivalentes a um terço do montante destinado a esse ramo industrial.

No financiamento da implantação e ampliação da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, foram investidos mais de Cr$ 2,5 bilhões, cerca de 30% do total nacional dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FDU.

Pequena e Média Empresas

Integrado à política governamental de apoio a pequena e média empresas, o Banco preocupa-se com as dificuldades com que se deparam essas unidades produtivas.

Pela maior facilidade de localização em áreas menos desenvolvidas, esses empreendimentos podem contribuir expressivamente para a redução dos desequilíbrios regionais e concorrer para a fixação da mão-de-obra local.

Essas organizações são, em geral, formadas por capitais genuinamente nacionais e daí ser conveniente seu fortalecimento, através do acesso à tecnologia adequada.

Nessa área, o Banco atua por intermédio do FIPEC – Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica, que estimula a criação ou o aperfeiçoamento de produtos e processos, visando ao aumento da produção e da produtividade nas pequena e média empresas nacionais.

O Banco tem aplicado, na área da DIREG, cerca de Cr$ 620 milhões em linhas especiais de crédito às pequenas e médias empresas que representam, em quantidade, cerca de 85% das empresas de ambos os Estados.

Cana-de-Açúcar

A cana-de-açúcar é a principal atividade do Estado do Rio de Janeiro. Suas usinas, somadas às do Espírito Santo, chegam a 19, com produção estimada em 9,6 milhões de sacos de açúcar e 196 milhões de litros de álcool, 80% destinados ao consumo automotivo.

Devido à pouco favorável cotação do açúcar no mercado internacional, a sua produção autorizada, safra 78/79, foi reduzida em 12%. Em contrapartida, a do álcool anidro carburante cresceu 112%, com o objetivo de, além de dar continuidade ao Programa Nacional do Álcool – PROÁLCOOL, ensejar o aproveitamento máximo possível do excesso de matéria-prima, que, de outra forma, permaneceria no campo.

Os financiamentos do PROÁLCOOL já ultrapassaram Cr$ 230 milhões, mais da metade desse montante dirigido à obtenção de álcool anidro, em seis usinas.

Embora sem perder de vista o contingenciamento imposto pelo Orçamento Monetário, o Banco concedeu créditos da ordem de Cr$ 530 milhões para gastos de entressafra, sendo Cr$ 370 milhões para "apontamento" das usinas e Cr$ 160 milhões para custeio das lavouras de cana. Os pequenos lavradores – responsáveis por 60% da produção – receberam, por outro lado, empréstimos aproximados de Cr$ 130 milhões para custeio de suas plantações.

Os financiamentos para comercialização do açúcar e do álcool atingiram quase 1,5 bilhão de cruzeiros.

Café, a Retomada de Posição

Na política nacional de diversificação das zonas produtoras de café, o Banco tem dado ênfase à cultura na Região, tanto por ser área fora do alcance das geadas, como também pelo aproveitamento das terras de difícil mecanização.

Apoiada nos investimentos carreados através do Plano de Recuperação e Revigoramento de Cafezais, que alcançaram Cr$ 1.457 milhões, a produção cafeeira regional vem gradativamente assumindo posição de destaque e o Espírito Santo já é o quarto produtor nacional.

Outras Culturas

A citricultura tem grande expressão sócio-econômica para o Rio de Janeiro, ocupando lugar de relevo na renda bruta da agricultura estadual. A produção estimada para 1978 – 8,3 milhões de caixas – está voltada para o consumo local.

A fase favorável da cacauicultura nacional vem acelerando sua implantação no norte do Espírito Santo e, através do Programa Nacional de Expansão da Cacauicultura – PROCACAU, serão implantados, nos próximos oito anos, projetos destinados a incorporar cerca de 200.000 ha a esta lavoura, sendo aquele Estado o segundo produtor nacional de cacau.

DIMIG - DIRETORIA DA QUARTA REGIÃO

Estados: Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal.

Área: 1.235.078 km^2

População: 18.103.000 habitantes.

Rede de dependências: em funcionamento: 232
em instalação : 19

ECONOMIA:
Café, milho, feijão, arroz, bovinocultura, indústrias, minérios.

A Arte Barroca

Navegando sob a bandeira dos conquistadores, o barroco europeu aportou na América Latina.

Com o tempo, a arte latino-americana passou a revelar mais a sensibilidade dos povos dominados. A percepção artística do mestiço ou mulato enseja a introdução de novos materiais e de elementos

1-Telhados de Ouro Preto-MG
Foto de Miguel Aun
2.º lugar no I Concurso Fotográfico Banco do Brasil
2-Escultura de Aleijadinho - Congonhas do Campo-MG
3-Caxambu-MG
4-São Lourenço-MG

ligados à cultura primitiva – indígena e africana.

Enquanto declinava no Velho Continente, no Brasil o barroco florescia e assumia formas próprias. Em Minas Gerais surge a mais pura, a mais original manifestação da arte colonial brasileira, guardando muitas das características do estilo então dominante no norte de Portugal.

O Ciclo do Ouro acentuou a influência lusitana e há forte vínculo

1- Vista aérea de Brasília
2- Detalhe do Palácio Itamaraty - Brasília
3- Detalhe do Congresso Nacional - Brasília

entre o esplendor do barroco e o da mineração.

A cidade de Ouro Preto torna-se importante centro urbano do Brasil Colônia.

Ali nasceria o Aleijadinho, figura exponencial do barroco luso-brasileiro. Escultor consagrado, suas obras mais comentadas – as 66 figuras de cedro que compõem a *Via Crucis* e os 12 profetas em pedra-sabão – foram milagrosamente esculpidas com o martelo e o cinzel atados às mãos.

Cada peça produzida exalta a busca da perfeição e aí talvez encontrasse, no

1-2-Belo Horizonte - MG
3-Igreja colonial em Congonhas do Campo - MG

íntimo, a compensação para o corpo cada vez mais mutilado.

Berço de muitos artistas de aguda sensibilidade, como Ataíde e Bernardo Pires, Minas possui um patrimônio barroco de inigualável beleza.

1-Poços de Caldas - MG
2-Feira das Flores - Brasília

INDUSTRIALIZAÇÃO: A NOVA FACE DE MINAS GERAIS

O domínio da Quarta Região Operacional se estende por área superior a um milhão de quilômetros quadrados, caracterizada por contrastes de ordem geográfica, econômica e social.

A Região, natural corredor entre os extremos do País, compreende os Estados de Goiás e de Minas Gerais e o Distrito Federal. Essa posição geográfica leva-a a defrontar-se com problemas próprios do descompasso existente entre o Norte e o Sul do Brasil.

Nesse contexto, realça-se a diversificada economia de Minas Gerais. Sua evolução pode ser medida pelo índice de crescimento, nos últimos anos, do Produto Interno Bruto a taxas próximas a 11%, superiores à média nacional.

Excelente indicador desse crescimento é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM, principal componente da receita orçamentária estadual e cujo crescimento real nos anos recentes levou Minas a ocupar a terceira posição arrecadadora no País. As maiores fontes geradoras do tributo são as indústrias de transformação – cerca de 60% da receita global – contribuindo em maior escala a metalúrgica e, logo em seguida, a de alimentos e de não-ferrosos.

A política de desconcentração industrial, deflagrada pelo Governo Federal, vem encontrando no Estado, sobretudo na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Sul de Minas, a infra-estrutura apropriada aos empreendimentos de porte e de elevado grau tecnológico. O excelente posicionamento geográfico coloca esta última região como alternativa favorável à continuidade da industrialização intensa do segmento Rio-São Paulo.

O objetivo é não apenas corrigir desníveis regionais, mas, sobretudo, evitar que o crescimento desmesurado crie deseconomias de aglomeração e torne ainda mais desumana a vida nos grandes centros.

Por isso, algumas cidades de porte médio daquela área já contam com Distritos Industriais, onde operam grandes empresas dos setores metalúrgico, mecânico, têxtil, alimentício e eletrônico.

Por outro lado, a Área Metropolitana de Belo Horizonte, abrangendo quatorze municípios e população superior a dois milhões de habitantes, abriga área industrial dinâmica e moderna, considerada o terceiro Pólo Industrial do País.

Na Zona da Mata, abrem-se novas perspectivas de crescimento industrial. A instalação de importante siderúrgica em Juiz de Fora certamente induzirá a implantação de unidades industriais complementares, capazes de retomar o surto iniciado há tempos pela atividade têxtil.

O setor siderúrgico cresce e moderniza sua estrutura de produção, contribuindo decisivamente para que o Brasil alcance a auto-suficiência em aço.

De outra parte, o aproveitamento em maior escala das grandes reservas de fosfato possibilitará reduzir o volume das importações, responsáveis por pesado ônus na balança comercial brasileira.

No Triângulo Mineiro localizam-se os grandes complexos de Araxá e Patos de Minas – formadores do maior centro produtor de fosfatados do Brasil – que deverão contribuir decisivamente para a redução de nossa dependência externa por insumos agrícolas.

Outro segmento dinâmico recentemente fixado em Minas Gerais é o de papel celulose, que encontra no esforço de reflorestamento do Estado sua grande fonte de matérias-primas.

A par disso, Minas tem na agropecuária uma estrutura produtiva bastante diversificada devido às naturais condições encontradas no seu amplo território, sendo mesmo uma de suas grandes vocações.

Porém, apenas pequeno grupo de produtos tem participação destacada na formação do PIB regional: a pecuária de leite e as culturas de café, milho e arroz.

A atividade leiteira, particularmente sensível às inovações tecnológicas, apresenta o melhor desempenho do País, com produção superior a três bilhões de litros anuais. Por sua vez, a pecuária de corte, ainda ressentida do rigor das secas de 1975 e 1976 e do controle de preços, deverá apresentar resultados mais favoráveis a partir do repovoamento do Norte Mineiro e de melhor cotação para o bovino.

Consciente da grande potencialidade agrícola do Estado, decidiu o Banco do Brasil apoiar os itens mais importantes de sua agricultura (café, milho e arroz), investindo maciça soma de recursos.

A política de diversificação das regiões produtoras de café e as excelentes condições encontradas em Minas Gerais contribuíram para que se chegasse a cerca de 800 milhões de pés, que poderão conferir ao Estado a posição de maior produtor nacional.

A soja firma-se na Região, fruto de estudos feitos para ajustar a sucessão das lavouras de soja-trigo, aproveitando a mesma área de cultivo. Promissores são os resultados do plantio do trigo no cerrado, nas culturas de sequeiro e irrigadas. Estima-se o aumento da área plantada em cerca de 50%, face ao êxito alcançado nas últimas safras.

Minas é o Estado líder em reflorestamento e detém quase 28% da área beneficiada no País, sendo a atividade responsável pela criação de aproximadamente oitenta mil empregos diretos. O reflorestamento cumpre a importante função de despertar áreas pouco desenvolvidas e fornecer matéria-prima à indústria de celulose e o carvão utilizado na siderurgia.

O Banco do Brasil, por intermédio de programas especiais e linhas de crédito específicas, vem aplicando na Região recursos indispensáveis ao processo de desenvolvimento.

Ao amparo do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste) e do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), expressivas somas são destinadas a fortalecer e desenvolver a agroindústria e proporcionar o aproveitamento racional dos campos e cerrados, com base em moderna tecnologia.

Cabe ao Banco a tarefa de financiar as lavouras de mandioca, que estão sendo implantadas em Curvelo e municípios vizinhos, com o objetivo de suprir de matéria-prima a refinaria da Petrobrás, ali instalada, para extração de álcool para fins carburantes.

A iniciativa do Governo Estadual que visa a elevar a renda individual e eliminar desequilíbrios regionais, através do PRODEMATA (Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata), tem recebido intenso apoio do Banco. O Programa objetiva dotar a região de infra-estrutura econômica e social, acelerar a industrialização com base na agroindústria, diversificar a atividade agropecuária e criar condições técnicas e financeiras de exploração econômica de minifúndios. Prevê ainda a geração de trinta mil novos empregos diretos.

As autoridades mineiras vêm dando ao setor agropecuário apoio incomum, em especial nas áreas de pesquisa e assistência técnica, através de órgãos específicos.

Agricultura: Suporte Econômico e Social em Goiás

O Paralelo 13 Sul define a Amazônia Legal e divide o Estado de Goiás em duas regiões com características bem definidas: no Sul predomina a agricultura intensiva e no Norte a atividade de subsistência, ao lado da pecuária extensiva.

A economia goiana caracteriza-se pelo aspecto rural-exportador de suas atividades, embora haja empenho em aumentar o beneficiamento interno da produção.

A relativa fertilidade do solo e as favoráveis condições climáticas, com estações bem definidas, somadas à demanda externa de seus produtos, estimulam a atividade do setor rural de Goiás. Procura-se expandir a fronteira agrícola do Estado e obter maior produtividade, através do emprego de tecnologia adequada.

A agricultura, além de excelente suporte da economia, desempenha relevante papel social, ao absorver mais da metade da mão-de-obra ativa do Estado.

A comercialização dos produtos agrícolas tem estimulado o sistema cooperativista, fato que contribui para o fortalecimento do setor. Resultados alcançados em anos anteriores já evidenciaram ser possível ampliar o número de cooperativas e seu âmbito de ação.

As principais culturas do Estado – arroz e milho – apresentaram em conjunto produção superior a 2,5 milhões de toneladas. Café, trigo e soja, embora ainda em pequena escala, parecem despertar a atenção dos agricultores goianos, além de tomate e laranja.

O Banco do Brasil vem apoiando, através de financiamentos, empresa criada com finalidade de produzir e abastecer de hortigranjeiros o mercado goiano e o Distrito Federal.

Esse empreendimento criará amplas condições infra-estruturais em área próxima a Goiânia, onde 128 famílias se dedicarão a produção e extração anual de mais de nove mil toneladas de produtos hortícolas e quase 720 toneladas de frutas diversas.

A pecuária goiana concentra o quarto maior rebanho bovino do Brasil. Sua produtividade se eleva, a taxa de desfrute aumenta e a produção leiteira gera excedentes exportáveis. Esses resultados são a natural conseqüência da incorporação gradativa e sistemática de técnicas para a formação de pastagens, manejo adequado do gado, ensilagem, abastecimento d'água e irrigação, dentre outras.

O setor secundário, ainda muito concentrado na agroindústria, apresenta sinais de vitalidade e vem recebendo especial apoio das autoridades estaduais.

Diversificação da Estrutura Econômica: Distrito Federal

Como unidade essencialmente administrativa, Brasília apresenta uma economia peculiar. Centro de consumo, seu setor terciário vem-se desenvolvendo rapidamente, estimulando outras atividades ao seu redor. Para tanto, contribuiu o empenho das autoridades na transferência gradativa de importantes órgãos governamentais com reflexo marcante no crescimento comercial da cidade.

Sua população hoje é da ordem de um milhão de habitantes e a força de trabalho tem seu núcleo básico formado por funcionários públicos. Outra parte significativa ocupa-se com o comércio e as demais atividades da área de prestação de serviços. Em menor escala, aparece a parcela ocupada no setor industrial, principalmente construção civil.

A renda depende fundamentalmente dos salários e é carreada, em especial, para o consumo, pois a atividade econômica de Brasília repousa basicamente no comércio varejista.

Ao final de 1975, existiam cerca de 12.500 empresas no Distrito Federal e apenas 30 meses depois já somavam mais de 20.000. A atividade empresarial está assim distribuída: 63% de empresas comerciais, 33% de prestação de serviços e apenas 4% de indústrias.

Em conseqüência, a economia do Distrito Federal depende em grande parte do aporte financeiro do setor público, pois outras Unidades da Federação garantem o suprimento de alimentos e de produtos industrializados.

Entretanto, o próprio dinamismo econômico modifica aos poucos essa estrutura: surgem indústrias de transformação (móveis e alimentos), desenvolvem-se empreendimentos agropastoris e o comércio assume posição diversificada, melhorando a oferta. A concorrência é gradativamente estimulada pelo excelente mercado consumidor. Hoje, supermercados de grande porte respondem pela quase totalidade do abastecimento do Distrito Federal.

O Programa de Assentamento Dirigido – PAD tem proporcionado o desenvolvimento da pecuária leiteira, de granjas avícolas e de atividades hortigranjeiras. Investimentos em educação, saúde e eletrificação rural, além de auxílio financeiro e orientação técnica, indicam o esforço realizado para diminuir a dependência externa em termos de abastecimento da população urbana.

A participação do Banco do Brasil busca, ainda, contribuir para o equacionamento de toda essa gama de problemas, procurando soluções rápidas e adequadas, que permitam o bem-estar da comunidade e seu harmônico desenvolvimento.

DISAP

DISAP - DIRETORIA DA QUINTA REGIÃO

Estado: São Paulo.

Área: 247.898 km^2

População: 22.597.000 habitantes.

Rede de dependências: em funcionamento: 224
em instalação : 5

ECONOMIA:
Predominância industrial. Café, cana-de-açúcar, algodão, laranja, milho, soja, avicultura e pecuária leiteira.

O Imigrante

O Brasil é um cadinho de povos e de culturas e São Paulo espelha bem esse fato.

Sua ativa população, em grande parte oriunda de correntes migratórias, fez da Capital o maior centro urbano da América Latina.

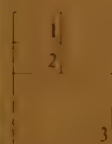
A primeira tentativa para atrair estrangeiros

1 1-Banco do Brasil - CESEC - São Paulo

não-portugueses, na década de 1840, consistiu na transferência de famílias alemãs e suíças para a Fazenda de Ibicaba, do Senador Vergueiro.

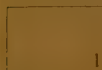
O café tornou-se a mola propulsora do crescimento paulista, atraindo mão-de-obra, técnicos e empresários de todo o mundo, incentivando o povoamento e a ocupação de terras virgens, de solo fértil.

Os imigrantes trouxeram, além da vontade de trabalhar, várias culturas.

Sua rápida integração foi facilitada por menores discriminações,

1-2-3-Detalhes da Cidade de São Paulo

em relação a outros países, e pela dificuldade de mão-de-obra causada pelas leis que reduziram a escravatura e finalmente sua abolição.

Em São Paulo se radicou o maior número de italianos. Considerados os filhos e netos dos imigrantes peninsulares, disputa com Buenos Aires o terceiro lugar entre as maiores cidades "italianas", somente superadas por Nova Iorque e Roma.

Na década de 1930, os imigrantes japoneses ultrapassam os de outras

1-Praia de São Sebastião - SP
2-Rodovia dos Imigrantes - SP

nacionalidades. Contando com os descendentes, temos hoje no Estado 550.000 brasileiros de "olhos puxados" e na Liberdade – o bairro "oriental" de São Paulo – se concentra a principal colônia japonesa do Brasil. Maior que a Liberdade, no Ocidente, só a pitoresca Little Tokyo, em Los Angeles.

1-2-Parque do Ibirapuera - São Paulo

ECONOMIA INTEGRADA

À Diretoria Operacional da 5.ª Região – DISAP cabe a jurisdição sobre o Estado de São Paulo, onde diversificada economia, solidamente respaldada em seus setores básicos – agricultura, indústria e serviços –, é responsável por destacada parcela na formação da renda nacional.

Historicamente, a agricultura constituiu-se, até a década de 1920, o elemento catalisador da economia paulista, voltada essencialmente para o abastecimento interno, a exemplo do que ocorria no restante do País.

Em virtude de perfeita aclimatação e de consciente política de cultura intensiva, sucedeu-se no Estado o ciclo da cafeicultura e conseqüente fortalecimento da economia regional e nacional, lastreado no considerável aporte de divisas proporcionado pelo ingresso do produto, em escala crescente, nos mercados internacionais.

Ao se dirigir a ênfase do processo econômico brasileiro para as atividades do setor secundário da economia – transformação ocorrida após a Grande Depressão de 1929 e intensificada a partir da Segunda Guerra Mundial –, assistiu-se no Estado à mobilização de recursos humanos e financeiros dirigidos para a montagem de vasto parque industrial, que lhe granjeia, atualmente, notoriedade internacional, pela diversificação e grau de aperfeiçoamento técnico de sua produção.

Retomada do Crescimento

Absorvidos os efeitos da política de desaquecimento da economia para manter sob controle o processo inflacionário e o equilíbrio do Balanço de Pagamentos, o setor industrial paulista apresentou claros sinais de recuperação, alcançando taxas de expansão que compensaram largamente o decréscimo do produto agrícola.

A reativação econômica decorreu principalmente do comportamento dos setores automobilístico, eletroeletrônico, de materiais de transporte, de vestuário, de papel e papelão, de plásticos, têxtil, da indústria química e siderúrgica e da indústria da borracha.

O revigoramento do setor automobilístico foi dos mais expressivos, superando amplamente as dificuldades por que passou em 1977, marcado pelo mais baixo desempenho da indústria em seus vinte e cinco anos. O nível de comercialização elevou-se e a meta proposta e alcançada em 1978 foi produzir um milhão de veículos e exportar US$ 1 bilhão, novos marcos em sua história no País.

O faturamento do setor de autopeças cresceu 8%, em relação a 1977, fruto do incremento da indústria automobilística. Na área de tratores, se as vendas no mercado interno se retraíram, as exportações foram praticamente triplicadas.

A indústria aeronáutica, instalada basicamente em São José dos Campos, merece especial destaque pelo que encerra de precisão técnica e prestígio.

A EMBRAER obteve certificado de homologação para o aparelho nacional Bandeirante em diversos países da América, Europa, Ásia e África e já foram realizadas expressivas vendas para companhias de aviação nos cinco continentes.

Na siderurgia, a inauguração do novo laminador de chapas grossas da COSIPA marcou o encerramento do II Estágio do Plano de Expansão da usina, que elevou a capacidade instalada para 2,3 milhões de toneladas anuais. Simultaneamente, deu-se início ao III Estágio, que permitirá acrescentar ao mercado mais 1,2 milhão de toneladas de aço por ano.

A implantação, em Pindamonhangaba, da usina da Villares Indústrias de Base S.A., com investimento da ordem de Cr$ 7,7 bilhões, representa um dos maiores projetos em curso no setor privado nacional.

Os produtos industrializados experimentaram significativo crescimento nas vendas externas e o incremento esteve mais ligado à extraordinária elevação das quantidades exportadas do que à expansão dos preços.

Embora o nível de oferta de empregos tenha crescido cerca de 7%, graças ao desempenho do comércio varejista, o número de empregos criados no setor de transformação manteve-se praticamente estacionado em virtude dos efeitos da política de desaquecimento da economia.

Agricultura, Produzir para Exportar

A prioridade estabelecida pelo Governo em obter equilíbrio no Balanço de Pagamentos fez ressaltar a importância dos produtos primários, que representam mais de 40% da receita das exportações.

Na diversificada produção agrícola paulista, há ênfase especial para os produtos que contam com mercado no exterior. Café, suco concentrado de laranja, açúcar, algodão, soja, óleo de amendoim, entre outros, geraram divisas de mais de US$ 3 bilhões, equivalentes a praticamente um quarto de nossas exportações.

O valor bruto da produção agropecuária do Estado, safra 77/78, foi de Cr$ 78,5 bilhões, com variação para menos de 13,4%, embora a área cultivada tenha crescido para 5,5 milhões de hectares e se elevado o consumo de nutrientes.

A prolongada seca que afetou o desenvolvimento de boa parte das lavouras no 1.° semestre de 1978 foi a causa do menor desempenho obtido e trouxe grandes prejuízos, como a perda de divisas da ordem de US$ 2 bilhões, em virtude da diminuição das exportações e conseqüente importação para atender necessidades de alguns produtos no mercado interno.

Café

A safra de 1977/78 alcançou, em São Paulo, cerca de 7,7 milhões de sacos, o equivalente a 40% da produção brasileira.

Por se tratar de produto muito importante na composição de nossas receitas cambiais, as oscilações ocorridas com os preços do café refletiram sensivelmente no desempenho de nossa Balança Comercial. A expectativa de acentuado acréscimo na produção mundial provocou retração do mercado importador, com perda de divisas de mais de 45%, em relação a 1977.

O apoio financeiro do Banco traduziu-se no financiamento da produção, armazenagem e comercialização do café e das atividades ligadas ao Plano de Recuperação e Revigoramento dos Cafezais.

Construção ou reforma de terreiro, aquisição de tulhas e secadores, equipamentos de defesa fitossanitária e formação de mudas de boa qualidade para suprir as necessidades do plantio incluem-se entre os objetivos básicos do Programa.

Cana-de-Açúcar

Além da boa adaptação aos solos locais, a cana-de-açúcar encontrou em São Paulo adequada infra-estrutura de industrialização e comercialização e agora os estímulos oferecidos pelo PROÁLCOOL. São fatores que motivaram o aumento da área cultivada nos últimos anos, atualmente a mais extensa, com mais de um milhão de hectares.

A agroindústria canavieira tem produção estimada em 1978 de 53 milhões de sacos de açúcar e 1,7 bilhão de litros de álcool, 44% e 66% da produção nacional, respectivamente.

As operações regionais por conta do PROÁLCOOL – programa da mais alta significação para a economia nacional – registraram incremento superior a 100%, em relação a 1977, e cerca de 50% dos projetos para instalação ou ampliação de destilarias vinculadas ao Programa localizam-se em São Paulo.

A agroindústria canavieira contou com o equivalente a 9% das aplicações totais do Banco no Estado, em financiamentos amparados pelo FUNPROÇÚCAR e pelo PROÁLCOOL, além das operações comuns de crédito comercial e rural.

Citricultura

A citricultura paulista desenvolve-se em condições amplamente favoráveis a seu aproveitamento industrial, classificando o Brasil como o 2.° produtor mundial de laranjas. São 6 milhões de toneladas/ano, e São Paulo contribui com cerca de 70%, equivalentes a 114 milhões de caixas de 40 quilos.

O suco de laranja concentrado já ocupa lugar de destaque na pauta de exportações brasileira, com receita aproximada de US$ 200 milhões e incremento de 200% nos últimos oito anos.

Amplas possibilidades de crescimento abrem-se para o produto. Nos países árabes e do Leste Europeu o consumo *per capita* tende a aumentar, além da potencialidade dos mercados escandinavos, bastante interessados na produção brasileira de sucos e produtos *in natura*.

Aplicações Regionais

As aplicações globais da DISAP em 1978 superaram Cr$ 82 bilhões, dos quais Cr$ 35 bilhões destinados à produção industrial e ao financiamento das exportações de produtos industrializados.

O incremento superior a 30%, verificado nas operações de estímulo à exportação de manufaturados, conduzidas pela CACEX, ressalta o esforço que se realiza para aumentar a participação desses produtos em nossas vendas no mercado internacional.

Os empréstimos com recursos externos, notadamente os referentes à Resolução n.° 63 do Banco Central, atingiram 8% do total dos financiamentos regionais.

As operações voltadas ao financiamento da produção, armazenagem, comercialização de café, sustentação da Política de Preços Mínimos e ao reforço do capital de giro de empresas comerciais e industriais – estas com recursos originários do PASEP e do FESP – corresponderam a praticamente um quarto das inversões totais na área.

Em virtude da indiscutível importância da agricultura paulista na balança comercial brasileira, 45% das aplicações regionais foram endereçados ao crédito rural, em operações de custeio e de investimento agropecuários.

Dentro da política de apoio aos planos que objetivam a fixação do homem ao campo, aumento da renda do setor primário, disseminação do crédito rural e maior oferta da produção agropecuária, a DISAP vem oferecendo suporte financeiro indispensável aos fundos e programas específicos.

Ao amparo do PROVÁRZEAS foram financiadas máquinas agrícolas e de terraplenagem, visando a recuperar áreas caracterizadas por terras úmidas e sujeitas a inundações. O programa abrange cerca de 800.000 hectares, equivalentes a 90% da área ocupada pelo café e ao dobro da coberta pelos laranjais, e a recuperação de férteis terras trará sensíveis mudanças na produção agrícola do Estado.

Integrado ao Programa Nacional do Cacau, o Banco implementou financiamentos que visam a introduzir a cacauicultura no litoral paulista, numa área de 10 mil ha, a ser cultivada até 1985.

Humanização do Desenvolvimento

A estratégia adotada para o desenvolvimento nacional concentrou em São Paulo complexo parque industrial que, através dos tempos, terminou por deteriorar a qualidade de vida e o meio ambiente.

A acelerada industrialização e os grandes contingentes humanos, que lá chegaram em busca de oportunidades, elevaram a níveis críticos os índices de poluição do ar, rios e represas, dificultaram os serviços públicos e criaram problemas sociais que exigem cada vez mais recursos e programas especiais.

Com o objetivo de diminuir os percalços da Grande São Paulo, não mais serão incentivadas instalações de indústrias poluentes na capital, cuja área metropolitana gera quase 30% do PNB e pouco mais de 45% da renda industrial brasileira.

Novos investimentos estão sendo canalizados para distritos industriais localizados em regiões interioranas e que apresentam razoável grau de infra-estrutura, com predominância de ramos mais dependentes de matéria-prima local. Mediante verbas do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, prosseguimos financiándo obras de melhoramento do equipamento urbano, mediante financiamentos específicos às prefeituras municipais. Com isso, permite-se o desenvolvimento integrado de todo o Estado, reduz-se o fluxo migratório para a capital, seu nível de poluição e as naturais pressões sociais.

O aumento do consumo industrial de energia elétrica no interior do Estado, superior ao da capital, é expressivo indicador da tendência à interiorização do setor secundário. Representam 65% desse consumo no interior as indústrias de minerais não-metálicos, de madeira, papel e papelão, de produtos alimentares e têxtil.

A preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida da população reflete a nova filosofia adotada no processo de humanização do desenvolvimento industrial, inequívoco grau de maturidade que o Estado atingiu.

DICAP - DIRETORIA DA SEXTA REGIÃO

Estados: Paraná e Santa Catarina.

Área: 295.539 km²

População: 13.171.000 habitantes.

Rede de dependências: em funcionamento: 143
em instalação : 2

ECONOMIA:
Café, cana-de-açúcar, fumo, milho, soja, trigo, fruticultura de clima temperado, pecuária, indústria e turismo.

A Lenda do Iguaçu

O rio corria mansamente entre as árvores, sem obstáculos...

Naipi, tapuia tão bela que as águas do rio paravam quando nelas se mirava, fora consagrada, em sua virgindade, ao poderoso deus-serpente Mboi, filho de Tupã, o deus supremo.

Mas Naipi e Tarobá se amavam. Amor puro, impetuoso, de jovem.

1-Café - PR
2-Cultura de soja - PR
3-Pinheiral - PR

Impossível sufocar a paixão.

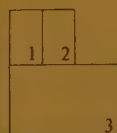
Tarobá, rebelado, se insurge contra o mando do deus, impiedoso e sem justiça. Não desistiria do amor de Naipi. Implorou auxílio a todas as divindades para modificar o cruel destino. Tupã talvez o atendesse, reprovando a iniqüidade pela voz do trovão.

Nada aconteceu.

Então decidiu: Naipi seria sua, ainda que desabasse o mundo. E foi!

1-Ponte Hercílio Luz - Florianópolis - SC
2-3-4-Detalhes de Curitiba - PR
5-Florianópolis - SC

Os dois planejaram e tentaram a fuga. Com um bote enfrentaram as águas, em busca da felicidade.

Mboi constatou o desaparecimento de Naipi. Irritado, penetrou nas profundezas da terra e, contraindo os anéis de seu corpo de serpente, provocou o aparecimento da formidável catarata, de 80 metros de altura.

1-2-3-Formações rochosas de Vila Velha - PR

Na queda tremenda, a embarcação desapareceu...

Tarobá tornou-se o rochedo que, lá do alto, biparte o turbilhão das águas, afrontando a fúria da catarata. De lá, contempla a imagem da amada, que rola, hoje, na espuma multicolorida, transformada na Iara, a sereia daquelas águas profundas.

1-2-3- Cataratas do Iguaçu - PR

RIO PARANÁ: ENERGIA E DESENVOLVIMENTO

Ao longo do tempo o Rio Paraná deslizou seus oito milhões de metros cúbicos de água por segundo. Agora, diante da iminência do esgotamento das reservas mundiais de petróleo, o homem meditou sobre seu potencial energético e decidiu dominar o grande rio, gerar energia abundante e aumentar-lhe o curso navegável.

Na esteira de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo, surgirão Corpus e Yaciretá. As reuniões se sucedem, procurando o entrelaçamento das nações, a soma de esforços na grande batalha para superar o subdesenvolvimento e contra a dependência do petróleo.

Itaipu representa mais ainda para o Brasil. Transcende as fronteiras sul-americanas e mostra ao mundo seu alto grau de tecnologia e de experiência na construção de usinas.

O efeito multiplicador da grande obra atingiu em cheio o Paraguai e o Brasil, particularmente o Estado do Paraná, pela absorção de materiais, equipamentos e mão-de-obra de todos os níveis de qualificação.

Paraná, Povos e Culturas Integrados

A população do Estado já ultrapassa nove milhões de habitantes, com 44% abaixo dos 15 anos. Seu crescimento demográfico é dos mais altos do País, há várias décadas, pois se constituiu um importante centro absorvedor de migrações internas. A partir dos anos 40, o contingente humano do Paraná dobra a cada dez anos, colocando o Estado entre os mais populosos.

A fusão de povos e culturas diversas deu origem a padrões singulares de comportamento, onde prevalecem os valores de uma sociedade aberta.
A população paranaense ostenta elevado percentual de descendentes nipônicos, alemães, italianos e de outros povos europeus, além de grande número de brasileiros procedentes de vários Estados.

Diversificação das Atividades Rurais

O Paraná constitui belo exemplo de agricultura tecnificada. Partindo da quase monocultura do café, conduzida com métodos tradicionais, apresenta hoje cultivo diversificado e de elevada tecnologia, que assegura ao produtor melhores níveis de renda e elimina os riscos inerentes ao predomínio de um só produto.

Destacam-se, pelo peso econômico, além da soja, trigo e café, principais produtos regionais, as culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, fumo e milho. Alguns produtos, depois de suprirem o mercado interno, contribuem para o esforço exportador do País.

As pesquisas para o aprimoramento genético das sementes, de sorte a adaptá-las melhor às condições de cada microrregião, vêm-se revelando promissoras. As normas para sua produção foram consideradas modelo em diversos seminários realizados na América Latina.

Existem 170 empresas produtoras de sementes selecionadas de soja, trigo, arroz, cevada, feijão, algodão. milho, sorgo e forrageiras, com capacidade para mais de um milhão de sacas de 50 kg por ano.

O Banco do Brasil participa de todas as fases de produção e comercialização das sementes e também das pesquisas genéticas, através de financiamentos especiais para essas finalidades.

Além das sementes selecionadas, o agricultor paranaense procura melhorar o manejo do solo, visando à preservação de sua fertilidade, principalmente nas regiões mais sujeitas à erosão.

Os trabalhos de terraceamento abrangem cerca de 100 municípios e são obrigatórios em Paranavaí, Toledo, Campo Mourão, Ponta Grossa e Rolândia. Mais de 25 mil produtores já foram beneficiados com os trabalhos de conservação numa área de 1,3 milhão de hectares e, em 1979, cerca de 72 mil propriedades receberão os benefícios da conservação do solo.

Café

A cafeicultura constitui a principal atividade rural do Paraná e se localiza praticamente ao Norte do Estado. Até 1969, representava 40% da produção agrícola. Aos poucos, sua participação relativa vem diminuindo, dando lugar a outras culturas. O café, atualmente com mais de 800 milhões de árvores, vem recebendo todo apoio governamental, através do Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais, com significativos recursos destinados a recuperação e implantação de novas culturas.

A efetiva assistência técnica e a utilização de métodos modernos de plantio e a seleção de espécies mais resistentes à ferrugem praticamente recolocaram o Paraná em destaque no cenário da produção nacional, como segundo produtor brasileiro, após os danosos efeitos das geadas de 1975.

De colheita quase nula em 1976, a produção paranaense atingiu perto de 214 mil toneladas em 1977. Em 1978, obteve o expressivo resultado de cerca de 474 mil toneladas de café, representando um incremento da ordem de 120% em relação à safra anterior.

Soja e Trigo

A evolução do cultivo da soja no Paraná é excelente exemplo da reação rápida do agricultor aos estímulos do mercado. Em sete anos, quadruplicou a área cultivada e praticamente dobrou a produtividade, ao passar de 1.099 kg/ha para 2.012 kg/ha em 1977. Inúmeras plantações, nas regiões norte e oeste do Estado, têm atingido o invejável índice de 3.600 kg/ha.

A safra de 1978 ficou em 3,1 milhões de toneladas, ao invés dos cinco milhões esperados, em virtude da estiagem ocorrida no primeiro semestre. O produtor rural, entretanto, foi parcialmente compensado com melhores preços alcançados no mercado.

Os sojicultores adotam, em sua maioria, a melhor tecnologia disponível no Brasil e alguns deles em níveis tão altos quanto os existentes em países de agricultura mais desenvolvida.

A cultura do trigo é complementar à da soja e encontra boa receptividade entre os agricultores. O binômio trigo-soja permite a utilização mais racional e econômica dos fatores de produção – a mesma terra e os mesmos implementos agrícolas – além das vantagens advindas da rotação das culturas.

A produção de trigo paranaense em 1978 ficou pouco abaixo da anterior, ao situar-se em 1.050 mil toneladas, em virtude da estiagem ocorrida no primeiro semestre, época de semeadura.

Milho

O Paraná é o principal Estado produtor de milho e exibe os melhores índices de produtividade no País. Sua participação nessa cultura fica em torno de 18,5% da área plantada e acima de 23% da produção nacional, à exceção do ano agrícola 1977/78, prejudicado pela estiagem.

Em 1978, a diminuição de 7,6% na área cultivada é atribuída ao desestímulo dos preços de mercado, enquanto a queda de produção (–40%) é debitada mais à estiagem ocorrida na época de floração. De uma safra esperada de 4 milhões de toneladas, foram colhidos apenas 2,4 milhões.

Pecuária

O Paraná, embora basicamente agrícola, possui expressivo rebanho de bovinos – 6,9 milhões de cabeças – e é um dos maiores produtores de carne. O gado, tanto de corte como destinado à produção leiteira, possui destacada importância dentro da economia regional e encontra nas pastagens artificiais as condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

Os bovinocultores procuram constantemente melhorar a qualidade genética de seu plantel e o desenvolvimento da pecuária de corte é devido à presença de novas matrizes das raças indianas, no norte do Estado, e européias, no sul. As feiras e leilões de gado de raça são bastante concorridos e atestam o grau de interesse do pecuarista.

Fortalecimento do Sistema Cooperativista

O Banco tem apoiado decididamente o fortalecimento e expansão das cooperativas de produtores que hoje representam fundamental papel no setor agropecuário.

Dotadas de excelente estrutura de armazenamento e comercialização, essas organizações associativas aumentam o poder de competitividade dos produtores e boa parte industrializa seus produtos, traduzindo maior taxa de retorno do capital empregado pelos associados.

A eficiência dessas organizações proporciona a elevação da produtividade agrícola, seja através do fornecimento de insumos básicos, seja pela disseminação de técnicas evoluídas no tráto do solo e das culturas. Contribuem ainda para melhorar as condições de vida no campo, além de fortalecer os pequeno e médio produtores.

Indústria

Semelhante ao processo de industrialização no Brasil, o setor secundário no Paraná era tradicionalmente voltado para o beneficiamento da produção rural.

As novas atividades industriais, voltadas para ramos mais dinâmicos da economia – metalúrgico, mecânico, material elétrico e produtos químicos – com alta tecnologia, poderão fazer de seu nascente parque fabril um dos mais modernos do País.

O ramo de papel e celulose está ligado aos recursos naturais e aos programas de reflorestamento, constituindo a maior indústria de papel-jornal do País.

As autoridades estaduais, preocupadas com os problemas decorrentes da poluição, procuram evitar a excessiva concentração e a Cidade Industrial de Curitiba, por exemplo, terá metade de sua área destinada à arborização.

Esse núcleo industrial, com adequada infra-estrutura e capacidade para abrigar quatrocentas indústrias não-poluentes, já apresenta área construída de oitocentos mil metros quadrados, que exigiu investimentos de Cr$ 2,5 bilhões e propiciou a criação de 12 mil empregos diretos.

Santa Catarina, Vocação Industrial

O século dezenove assistiu à chegada dos colonos europeus – alemães, italianos e poloneses, entre outros – que se localizaram em Joinvile e no Vale do Itajaí. Criaram ambientes próprios, com características marcantes, ainda hoje percebidas nas manifestações culturais.

Os colonos, logo no início, adotaram a diversificação das lavouras, a par de empreendimentos artesanais, que deram origem a inúmeras fábricas. Blumenau, por exemplo, vinte anos depois de sua fundação já ostentava noventa pequenas fábricas. E assim Joinvile, Brusque, Itajaí e muitas outras somam hoje cerca de 9.000 indústrias no Estado.

A mão-de-obra qualificada e o espírito de iniciativa levaram o setor secundário catarinense a resultados altamente significativos, com participação preponderante das pequenas e médias empresas.

O aumento verificado no volume de exportações catarinenses, que passaram de US$ 213 milhões em 1975 para cerca de US$ 343 milhões em 1977, traduz a efetiva participação do empresariado local no esforço brasileiro de promoção de exportações.

Além dos financiamentos de apoio à atividade industrial, o Banco do Brasil tem incentivado a criação de tecnologia própria através do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica – FIPEC, mediante convênios com universidades, instituições de pesquisa e empresas.

Agropecuária

A pecuária catarinense está mais representada pelo alto desenvolvimento alcançado na avicultura e suinocultura. A sofisticada tecnologia adotada nos últimos anos é a principal razão da surpreendente expansão da avicultura. O abate de aves teve incremento de 1.400% em cinco anos, como resultado da tecnificação da atividade, do crescente consumo interno e da evolução das exportações, que carrearam divisas de US$ 14 milhões.

Atento às peculiaridades e importância econômica do setor avícola no fornecimento de proteínas à população, o Banco fornece os recursos creditícios necessários à sustentação e ao desenvolvimento da atividade e preocupa-se, também, com a análise e avaliação dos benefícios financeiros e sociais alcançados pelo setor, antecipando-se aos problemas emergentes.

Santa Catarina destaca-se também na suinocultura nacional pelo significativo desfrute de 83%, num rebanho de 3,2 milhões de cabeças, e principalmente pela melhor potencialidade genética do País. A tecnificação dessa atividade, apoiada em grande parte na integração produtores/frigoríficos, permite a difusão – através de efetiva assistência técnica – de modernas práticas de manejo.

A produção de milho e suínos representa 34%, em valor, do setor primário de Santa Catarina e cerca de 69 mil produtores têm na suinocultura sua principal fonte de renda.

Fruticultura de Clima Temperado

A partir da implantação do PROFIT – Projeto de Fruticultura de Clima Temperado – iniciado em 1970 pelo Banco, a cultura de frutas – maçã, pêssego, ameixa e nectarina – se adaptou perfeitamente à região, em sistema de pequenas propriedades, verificando-se crescimento satisfatório.

A produção de frutas em 1978 atingiu 58,5 mil toneladas, representando incremento de 170% em relação a 1977, enquanto a expansão da área cultivada ficou em 25%. Os dados indicam a evolução da fruticultura regional rumo a melhores índices de produtividade, reduzindo a dependência externa no abastecimento do mercado brasileiro.

DISUL

DISUL - DIRETORIA DA SÉTIMA REGIÃO

Estado: Rio Grande do Sul.

Área: 280.593 km^2

População: 7.971.000 habitantes.

Rede de dependências: em funcionamento: 126
em instalação : 1

ECONOMIA:
Crescente desenvolvimento da indústria. Prepondera a agropecuária: bovino, ovino, soja, trigo e arroz.

O Gaúcho

No século XVI, os bovinos e eqüinos introduzidos nos pampas pelos jesuítas multiplicaram-se pelas vastas pastagens naturais e se tornaram selvagens.

Como melhor preador do gado bravio, surge o gaúcho, mestiço de ibéricos e índios. Imponente em seu cavalo — companheiro inseparável — vistosa roupagem, lenço no pescoço, braço forte, eis a figura tradicional, senhor absoluto dos pampas.

1 1-Cascata do Caracol - Canela - RS

Durante longo período, o gaúcho caçou os rebanhos. Abatia o gado para extrair o couro, produto de exportação, e vendia os animais de transporte — cavalos e mulas — para outras regiões, principalmente aquelas de mineração.

Com o tempo, a ação predatória deu lugar à criação extensiva. Surgiram as primeiras estâncias.

1-Colheita da uva - RS
2-Gramado - RS
3-Parque Knorr - Gramado

O gaúcho já não é apenas o herói popular — hábil, guerreiro e valente — é também a base sólida da atividade rural e da sociedade patriarcal.

Ele modifica a própria estrutura da economia pastoril, mas conserva suas tradições: ama seu trabalho, o chimarrão, a viola e bailes crioulos e cultiva modismos de linguagem.

1-2-3-4-O gaúcho - suas vestimentas e seus hábitos.

Os verdadeiros costumes dos pampas são revividos ainda hoje com danças tradicionais, músicas características, festas nativas, com participantes em trajes típicos. Um belo espetáculo folclórico!

1-2-Porto Alegre - RS

A DIVERSIFICADA ECONOMIA GAÚCHA

Com área superior a 280 mil km^2, o território do Rio Grande do Sul apresenta, ao longo de seus 232 municípios, relevo variado, em que se alternam superfícies baixas, planas ou levemente onduladas.

É ocupado por quase 8 milhões de habitantes, 60% dos quais vivem nas zonas urbanas. Para a formação dessa expressiva população convergiram, juntando-se ao índio amestiçado, primitivo andarilho dos pampas, as mais variadas etnias – açoriana, alemã, italiana, portuguesa, espanhola, polonesa e romena, entre outras – que marcaram profundamente o caráter e o tipo físico do gaúcho de hoje.

A população economicamente ativa aproxima-se de 3 milhões de pessoas, com cerca de 45% ocupadas nas atividades agrícolas, de 15% a 20% nas indústrias e o restante na produção de serviços.

Mesmo sujeita a flutuações de natureza sazonal, a economia gaúcha vem mantendo, desde 1960, certo equilíbrio entre os setores primário, secundário e terciário, que têm contribuído para a geração da renda interna com cerca de 30%, 20% e 50%, respectivamente, em média, ao longo dos últimos 18 anos.

Setor Primário

Nove produtos movimentam praticamente a totalidade da agricultura gaúcha: soja, trigo, arroz, milho, mandioca, feijão, fumo, batata-inglesa e cana-de-açúcar.

Destes, quatro – soja, trigo, arroz e milho – têm contribuído, em média, com cerca de 80% do valor da produção, 87% da área colhida e 60% da quantidade produzida.

Soja

A soja, sem dúvida o principal componente da atividade agrícola no Estado, apresentou, em 1978, devido à frustração na safra, produção de 4,6 milhões de toneladas – contra uma estimativa de 5,8 milhões –, representando diminuição de cerca de 19% em relação a 1977. Seu rendimento caiu de 1.627 kg/ha, obtidos na colheita do ano passado, para 1.217 kg/ha em 1978.

Contudo, o aumento da área plantada para quase 4 milhões de hectares permite estimar produção superior a 6 milhões de toneladas para a próxima safra, com reflexos positivos na economia estadual e nas exportações.

Trigo

Na qualidade de principal produtor de trigo, o Estado obteve razoável desempenho na safra de 1978. De uma produção de 690 mil toneladas em 1977, quando sofreu frustração em decorrência das geadas, foram colhidas cerca de 1.500 mil toneladas em 1978.

Arroz

Tradicional no Rio Grande do Sul, a orizicultura – praticamente toda irrigada – é explorada tanto em pequenas, como em médias e grandes propriedades. Sua área de plantio tem aumentado paulatinamente e a produtividade, em função do nível técnico empregado, elevou-se de 3.381 kg/ha em 1971 para 3.729 kg/ha em 1978, índice que a coloca como a mais desenvolvida do País, aproximando-a das de maior rendimento do mundo.

Sua área de cultivo deverá ser expandida nos próximos anos, pois o Projeto de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim prevê para até 1985 a incorporação de 141 mil ha.

Milho

Mais cultivado em pequenas propriedades e geralmente consorciado com outras lavouras, o milho tem a maior parte de sua produção destinada à fabricação de insumos para a pecuária.

A estiagem iniciada em fevereiro de 1978 prejudicou sua colheita e a produção alcançou apenas 2,2 milhões de toneladas, com produtividade de 1.343 kg/ha, enquanto em 1977 situou-se em 1.620 kg/ha.

Contudo, espera-se que a safra do próximo ano agrícola retome os níveis de 1977, quando atingiu 2,7 milhões de toneladas, numa área de 1,7 milhão de hectares.

Bovinocultura

O rebanho de bovinos do Rio Grande do Sul ocupa expressiva área do território do Estado e o plantel – em torno de 12 milhões de cabeças – mantém-se estável ao longo dos últimos anos, com predominância da bovinocultura de corte.

A taxa de natalidade (50%), de desfrute (12%) e a idade de abate (54 meses) são índices ainda modestos; o abate de matrizes aptas à procriação e a ausência de melhores práticas de manejo do rebanho indicam a necessidade de um fluxo mais intenso de assistência técnica e financeira à bovinocultura gaúcha.

Quanto aos preços de comercialização da carne, somente nos últimos meses passaram a permitir uma rentabilidade capaz de estimular novos investimentos.

Suinocultura

É desenvolvida preponderantemente em minifúndios e apresenta o expressivo rebanho de 3,2 milhões de cabeças.

A partir de 1977 os preços do suíno vêm acompanhando de perto os dos insumos e as dificuldades de comercialização apresentaram-se de forma ocasional e por curtos períodos.

Por outro lado, órgãos governamentais vêm orientando sistematicamente o produtor com o objetivo de introduzir modernas técnicas de manejo e elevar o padrão racial dos rebanhos – medidas já adotadas por grande número de suinocultores.

Comercialização

Fenômeno de grave repercussão sócio-econômica, as perdas anuais das colheitas têm sido bastante expressivas.

O Banco, através do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica – FIPEC, concedeu recursos à Fundação de Economia e Estatística – órgão vinculado à Secretaria de Coordenação e Planejamento do Governo Estadual – visando a programar a estrutura de comercialização de produtos perecíveis. Os resultados dessa pesquisa deverão, certamente, elevar os índices de aproveitamento das safras gaúchas nos próximos anos.

Cooperativas

As cooperativas gaúchas prestam relevantes serviços à economia regional. As 422 organizações abrigam cerca de 380 mil cooperados e praticamente 2/3 da população rural do Estado encontram-se direta ou indiretamente vinculados à atuação dessas instituições.

Dentre as mais expressivas, destacam-se as cooperativas de trigo, soja, arroz, carne e lã, reunidas em federações.

O Banco atende financeiramente essas instituições através de diversas linhas de crédito específicas, como repasses, adiantamentos por conta de produtos entregues, comercialização dos produtos e financiamentos de cotas-partes de capital.

Na formação do capital fixo, o Banco do Brasil presta total apoio, contribuindo para a melhoria da infra-estrutura das cooperativas, notadamente quanto à construção de silos e armazéns, seja através do Programa Nacional de Armazenagem – PRONAZÉM, seja através da aplicação de recursos próprios.

Exportação

O setor primário contribui com cerca de 30% do valor dos produtos exportados pelo Rio Grande do Sul. As variações sofridas por esse segmento da economia têm reflexo direto no desempenho do Estado, participante ativo do esforço nacional de exportação.

A irregularidade das chuvas e o aumento da capacidade das indústrias de moagem ocasionaram decréscimo das exportações de soja em grão, que, com seus derivados, são responsáveis por cerca de 60% do volume global das exportações gaúchas. Todavia, as exportações de óleo, farelo e torta de soja obtiveram expressivo incremento, demonstrando a viabilidade da sincronização agricultura/indústria quando orientada e incentivada para o mercado externo.

Atividade Industrial

O setor secundário da economia gaúcha, composto pelas indústrias extrativas, de transformação, construção civil e energia elétrica, é responsável por cerca de 20% da renda interna estadual, desempenho mantido ao longo das duas últimas décadas.

Indústrias consideradas dinâmicas, como metalúrgica, química, mecânica, produtos de matéria plástica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, borracha, papel e papelão e minerais não-metálicos, vêm obtendo crescente revigoramento, em contraposição às consideradas tradicionais.

Os produtos de origem agroindustrial devem representar cerca de 50% do valor da produção e absorver percentual semelhante da mão-de-obra utilizada na indústria de transformação. A força de trabalho liberada pelo setor primário tem sido parcialmente absorvida pela indústria de construção civil, que não exige maiores qualificações.

Não obstante os contingenciamentos do crédito, o Banco procurou suprir de recursos de capital de giro as indústrias, havendo particular empenho no atendimento das pequenas e médias empresas.

Petroquímica

Os benefícios sócio-econômicos que advirão do III Pólo Petroquímico, cuja entrada em funcionamento está prevista para 1981, compensarão amplamente o custo das obras infra-estruturais – estimadas em US$ 700 milhões – pois produzirá 350 mil t/ano de eteno, com beneficiamento em oito unidades de segunda geração: polietileno de baixa densidade, polietileno de alta densidade, estireno, poliestireno, polipropileno, MVC/PVC e SDR.

Localizado nos municípios de Triunfo e Montenegro, a 30 km da Refinaria Alberto Pasqualini, o Pólo Petroquímico deverá criar 28.000 empregos diretos e 62.000 indiretos. Essa contribuição para o aumento do nível de ocupação de mão-de-obra nas atividades secundárias do Estado será da ordem de 25% do volume de empregos existente em 1976.

Como fonte alternativa de produção de energia e com vistas a subsidiar o funcionamento do complexo petroquímico, deverá entrar em fase de operação na próxima década o Pólo Carboquímico. A capacidade produtiva do complexo carboquímico gaúcho deverá situar-se em torno de 1.200 toneladas/dia de amônia e de 800 toneladas/dia de uréia.

O Pólo do Cobre constitui um outro elemento indutor estratégico para o processo de desenvolvimento econômico e social do Estado. O seu empreendimento mais importante – o da ELUMA – prevê um investimento de cerca de US$ 300 milhões e deverá entrar em funcionamento em 1982, quando estará gerando mais de 1.000 empregos diretos e produzindo cerca de 60.000 toneladas/ano. Em 1985, quando estiver funcionando integralmente, espera-se que atinja a produção de 150.000 toneladas/ano, aproximadamente. A atividade de mineração ficará a cargo da Companhia Brasileira de Cobre.

Atuação do Banco do Brasil

A eficiente distribuição de recursos e a rapidez na decisão dos negócios traduzem o dinamismo da assistência que o Banco presta a todos os setores da economia rio-grandense.

O predomínio das atividades agropecuárias do Estado fez com que absorvessem 2/3 do volume de empréstimos.

O Banco do Brasil, como maior financiador das atividades rurais, tem plena consciência de que sua atuação não poderia incentivar apenas o aumento quantitativo da produção, mas também preservar ou melhorar a qualidade do produto agrícola.

Assim, nos financiamentos para aquisição de defensivos agrícolas, o Banco instituiu, no Rio Grande do Sul, a exigência da apresentação do receituário agronômico, como forma de aumentar a produtividade e de conter o uso indevido e indiscriminado de produtos químicos.

MEMBRO ATIVO DA ALIDE
ASOCIACION LATINOAMERICANA DE INSTITUCIONES
FINANCIERAS DE DESARROLLO